

INDEPENDÊNCIA E AUTO-SUFICIÊNCIA: A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ENTRE 1957 E 1965

Fábio Dias Rodrigues Matos Cruz

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais**

SETEMBRO DE 2011



Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais, realizada sob a orientação científica do Doutor Tiago Moreira de Sá e do Doutor José Manuel Duarte de Jesus.

DECLARAÇÃO

Declaro que esta Dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Lisboa, de de

INDEPENDÊNCIA E AUTO-SUFICIÊNCIA: A POLÍTICA EXTERNA DA REPÚBLICA POPULAR DA CHINA ENTRE 1957 E 1965

FÁBIO DIAS RODRIGUES MATOS CRUZ

RESUMO

PALAVRAS-CHAVE: Relações internacionais, República Popular da China, Sistema Internacional, Guerra Fria, Terceiro Mundo, Sudeste Asiático, Conflito Sino-Soviético, Descolonização em África.

Os primeiros anos da República Popular da China são marcados por uma procura contínua de protecção da sua soberania e integridade territorial. A política de “inclinação para um lado”, que direcciona a China Popular na órbita comunista no conflito bipolar, visa atenuar os receios chineses de uma ameaça externa, representada fundamentalmente pelos Estados Unidos, cuja presença militar na região asiática neste período é indiscutível. Com a nova direcção da política externa soviética promovida pela liderança de Khrushchev, Pequim deixa de contar, de modo inequívoco, com a protecção militar de Moscovo, assegurada pelo Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua de 1950. O governo chinês afasta-se, então, do bloco comunista como único meio de legitimação internacional e foca-se na expansão dos seus contactos internacionais de forma a preservar os seus interesses. Depois de um período em que insiste no neutralismo como vector estruturante da sua política externa, Pequim inicia uma fase proactiva e militante na condução dos seus assuntos externos, que vai desde a Conferência de Moscovo de 1957 até ao fracasso da Conferência Afro-Asiática em Argel em 1965.

ABSTRACT

KEYWORDS: International Relations, People’s Republic of China, International System, Cold War, Third World, Southeast Asia, Sino-Soviet Conflict, Decolonization in Africa.

The first years of the People’s Republic of China are marked by a continuous search for protection of its sovereignty and territorial integrity. The “leaning to one

side” policy, which pushes People’s China to the communist orbit in the bipolar conflict, aims at reducing the Chinese fears of an external threat, mainly represented by the United States, whose military presence in the Asian region during this period is undeniable. With the new direction of the Soviet foreign policy promoted by the Khrushchev leadership, Beijing no longer counts, unequivocally, on military protection from Moscow, assured by the Treaty of Friendship, Alliance, and Mutual Assistance of 1950. The Chinese government moves, then, away from the communist bloc as the sole means of international legitimacy and focuses on the expansion of its international contacts in order to preserve its interests. After a period in which it insists on neutralism as the structural vector of its foreign policy, Beijing starts a proactive and militant phase in the conduction of its foreign affairs, which begins at the Moscow Conference of 1957 and ends with the failure of the Afro-Asian Conference in Algiers in 1965.

ÍNDICE

Introdução	8
Capítulo I: As relações entre a China Popular e a União Soviética	12
1. O XX Congresso e a nova linha do PCUS	12
2. “O vento de Leste predomina sobre o vento de Oeste”	14
3. O Encontro de Moscovo de 1960: compromisso na ambiguidade	20
4. O XXII Congresso e a oficialização do cisma	22
Capítulo II: A actuação da China Popular no continente asiático	28
1. O neutralismo na política externa chinesa	28
2. A estabilização das fronteiras: Birmânia, Camboja e Índia	30
3. A expulsão da presença norte-americana: Tailândia e Japão	35
4. A China Popular e o conflito no Vietname	40
Capítulo III: As relações entre a China Popular e os Estados Unidos	48
1. Antecedentes: conciliação e conflito	48
2. A segunda crise de Taiwan: o início da confrontação	50
3. Kennedy e a “ameaça chinesa”	54
4. Johnson e a escalada de tensão sino-americana	59
Capítulo IV: A China Popular e a descolonização em África	66
1. Bandung e os primeiros passos da política africana de Pequim	66
2. A primeira ofensiva diplomática chinesa em África	71
3. A crise congoleza e o início da nova política africana	76
4. Regresso a África: cisma sino-soviético e tour africana de Zhou Enlai	80
Conclusão	87
Fontes e Bibliografia	91

SIGLAS E ABREVIATURAS

AAPO – All-African People’s Organization

AAPSO – Afro-Asian People’s Solidarity Organization

CCSAA – Comité Chinês para a Solidariedade Afro-Asiática

FLN – Frente de Libertação Nacional

GMT – Guomindang

GPRA – Governo Provisório da República Argelina

MBIC – Míssil Balístico Intercontinental

NCNA – New China News Agency

ONU – Organização das Nações Unidas

PCB – Partido Comunista da Birmânia

PCC – Partido Comunista Chinês

PCF – Partido Comunista Francês

PCI – Partido Comunista Italiano

PCJ – Partido Comunista Japonês

PCT – Partido Comunista Tailandês

PCUS – Partido Comunista da União Soviética

RDV – República Democrática do Vietname

RPC – República Popular da China

SEATO – Southeast Asia Treaty Organization

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

A posição privilegiada da República Popular da China na presente conjuntura internacional é inegável. O seu actual estatuto vem sendo almejado desde o pós-Guerra Fria, período que reflecte com maior nitidez o interesse do governo chinês na inclusão da China Popular no que se poderá considerar o *mainstream* internacional. Embora o consenso escasseie junto do debate académico no tocante às proporções reais do seu poder e influência – será Pequim mais do que uma potência económica? –, o interesse público e académico pela política externa chinesa tem-se avolumado e crescido de forma considerável. É com base na condição ascendente de Pequim no quadro internacional e no crescente interesse que esta tem suscitado que a presente dissertação assume como oportuno um estudo mais aprofundado da sua política externa. O trabalho pretende, por isso, ser uma contribuição, embora que modesta, para a História das Relações Internacionais.

Na delimitação do eixo temporal, o período compreendido entre 1957 e 1965 pareceu pertinente por várias razões. Assiste-se em 1957 ao início do conflito sino-soviético, com significativas repercussões no seio do bloco socialista. É nesse ano que, no XX Congresso do PCUS, Khrushchev faz uma crítica feroz a Estaline e, mais importante, apresenta os dois grandes princípios que guiarão a política externa soviética durante a sua liderança: a não-inevitabilidade da guerra e a coexistência pacífica entre diferentes sistemas socio-políticos. Esta mudança nas prioridades da política externa de Moscovo tem um reflexo considerável nos cálculos estratégicos chineses.

Talvez o elemento com maior impacto é o facto de Pequim deixar de poder contar, de forma inequívoca, com o dissuasor soviético para garantir a soberania e integridade do seu território. O governo chinês passa, então, a privilegiar a expansão dos seus contactos, até então restritos ao bloco socialista, como meio de contrabalançar as limitações, sobretudo militares, na sua inclusão no quadro internacional. Para isso, o enfoque no domínio intra-bloco cede lugar à definição de uma política regional assente na preservação da sua soberania e, no plano global, ao alargamento da sua base de apoio diplomático e da consolidação da sua legitimidade internacional. Este redireccionamento da política externa chinesa estende-se até 1965, assistindo-se, depois,

a um período de considerável retracção de Pequim no quadro internacional, fruto da dinâmica da Revolução Cultural.

A importância dos princípios da independência e da auto-suficiência durante o eixo temporal escolhido justifica a sua inclusão no título do trabalho. Com a perda do apoio soviético, o governo chinês vê-se incapaz, não só de atender às exigências domésticas de reabilitação económica, como de projectar influência no exterior. O princípio da independência enquanto pilar da política externa do governo chinês observa-se a dois níveis: por um lado, independência face a Washington, principal ameaça à integridade territorial da China Popular e à sua preservação enquanto Estado soberano; por outro, independência face a Moscovo, num momento de cisão entre os dois países e de consequente fragilização de Pequim.

Já o argumento da auto-suficiência é particularmente visível em dois contextos respeitantes ao período analisado. Um deles é o conflito no Vietname, onde as limitações económicas e militares não permitem ao governo chinês fornecer apoio sustentável à República Democrática do Vietname; aliada a essa incapacidade, a diminuição do fluxo de ajuda de Pequim é justificada pelos receios chineses de que um apoio maciço à RDV provoque os Estados Unidos a ponto de estes alastrarem o conflito vietnamita, atingindo território chinês.

Outro contexto é o quadro africano com que Pequim se depara. Procurando obter ganhos políticos e diplomáticos em África, o governo chinês não deixa, no entanto, de ter em conta as suas limitações face ao peso de que Washington e Moscovo usufruem enquanto potenciais parceiros comerciais no continente. Pequim serve-se, assim, do argumento da auto-suficiência de forma a contrariar a influência norte-americana e soviética no processo de reabilitação económica dos países africanos, aliando a necessidade de se mobilizar recursos exclusivamente domésticos à preservação da independência desses mesmos países.

O capítulo I centra-se nas relações entre a China Popular e a União Soviética e pretende analisar o impacto do conflito sino-soviético nos cálculos estratégicos chineses e na própria condução da sua política externa. Num momento em que Khrushchev passa a privilegiar a redução da tensão internacional, subjacente aos princípios da coexistência pacífica e da não-inevitabilidade da guerra entre diferentes sistemas sociais, é visível o incómodo chinês ao ver-se envolvido num quadro regional que lhe é desfavorável – fruto, sobretudo, do aumento da presença norte-americana na região asiática – e, com a

ausência de um apoio explícito de Moscovo, numa posição vulnerável nos domínios económico e militar. Procurando ir mais além do simples debate ideológico entre o PCC e o PCUS, procura-se, pelo contrário, abordar o conflito entre Pequim e Moscovo numa perspectiva de interesse nacional, nomeadamente a desconfiança crescente de Pequim relativamente ao compromisso soviético de protecção da soberania chinesa que conduzirá, depois, à ruptura definitiva entre os dois países.

O capítulo II ocupa-se da política regional da RPC. Partindo dos imperativos estratégicos do governo chinês no continente asiático, tem-se em vista dois objectivos fundamentais para Pequim: assegurar a estabilidade das suas fronteiras e, numa perspectiva de longo prazo, anular a inclinação pró-ocidental – em rigor, pró-EUA – de alguns países asiáticos. A interligação entre os dois objectivos reflecte-se no interesse de inverter os receios de uma ameaça chinesa à soberania desses países. Relativamente ao primeiro objectivo, o capítulo aborda a evolução das relações entre a China Popular e a Birmânia, o Camboja e a Índia. A escolha destes três países é motivada pela natureza diferenciada que demonstram face a Pequim: no caso birmanês, é, de todos os países vizinhos, o que maior permeabilidade demonstra relativamente à influência chinesa; no caso cambojano, é indiscutível a relevância de Phnom Penh na questão do Vietname; no caso indiano, o atrito com Pequim é notório e constitui uma realidade consideravelmente presente nos cálculos regionais chineses.

No que toca ao segundo objectivo, o capítulo debruça-se sobre o interesse chinês de assegurar uma conjuntura regional favorável à prossecução dos seus interesses e à expansão da sua influência no continente. Nesse sentido, procura analisar as relações entre a China Popular e países asiáticos cuja política externa assume cariz pró-ocidental. Nesta análise, dá-se particular atenção a dois países asiáticos que privilegiam de garantias militares por parte dos Estados Unidos: Tailândia e Japão. No caso tailandês, tem-se em conta a aproximação de Pequim a Banguecoque traçada no período em análise, onde o governo chinês ensaia uma política neutral que visa a anulação da SEATO. No caso japonês, o capítulo concentra-se na importância do alinhamento de Tóquio com Washington nas relações sino-japonesas, marcadamente hostis.

No capítulo III, analisa-se a evolução das relações entre a China Popular e os Estados Unidos no eixo temporal escolhido. Tem-se em consideração o carácter marcadamente regional da tensão sino-americana, concentrada em duas questões centrais: a questão de Taiwan e, depois, o conflito no Vietname. Numa primeira fase, o

apoio norte-americano a Taiwan é o foco principal de hostilidade, gerando impasses sucessivos nas negociações entre Pequim e Washington. Numa segunda fase, o envolvimento dos Estados Unidos no Vietname conduz a uma deterioração crescente das relações sino-americanas. O capítulo procura, por isso, compreender de que forma o aumento da presença norte-americana em solo vietnamita intensifica os receios chineses de uma ofensiva de Washington contra o seu território, bem como a influência chinesa sobre a RDV reforça o argumento dos Estados Unidos de bloqueio da expansão comunista como imperativo no quadro asiático.

Por último, o capítulo IV analisa as relações da China Popular com o continente africano. Procurando demonstrar o crescente interesse de Pequim pela periferia do sistema internacional na expansão da sua influência e na obtenção de ganhos políticos e diplomáticos, ocupa-se de analisar as primeiras tentativas de aproximação do governo chinês aos países africanos recém-independentes. Para tal, tem-se em vista o conjunto das prioridades de Pequim na região, a natureza do seu discurso no tocante à conjuntura africana, bem como os princípios que promove nas suas relações com África. De novo, privilegia-se na análise a óptica do interesse estratégico chinês, desta vez visando dois objectivos: a expulsão de Washington da região, através da incitação ao anti-americanismo; a erosão da presença soviética no continente, através da competição por influência – política mas, essencialmente, económica.

Capítulo I: As relações entre a China Popular e a União Soviética

1. O XX Congresso e a nova linha do PCUS

Em Fevereiro de 1956, o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética reúne em Moscovo. Numa sessão reservada para os delegados soviéticos, Khrushchev faz um discurso arrasador sobre o legado de Estaline. As críticas incidem-se sobre a natureza abusiva dos meios de que o antigo líder soviético se servira para silenciar a oposição interna às suas política¹. Apoiando-se em alusões às recomendações de prudência de Lenine ao partido relativamente a Estaline, Khrushchev relata abusos de poder que marginalizaram o poder decisório do PCUS, impondo a vontade individual ao colectivo e violando, assim, a política interna do partido. Usufrindo do poder que congregou e o prestígio por si cultivado, Estaline promovera um culto da personalidade que limitara o poder decisório dos órgãos partidários e que o isolara das realidades do país².

No que respeita à política externa da URSS, Khrushchev apresenta, no seu relatório ao Congresso, dois princípios inovadores: a coexistência pacífica como eixo central das relações internacionais e a não-inevitabilidade da guerra. Para o líder soviético, a coexistência pacífica deve tornar-se, não um instrumento táctico, mas um princípio fundamental da política externa de Moscovo *vis-à-vis* os países capitalistas. Nesta linha de pensamento, Khrushchev refere que a vitória do socialismo sobre o capitalismo não se deve circunscrever no plano militar, antes numa competição pacífica em que o modelo socialista prevalecerá pela força do exemplo. Num contexto internacional onde o factor nuclear é decisivo, é necessário, por um lado, manter total vigilância relativamente aos desígnios do campo capitalista, mas, por outro lado, deve privilegiar-se a prudência na competição entre os dois lados. A essência desta argumentação está resumida na seguinte premissa: «a guerra não é fatalisticamente inevitável»³.

¹ *The Dethronement of Stalin: Full Text of the Khrushchev Speech*. Manchester Guardian, 1956. p. 6.

² Op. Cit., pp. 29-31.

³ *Report of the Central Committee to the 20th Congress of the Communist Party, Moscow, Feb. 14, 1956*. London: Soviet News Booklet N°4, February 1956.

A denúncia do estalinismo por parte de Khrushchev apanha Pequim de surpresa. Os sinais dados pelo PCC vão, no entanto, num sentido de convergência com a posição soviética. Em Abril, é publicado “On the Historical Experience of the Dictatorship of the Proletariat” no jornal *Renmin Ribao*, que analisa as conclusões do Vigésimo Congresso do PCUS. O artigo condena o aproveitamento do antigo líder soviético do seu prestígio doméstico e internacional para consolidar o seu poder no seio do PCUS. A crítica a Estaline feita no artigo não deve, contudo, ser interpretada como uma condenação aberta do culto da personalidade. O artigo salienta o papel da liderança individual na construção socialista; o problema surge quando «o líder se coloca acima do partido ao invés de se colocar no centro», perdendo «uma visão abrangente e penetrante dos assuntos de Estado»⁴.

Ainda em 1956, o *Renmin Ribao* publica “More on the Historical Experience of the Dictatorship of the Proletariat”, que se concentra, em larga medida, nas teses do XX Congresso do PCUS para analisar a situação internacional. Diz o artigo que, na competição com o bloco capitalista, a unidade do movimento comunista internacional deve ser um imperativo da política externa do conjunto dos países socialistas. Essa coesão do campo socialista, liderado pela URSS, vai ao encontro dos interesses do proletariado, serve de base de apoio decisiva à causa dos povos oprimidos e permite, em última análise, preservar a estabilidade internacional⁵. Ao mesmo tempo, o artigo apela a uma frente unida anti-imperialista que englobe os países socialistas, o proletariado dos países capitalistas e os países sob domínio colonial.

Importa mencionar a importância que o artigo atribui à independência dos partidos que o compõem. Diz o artigo que é tarefa dos seus membros preservar a unidade e o consenso de forma a validar os propósitos marxistas-leninistas do bloco, mas, ao mesmo tempo, devem desfrutar de autonomia suficiente para responder às próprias dinâmicas domésticas⁶. Esta harmonização de interesses tem, sobretudo, como propósito a anulação de quaisquer imposições na política interna e externa dos seus membros. Apesar de o debate ainda não ser, neste período, claro e aberto, a ênfase atribuída a uma igualdade de estatuto entre os partidos socialistas no seio do bloco é um primeiro sinal de crispação sino-soviética.

⁴ *Renmin Ribao*, 5 de Abril, 1956.

⁵ *Renmin Ribao*, 29 de Dezembro, 1956.

⁶ Idem.

2. “O vento de Leste predomina sobre o vento de Oeste”

Em Agosto de 1957, a URSS testa o primeiro Míssil Balístico Intercontinental (MBIC) e, dois meses depois, dá início ao seu programa espacial com o lançamento do satélite artificial Sputnik. A notícia é acompanhada com entusiasmo e optimismo em Pequim. Mao desloca-se a Moscovo em Novembro para as celebrações do quadragésimo aniversário da Revolução Russa. Durante a sua estadia, dirigindo-se a estudantes chineses na União Soviética, declara: «presentemente, não é o vento de Oeste que predomina sobre o vento de Leste, mas sim o vento de Leste que predomina sobre o vento de Oeste»⁷. Mao, entusiasmado com os sucessos tecnológicos alcançados pelos soviéticos, fala num ponto de viragem em que o campo socialista passara a assumir uma posição dominante relativamente ao campo capitalista. A conclusão do líder chinês distancia-se do que Khrushchev vem anunciando de forma prudente desde o XX Congresso do PCUS – a tese de que o socialismo obtivera ganhos em vários domínios (social, económico e tecnológico), mas que não privilegia ainda de uma situação de superioridade face ao capitalismo.

Entre 14 e 16 de Novembro, realiza-se em Moscovo a Conferência dos Representantes dos Partidos Comunistas e Operários dos países socialistas. A Declaração que é aprovada por todos os partidos presentes – à excepção da Liga dos Comunistas da Jugoslávia – serve, sobretudo, de guia das principais diretrizes do movimento comunista internacional no que respeita à política doméstica e externa dos seus membros. Entre as principais conclusões do texto, destacam-se duas: (1) tem-se assistido a um fortalecimento do campo socialista e a um período instável no lado capitalista, com tendência para o declínio; (2) apesar da importância da oposição ao imperialismo, a guerra é evitável através do princípio da coexistência pacífica⁸.

Relativamente à primeira conclusão, a Declaração defende que «o sistema socialista mundial, que cresceu e se fortaleceu, tem vindo a assumir uma influência cada vez maior no quadro internacional, nos interesses da paz, do progresso e da liberdade dos povos»; pelo contrário, «o sistema imperialista está em declínio»⁹. A posição do

⁷ Mao Tsé-Tung, *O Imperialismo e Todos os Reaccionários são Tigres de Papel*. Publicações Nova Aurora. p. 44.

⁸ Text of the Declaration of the Twelve Communist and Workers Parties Meeting in Moscow, USSR, Nov.14-16, 1957, on the Occasion of the Fortieth Anniversary of the Great October Socialist Revolution.

⁹ Idem.

campo capitalista é cada vez mais contestada pelas forças pacíficas e democráticas, forçando-o a um isolamento que o levará, em última instância, à sua desintegração. A paz e a estabilidade internacionais serão, assim, asseguradas pela formação de uma aliança entre os países socialistas, os países sob domínio colonial, os países afro-asiáticos que apoiam uma linha anti-imperialista, os movimentos de libertação e, por fim, o proletariado internacional¹⁰.

No tocante à segunda conclusão, lê-se que «enquanto o sistema imperialista existir, haverá sempre terreno para guerras devastadoras»¹¹. Isto reflecte-se na recusa por parte dos países capitalistas em dar início a um processo de desarmamento e interdição nucleares, na construção de bases militares em locais estratégicos do globo e, também, na proliferação de organizações de cariz militar – entre as quais, a Southeast Asia Treaty Organization (SEATO) – com o intuito de alargar as suas esferas de influência¹². No entanto, dado o factor nuclear na competição Leste-Oeste, o início de um conflito armado traria, pela força destrutiva dos meios disponíveis, consequências devastadoras. O mundo encontra-se, portanto, confrontado com a seguinte escolha: a guerra ou a coexistência pacífica. Privilegiando a segunda opção, a Declaração considera que, com o crescimento das forças favoráveis à paz, há uma possibilidade real de evitar a guerra entre os dois campos, forçando o bloco capitalista a um isolamento que conduzirá ao seu declínio¹³.

A Declaração de Moscovo reflecte, em larga medida, a análise da situação internacional que o PCUS vem desenvolvendo desde o Vigésimo Congresso. Numa publicação em 1957 que reúne as principais linhas gerais da construção socialista na URSS, o Departamento de Propaganda do partido refere-se a uma mudança do conflito bipolar a favor do socialismo, sem que, por isso, fale de uma posição de superioridade deste sobre o capitalismo¹⁴. Perante o Soviete Supremo, o ministro dos Negócios Estrangeiros soviético, Andrei Gromyko, insiste que, apesar da resistência das potências ocidentais, a corrida ao armamento assume, na presente conjuntura, dimensões avassaladoras, sendo, por isso, imperativo proceder ao desarmamento e à interdição

¹⁰ Idem.

¹¹ Idem.

¹² Idem.

¹³ Idem.

¹⁴ *Forty Years of Building Socialism (1917-1957)*. London: Soviet News Booklet No.16, November 1957. p. 64.

total do uso de armas nucleares¹⁵. Na mesma sessão, Khrushchev apela a que a competição por meios militares ceda lugar à competição por meios pacíficos – sociais, económicos e culturais –, onde «a vitória de um sistema social se decidirá, não por mísseis, não por bombas atómicas e hidrogénicas, mas pelo facto de que sistema garante maiores benefícios materiais e espirituais à humanidade»¹⁶.

A prudência de Moscovo contrasta com a tese de prevalência do “vento de Leste sobre o vento de Oeste” de Mao, argumento que passa a fazer parte da retórica chinesa. No seu discurso na Conferência de Moscovo, Mao diverge da posição assumida na Declaração ao defender que «as forças socialistas são imensamente superiores às forças imperialistas»¹⁷. No ano seguinte, na edição de 27 de Outubro, o *Renmin Ribao* publica uma compilação de citações de Mao sobre a caracterização do imperialismo como “tigre de papel”¹⁸. Numa nota de redacção, lê-se que «o imperialismo e os seus cães de fila em todos os países são como o sol que cai no céu do Ocidente, enquanto que o socialismo e os movimentos de libertação nacional que este apoia são como o sol que se levanta nos céus do Oriente»¹⁹.

Dois acontecimentos vão pôr à prova a nova direcção da política soviética: a crise no Médio Oriente e o bombardeamento das ilhas Quemoy e Matsu por Pequim no Verão de 1958. Depois de um pedido expresso de auxílio por parte das autoridades libanesas, tropas norte-americanas são enviadas a Beirute; mais tarde, unidades aéreas britânicas aterram em Amã. O objectivo é estancar o contágio do golpe de Estado no Iraque, que depõe o Rei Faisal II, considerado aliado de Londres, e instaura a república iraquiana. Pequim encara a iniciativa das duas potências ocidentais, não só como defesa da integridade do Líbano e da Jordânia, mas, sobretudo, como acto preparativo para uma invasão do Iraque²⁰. Para a China Popular, a decisão está nas mãos de Khrushchev.

A reacção de Moscovo é de prudência, provavelmente pesando os riscos de uma tensão regional desplotar um conflito aberto com o Ocidente. Em sessão extraordinária do Conselho de Segurança, o embaixador soviético junto da ONU, Arkady Sobolev,

¹⁵ Sobre o discurso de Gromyko, ver *Soviet Proposals for Strengthening Peace*. London: Soviet News Booklet No.22. December 1957. p. 6-12.

¹⁶ Op. Cit., p. 16.

¹⁷ *O Imperialismo e Todos os Reaccionários...* p. 43.

¹⁸ Sobre a teoria do imperialismo enquanto ‘tigre de papel’, ver “Talk With the American Correspondent Anna Louise Strong”. Mao Tsé-Tung, *Selected Works Vol. IV*. Peking: Foreign Languages Press, 1961. p. 97-101.

¹⁹ *O Imperialismo e Todos os Reaccionários...* p. 5.

²⁰ Edward Crankshaw, *The New Cold War: Moscow v. Peking*. London: Penguin Books, 1963. p. 80.

afirma: «a União Soviética não pode permanecer indiferente face a intervenções externas em países desta área do globo, independentemente da forma com que essa intervenção é mascarada»²¹. A declaração – que, apesar do tom condenatório dirigido a Washington, expõe de modo evasivo a posição soviética – transmite a mesma cautela que Khrushchev demonstra ao propor aos chefes de Estado britânico, norte-americano e francês uma cimeira extraordinária com vista a evitar o agravamento da tensão regional²². A possibilidade de uma intervenção militar é posta de parte, limitando Moscovo a sua acção aos canais diplomáticos oficiosos, no quadro das Nações Unidas²³.

Embora o tom assuma outras proporções, a resposta soviética à crise de Taiwan de 1958 segue a linha dos acontecimentos no Médio Oriente. O bombardeamento das ilhas Quemoy e Matsu desencadeado por Pequim representa uma mudança na abordagem de Pequim à questão de Taiwan, que, desde 1955, abria espaço às negociações para uma resolução pacífica²⁴; não serve, porém, apenas de pretexto para acentuar as exigências de reivindicação sobre a Formosa. É provável que o reforço do apoio norte-americano ao governo de Chiang Kai-shek – com a decisão, em 1957, de ceder mísseis Matador à ilha – tenha influenciado Mao a extremar a posição de Pequim. Nessa perspectiva, o governo chinês desencadeia a crise com o interesse de compreender o grau de compromisso que Washington assume para com o território de Taiwan²⁵.

Contudo, é também de realçar que, neste período, a RPC crê na cedência de *know how* nuclear pela União Soviética como assegurada²⁶. Não é, por isso, de excluir a vontade de Mao em pressionar Khrushchev para acelerar o fornecimento de armas nucleares à China Popular, o que seria provável caso, em resposta ao ataque chinês e à escalada de tensão na região, os Estados Unidos fornecessem armas nucleares tácticas a

²¹ “Soviet Representative’s Statement in the Security Council on the Situation in Lebanon”. *The Middle East: Soviet Statements (January-August 1958)*. London: Soviet News Booklet No.35, 1958. pp. 29-31.

²² Sobre as cartas endereçadas a Macmillan, Eisenhower e de Gaulle, ver *The Middle East: Soviet Statements...* pp. 36-44.

²³ Ver declaração do governo soviético de 18 de Julho em *The Middle East: Soviet Statements...* p. 35.

²⁴ Ver, por exemplo, a proposta de negociações directas com Chiang Kai-shek sugerida por Zhou Enlai na Segunda Sessão do Congresso Nacional em 30 de Julho de 1955. *Important Documents Concerning the Question of Taiwan*. Peking: Foreign Languages Press, 1955. pp. 183-184.

²⁵ Henry Kissinger, *On China*. The Penguin Press, 2011. p. 172.

²⁶ As expectativas chinesas de adquirir a bomba atómica parecem ser correspondidas aquando da deslocação de Mao à Conferência de Moscovo no ano anterior, que, acompanhado pelo ministro da Defesa Peng Dehuai, por cientistas chineses e altas patentes militares, sela um acordo secreto com Khrushchev para o desenvolvimento de ‘nova tecnologia de defesa’. Sobre o acordo, ver Jonathan Spence, *The Searching for Modern China*. Norton Paperback, 1991. pp. 585-586.

Taiwan²⁷. Adicionalmente, o líder chinês terá sido motivado a pôr à prova a validade do Tratado de Amizade, Aliança e Assistência Mútua de 1950²⁸, procurando compreender até que ponto Khrushchev utilizaria todos os meios disponíveis e necessários para a defesa e protecção do território chinês. O líder soviético vê-se, por isso, confrontado com um dilema: escolher entre provocar uma guerra nuclear e sacrificar a aliança com a China Popular²⁹.

Depois de uma reacção inicial ambígua³⁰, a URSS sai em defesa de Pequim ao primeiro sinal de abertura chinesa. Pesando as palavras do secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, em Newport que sugerem uma retaliação de Washington em caso de ataque às Quemoy, Zhou Enlai propõe, em 6 de Setembro, depois de duas semanas de bombardeamentos, a reabertura dos canais diplomáticos com os Estados Unidos³¹. Com o amenizar da tensão, Khrushchev assume de forma inequívoca o compromisso militar soviético na eventualidade de uma agressão norte-americana ao território chinês. Em carta ao presidente Eisenhower, declara o seu apoio às reivindicações de Pequim sobre Taiwan e levanta a possibilidade de intervenção soviética, muito embora refira que os esforços serão repartidos com as autoridades chinesas³². Provavelmente procurando compensar a ausência de uma posição mais robusta na sua reacção inicial aos bombardeamentos, Moscovo inicia, ao mesmo tempo, uma ofensiva diplomática a favor da entrada da RPC nas Nações Unidas³³.

As celebrações do décimo aniversário da proclamação da China Popular em Outubro de 1959 oferecem a Pequim uma oportunidade de reaproximar Moscovo da posição chinesa. Desfrutando da presença de Khrushchev nas comemorações, a liderança chinesa aproveita o momento para lançar uma operação de charme ao líder soviético³⁴, procurando, ao mesmo tempo, ceder e obter cedências. O tom do discurso chinês no Dia Nacional reforça essa ideia, enfatizando o papel de Moscovo enquanto núcleo do movimento comunista internacional³⁵. Num banquete organizado na véspera

²⁷ Donald Zagoria, *O Conflito Sino-Soviético*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1962. p. 257.

²⁸ Sobre o tratado, ver <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18011.htm>.

²⁹ Henry Kissinger, Op. Cit., pp. 173-174.

³⁰ Edward Crankshaw, *The New Cold War...* p. 80.

³¹ Donald Zagoria, Op. Cit., p.264.

³² *The Situation in the Taiwan Area...* p.6.

³³ Ver, por exemplo, discurso de Gromyko no debate da Assembleia Geral da ONU de 22 Setembro. *The Situation in the Taiwan Area...* pp. 16-23.

³⁴ É de salientar o tratamento privilegiado dado a Khrushchev na edição comemorativa dos dez anos da RPC da *Peking Review*.

³⁵ Ver, por exemplo, discurso do ministro da Defesa, Lin Biao. *Peking Review*, 6 de Outubro, 1959.

do Dia Nacional, Zhou Enlai dá sinais de cedência face à posição soviética, afirmando: «devemos triunfar sobre o sistema capitalista através da competição pacífica»³⁶. Num artigo publicado na *Izvestia*, o ministro dos Estrangeiros chinês, Chen Yi, refere a necessidade de, a longo prazo, se seguir uma política de oposição ao imperialismo, sem por isso elogiar a aproximação de Khrushchev a Washington com vista à redução da tensão internacional³⁷.

Pequim não deixa, contudo, de insistir na preponderância do socialismo sobre o capitalismo. Em Abril de 1960, a revista teórica *Hongqi* publica um artigo intitulado “Long Live Leninism!”. O artigo expõe os erros do que apelida de revisionismo ideológico: desmistifica a viabilidade da via parlamentar como meio de tomada de poder pelo proletariado; recusa a não-inevitabilidade da guerra enquanto o imperialismo existir; reforça a superioridade alcançada pelo socialismo face ao capitalismo; por último, assume os Estados Unidos como a vanguarda de um campo imperialista em declínio absoluto³⁸. No seguimento do artigo da *Hongqi*, o *Renmin Ribao* publica em editorial “Forward Along the Path of the Great Lenin!”, onde enfatiza a prevalência do ‘vento de Leste sobre o vento de Oeste’ e insiste, até, na superioridade do poderio soviético face à capacidade militar norte-americana³⁹.

Paralelamente, assiste-se a uma subida do tom condenatório da liderança chinesa relativamente aos Estados Unidos – parceiro visto por Khrushchev como inevitável para a redução da tensão internacional. Discursando sobre a situação internacional no Segundo Congresso Nacional Popular, Zhou Enlai afirma: «enquanto vanguarda da reacção global, o imperialismo norte-americano insiste na sua política de intervenção e agressão contra os movimentos revolucionários dos povos de vários países»⁴⁰. Embora apoiando as iniciativas soviéticas no sentido de reduzir a tensão internacional, o primeiro-ministro chinês insiste que os ganhos do campo socialista são um factor decisivo que permitem a Moscovo assumir uma posição de força nas negociações com Washington.

³⁶ *Peking Review*, 6 de Outubro, 1959.

³⁷ “Ten Years of Struggle for World Peace and Human Progress”. Versão do artigo publicada na *Peking Review*, 6 de Outubro, 1959.

³⁸ “Long Live Leninism!”. *Hongqi*, 16 de Abril, 1960.

³⁹ *Renmin Ribao*, 22 de Abril, 1960.

⁴⁰ *Second Session of the Second National People's Congress of the People's Republic of China (Documents)*. Peking: Foreign Languages Press, 1960. p.154.

Khrushchev parece, por seu lado, cada vez mais distante da posição chinesa. Durante a sua deslocação a Nova Iorque para discursar na Assembleia Geral das Nações Unidas, o líder soviético realça o «tremendo potencial económico» do campo socialista na competição com o campo capitalista, sem referir outros domínios⁴¹. Num almoço organizado pela Associação de Jornalistas das Nações Unidas, Khrushchev condena o recente episódio do avião de espionagem norte-americano U-2 mas considera que a política externa de Washington se encontra sob influência da conjuntura doméstica do país, em plena campanha eleitoral⁴². De regresso a Moscovo, o líder soviético fala na importância de o socialismo assumir a sua preponderância sobre o capitalismo pela força do exemplo, demonstrando aos povos de todo o mundo os benefícios sociais, económicos, tecnológicos e culturais do modelo socialista⁴³.

3. O Encontro de Moscovo de 1960: compromisso na ambiguidade

O Encontro de Moscovo em Novembro de 1960 é o palco escolhido para auferir a longevidade das diferenças sino-soviéticas. A reunião dos oitenta e um partidos comunistas fica marcada por um debate aceso entre as delegações chinesa e soviética⁴⁴. Não deixa, no entanto, de ser notório o facto de a Declaração ser um documento ambíguo, pautado por cedências de Pequim e Moscovo, o que demonstra que ambas as partes preferem uma situação de impasse a uma ruptura total, que poderia ter graves repercussões na unidade do movimento comunista internacional⁴⁵. O texto recupera, em parte, o tom da Declaração de Moscovo de 1957, nomeadamente na análise do contexto internacional, caracterizado pela consolidação do campo socialista e pela desintegração do campo capitalista; no apelo a uma aplicação flexível dos princípios marxistas-leninistas na edificação socialista; e no princípio da coexistência pacífica como eixo central da política externa dos países socialistas⁴⁶. A questão das relações com o campo capitalista – em particular, os Estados Unidos – é o ponto de maior fricção entre Pequim

⁴¹ *Disarmament and Colonial Freedom: Speeches and Interviews at United Nations General Assembly, Sept-Oct 1960*. London: Lawrence & Wishart, 1961. p.83.

⁴² Op. Cit., p. 116.

⁴³ Op. Cit., p. 235.

⁴⁴ Para uma descrição do debate sino-soviético no Encontro de Moscovo, ver José Pacheco Pereira, “*O Um Dividiu-se em Dois*”. Alêtheia Editores, 2008. pp. 18-23.

⁴⁵ Donald Zagoria, “Khrushchev’s Attack on Albania and Sino-Soviet Relations”. *The China Quarterly*, No.8 (Oct. – Dec., 1961). p. 5.

⁴⁶ Versão do texto final publicada na *Peking Review*, 13 de Dezembro, 1960.

e Moscovo e, relativamente a este tema, denota-se uma preocupação em incluir as duas posições. Se, por um lado, a Declaração privilegia «a coexistência pacífica e a competição económica» como elementos fundamentais das relações Este-Oeste, afirma, por outro, que «coexistência pacífica com sistemas sociais diferentes não significa conciliação entre ideologias socialistas e burguesas»⁴⁷.

A ambiguidade das posições assumidas na Declaração repercute-se na própria interpretação e significado do encontro. Na edição de 7 de Dezembro, o *Renmin Ribao* publica um editorial intitulado “Banner of Victory, Banner of Unity!”, onde analisa a Declaração sob o prisma chinês: o socialismo «tem vindo cada vez mais a ultrapassar» o capitalismo; enquanto existir o bloco capitalista, «existirão sempre guerras devastadoras»; por último, os Estados Unidos são «a força principal de agressão e guerra»⁴⁸. Por seu lado, discursando sobre as conclusões do Encontro de Moscovo, Khrushchev apela a uma análise realista da situação internacional que tenha, sobretudo, em conta as implicações do factor nuclear na preservação da paz mundial. O fio condutor da política externa que defende está expresso na seguinte frase: «a política de coexistência pacífica é, no seu conteúdo social, uma forma de intensa competição económica, política e ideológica entre o proletariado e as forças agressivas do imperialismo na arena mundial»⁴⁹.

É de salientar que o dissídio sino-soviético que, neste período, vai tomando forma insere-se, não ao nível dos princípios, mas ao nível tático. Por um lado, a RPC encara o poder do socialismo no sentido em que, apoiado pelo dissuasor nuclear soviético, este tem a possibilidade de infligir um ataque demolidor a um imperialismo enfraquecido e em declínio; nesse sentido, consideram que os soviéticos sobrestimam o poder do campo imperialista. Por outro lado, a URSS defende a vitória do modelo socialista através da competição pacífica, encarando o seu poderio militar como mero dissuasor que lhe permite assegurar a sobrevivência do socialismo; concluem, por isso, que os chineses sobrestimam o poder do campo socialista⁵⁰.

Ao mesmo tempo que se agravam as divergências ideológicas, assiste-se a um arrefecimento nas relações entre os dois países. No verão do mesmo ano, Khrushchev

⁴⁷ Idem.

⁴⁸ *Renmin Ribao*, 7 de Dezembro, 1960.

⁴⁹ *For New Victories for the World Communist Movement*. Prague: Peace and Socialism, 1963. pp. 33-34.

⁵⁰ Edward Crankshaw, *The New Cold War...* p. 125.

decide retirar unilateralmente os técnicos soviéticos que, até então, operavam na RPC⁵¹, o que tem consequências devastadoras para o tecido económico chinês – que dependia, essencialmente, do auxílio soviético⁵². A saída inclui dois cientistas soviéticos responsáveis pela construção da bomba atómica prometida a Pequim. A decisão de Khrushchev é uma forma de pressionar a liderança chinesa a reposicionar-se no novo rumo traçado pelo líder soviético no XX Congresso, avaliando, sobretudo, as consequências danosas da nova direcção da política chinesa para a situação internacional, nomeadamente na coexistência pacífica com os Estados Unidos⁵³.

Pesando nos cálculos de Pequim está, em larga medida, os seus imperativos estratégicos no contexto regional. Para os chineses, expulsar a presença norte-americana do continente asiático afigura-se como prioridade número um. A aquisição da bomba atómica e a protecção nuclear soviética permitiriam atenuar a percepção chinesa de *encirclement* com a proliferação de alianças militares na região – entre elas, a SEATO –, assim como reduzir a vulnerabilidade chinesa face à possibilidade de Taiwan adquirir armas tácticas norte-americanas ou, até mesmo, a um agravamento da tensão regional que conduzisse a um conflito sino-americano. A RPC precisa, pois, de garantias de que o dissuasor soviético será utilizado a fim de proteger os seus interesses vitais – e o primeiro teste fora o episódio das ilhas de Taiwan em 1958⁵⁴. Nesse sentido, os gestos de aproximação de Moscovo a Washington não poderiam, de todo, merecer o aval de Pequim.

4. O XXII Congresso do PCUS e a oficialização do cisma

O momento de ruptura nas relações sino-soviéticas dá-se com o XXII Congresso do PCUS em Outubro de 1961⁵⁵. Nele, Khrushchev retoma o tema do culto da personalidade para desencadear um novo ataque a Estaline⁵⁶. Esta decisão prende-se,

⁵¹ Segundo Jonathan Spence, mais de 340 contratos e 257 projectos na área da tecnologia. *The Search for Modern China*. p. 589.

⁵² Sobre o impacto da decisão de Khrushchev na economia chinesa, ver Jean Polaris, “The Sino-Soviet Dispute: Its Economic Impact on China”. *International Affairs*, Vol. 40, No. 4, October, 1964.

⁵³ John Gittings, “Co-Operation and Conflict in Sino-Soviet Relations”. *International Affairs*. Vol. 40, No. 1, January, 1964. p. 73.

⁵⁴ Donald Zagoria, *O Conflito...* p. 258.

⁵⁵ José Pacheco Pereira, “O Um Dividiu-se em Dois”... p. 23.

⁵⁶ *Report on the Programme of the Communist Party of the Soviet Union*. London: Soviet Booklet No.81, 1961. pp. 110-119.

sobretudo, com a intenção soviética de isolar a posição do PCC, colando as reticências de Pequim relativamente às críticas a Estaline ao dogmatismo ideológico no movimento comunista⁵⁷. Ao mesmo tempo, o líder soviético aproveita o congresso para fazer um ataque duro à Albânia, cujo agravamento das relações bilaterais tinham conduzido, no mesmo ano, à saída de Tirana do Pacto de Varsóvia. O ponto alto do congresso surge quando Khrushchev sugere que a intransigência albanesa resulta, fundamentalmente, da protecção oferecida por Pequim, defendendo que a resolução do diferendo entre a URSS e a Albânia está nas mãos da RPC⁵⁸. Abandonando o congresso em protesto, Zhou Enlai é recebido por Mao no aeroporto aquando do seu regresso a Pequim, em sinal de aprovação da decisão do primeiro-ministro chinês.⁵⁹

A partir de 1962, o cisma sino-soviético é, no seio do PCC, um dado adquirido. Em Janeiro, num encontro alargado do Comité Central, Mao declara que «o partido e a liderança da União Soviética estão agora sob domínio dos revisionistas»⁶⁰. Na edição de 4 de Maio, a *Peking Review* faz uma cobertura das comemorações do 1º de Maio. Os apelos à união do campo socialista omitem as referências, anteriormente omnipresentes, à função liderante da URSS. Outro exemplo é o editorial do *Renmin Ribao* alusivo ao Dia do Trabalhador, “Festival of Unity and Struggle of the Working People of the World”, que refere a grandeza do bloco socialista sem mencionar a experiência da revolução na União Soviética, e apela ao reforço da unidade do movimento sem que, por isso, se refira ao papel de liderança dos soviéticos no bloco⁶¹.

Em Dezembro, o PCC intensifica a ofensiva contra o programa do PCUS, evitando mencionar Moscovo e apoiando-se, ao invés, em críticas ao revisionismo moderno e a partidos comunistas que apoiam a posição soviética no dissídio – nomeadamente, o PCF de Thorez e o PCI de Togliatti. No editorial de dia 15, o *Renmin Ribao* declara a existência de uma corrente adversa que contraria os princípios do

⁵⁷ “O Um Dividiu-se em Dois”... pp. 25-26.

⁵⁸ O apelo é retomado por Khrushchev no seu discurso no fim do debate sobre o novo programa do PCUS: «se os camaradas chineses desejam reunir esforços no sentido da normalização das relações entre o Partido do Trabalho da Albânia e os partidos fraternos, não existe ninguém que possa contribuir mais para a solução deste problema que não o Partido Comunista da China». *Report on the Programme...* p. 108.

⁵⁹ Donald Zagoria, “Khrushchev’s Attack on Albania and Sino-Soviet Relations”. p. 1.

⁶⁰ Citado em Stuart Schram, *Chairman Mao Talks to the People: Talks and Letters, 1956-1971*. Pantheon Books. p. 181.

⁶¹ Versão publicada na *Peking Review*, 4 de Maio, 1962.

marxismo-leninismo e visa a dissolução do movimento comunista internacional⁶². Deixando cair a referência à URSS como centro do campo socialista, o diário afirma que o sectarismo no seio do bloco deve ser combatido com base nas Declarações de 1957 e 1960, tendo como ponto de partida o princípio da igualdade entre partidos para se atingir a unanimidade⁶³.

Ainda no mesmo mês, o *Renmin Ribao* publica um artigo que, na linha do editorial de dia 15, expõe em pormenor a posição chinesa relativamente à situação internacional. O editorial é particularmente interessante na medida em que contesta dois temas que são caros à posição soviética: o factor nuclear e o princípio da coexistência pacífica. Relativamente ao primeiro, pode ler-se: «defendemos que a emergência de armas nucleares não alterou nem alterará os princípios fundamentais do marxismo-leninismo no que respeita à guerra e à paz»⁶⁴. A afirmação contraria os pressupostos de Khrushchev no tocante à análise da conjuntura internacional, marcada pela existência de poderio nuclear com efeitos devastadores⁶⁵. Pequim considera, pelo contrário, que, no contexto da luta de classes, nenhum meio deve ser posto de parte. No mesmo sentido, o artigo entra em colisão com o PCUS ao defender que a aplicação do princípio da coexistência não extingue o antagonismo entre o socialismo e o capitalismo, rejeitando liminarmente uma transição de «“luta de classes” para uma “colaboração de classes”»⁶⁶.

Os esforços de conciliação têm início em 1963, com uma troca intensa de correspondência que se prolonga até ao ano seguinte. As primeiras cartas dão sinais de reaproximação entre Pequim e Moscovo⁶⁷ – o PCC apoia, por exemplo, a proposta soviética de um encontro entre representantes dos dois partidos para a resolução do diferendo. Porém, a cisão é oficializada com a carta do PCC de 14 de Junho; nela, Pequim expõe a sua linha geral para o movimento comunista e, tendo como base a posição soviética apresentada na carta do PCUS de 30 de Março, afasta-se definitivamente de Moscovo. Embora repita os pontos essenciais da análise internacional da liderança chinesa, a carta do PCC introduz um elemento novo que importa destacar. Esse elemento é a referência à auto-suficiência na política interna dos

⁶² “Workers of All Countries, Unite, Oppose Our Common Enemy!”. *Renmin Ribao*, 15 de Dezembro, 1962.

⁶³ Idem.

⁶⁴ “The Differences Between Comrade Togliatti and Us”. *Renmin Ribao*, 31 de Dezembro, 1962.

⁶⁵ Ver, por exemplo, o artigo de Khrushchev, “On Peaceful Coexistence”, publicado na *Foreign Affairs*, Outubro de 1959, No.1, Vol. 38.

⁶⁶ “The Differences Between Comrade Togliatti and Us”.

⁶⁷ Ver carta do PCUS ao PCC de 21 de Fevereiro e carta do PCC ao PCUS de 9 de Março de 1963.

países socialistas. Tendo, provavelmente, em mente as consequências para o seu país da retirada unilateral dos técnicos soviéticos em 1960, o PCC dá ênfase à necessidade de se privilegiar as forças domésticas no processo de edificação socialista, onde o auxílio externo deve ter um papel secundário e ser prestado com base nos princípios de igualdade e benefício mútuo⁶⁸.

A chamada “carta dos 25 pontos” do PCC demonstra que o dissídio sino-soviético não já se circunscreve no plano tático, tocando, antes, em questões fracturantes do movimento comunista internacional – o próprio texto refere-se a «grandes diferenças de princípio»⁶⁹. A resposta de Moscovo é publicada na edição de 14 de Julho do *Pravda* e, entre os vários argumentos já publicitados, insiste na acusação de que os chineses subestimam os perigos de uma guerra termonuclear. A posição soviética nesta matéria é, talvez, melhor resumida na seguinte passagem: «a bomba atómica não faz distinções de classe; destrói tudo o que está ao alcance da sua acção destrutiva»⁷⁰. Ao mesmo tempo, a posição soviética é intensificada na imprensa. A revista *Kommunist* publica um editorial onde reforça a centralidade da competição entre o campo socialista e o campo capitalista no sistema internacional, reconhece que as transformações conduziram a uma mudança profunda na correlação de forças e que a vitória do socialismo depende agora da sua validade enquanto modelo social e económico⁷¹.

A retaliação soviética dá origem a um conjunto de editoriais publicados no *Renmin Ribao* e na *Hongqi* entre Setembro de 1963 e Julho de 1964, que, com o cisma oficializado, endurecem o tom condenatório relativamente a Moscovo: a crítica a Estaline no XX Congresso foi errada nos pressupostos e nos métodos⁷²; sob o pretexto da coexistência pacífica, o PCUS pretende subjugar os países do Terceiro Mundo ao neocolonialismo norte-americano⁷³; Khrushchev pretende dominar os países do movimento comunista internacional, impondo-lhes a sua vontade e ignorando a

⁶⁸ Ver carta do PCC ao PCUS de 14 de Junho de 1963.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ “Open Letter of the Central Committee of the Communist Party of the Soviet Union to All Party Organizations, to All Communists of the Soviet Union”.

⁷¹ “For the Triumph of Creative Marxism-Leninism Against the Revision of the Course of the World Communist Movement”. *Kommunist*, No.11, October, 1963.

⁷² “The Origin and Development of the Differences Between the Leadership of the CPSU and Ourselves”. Editorial conjunto do *Renmin Ribao* e da *Hongqi*, 6 de Setembro, 1963.

⁷³ “Apologists of Neo-Colonialism”. Editorial conjunto do *Renmin Ribao* e da *Hongqi*, 22 de Outubro, 1963.

independência destes⁷⁴; a actual liderança do PCUS não representa, por fim, os interesses do povo soviético, sendo formada pela burguesia soviética⁷⁵.

Por seu lado, Moscovo passa à ofensiva. Em reunião plenária do Comité Central, o PCUS aprova uma resolução onde condena as actividades subversivas de Pequim, que, tentando impor a sua posição, visam fracturar a união do movimento comunista internacional. O texto declara: «afastando-se de todos os problemas fundamentais da estratégia e tática da linha leninista no movimento comunista internacional, os líderes chineses proclamam a sua posição que não é mais do que um misto de aventurismo pequeno-burguês e chauvinismo de grande potência»⁷⁶. Na edição de 3 de Abril, o *Pravda* acusa, em editorial, a liderança chinesa de levar a cabo uma campanha anti-soviética que transpõe os diferendos ideológicos para o domínio das relações entre os dois países⁷⁷.

Com a queda de Khrushchev, assiste-se a um período, embora que curto, de desanuviamiento nas relações sino-soviéticas. Pequim dá sinais implícitos de abertura, tentando talvez compreender até que ponto a nova liderança seguiria a linha defendida desde o XX Congresso. Num artigo da *Hongqi*, lê-se que o descrédito da política de Khrushchev significa «a bancarrota e o fiasco do revisionismo moderno»⁷⁸. Leonid Brezhnev, o novo secretário-geral do PCUS, parece seguir a via do compromisso. Por ocasião do 47º aniversário da Revolução Russa, o líder soviético afirma que «a originalidade na aplicação do sistema socialista» não deve constituir um entrave nas relações entre os países fraternos do bloco⁷⁹.

A avaliar pelas dimensões que o cisma havia tomado, atingira-se, contudo, um ponto de não retorno. A nova liderança do PCUS é acusada de seguir a política de Khrushchev «em toda a sua linha» porque, tal como Khrushchev, «são representantes políticos do estrato burguês privilegiado da União Soviética»⁸⁰. Brezhnev adere à «política reaccionária» da liderança anterior de «cooperação URSS-EUA para a

⁷⁴ “The Leaders of the CPSU Are the Greatest Splitters of Our Times”. Editorial conjunto do *Renmin Ribao* e da *Hongqi*, 4 de Fevereiro, 1964.

⁷⁵ “On Khrushchev’s Phoney Communism and Its Historical Lessons for the World”. Editorial conjunto do *Renmin Ribao* e da *Hongqi*, 14 de Julho, 1964.

⁷⁶ *Struggle of the CPSU for Unity of the International Communist Movement*. Moscow: Novosti Press Agency Publishing House, 1964. p. 4.

⁷⁷ “Fidelity to Principles of Marxism-Leninism”. *Pravda*, 3 de Abril, 1964.

⁷⁸ “Why Khrushchev Fell”. *Hongqi*, 21 de Novembro, 1964.

⁷⁹ *47th Anniversary of the Great October Socialist Revolution*. Novosti Press Agency Publishing House, 1964. p. 16.

⁸⁰ “Carry the Struggle Against Khrushchov Revisionism Through to the End”. Editorial conjunto do *Renmin Ribao* e da *Hongqi*, 14 de Junho, 1965.

dominação global», submetendo as lutas anti-imperialistas à coexistência pacífica com Washington⁸¹. Para Pequim, a linha da nova liderança do PCUS é, pois, clara: «revisionismo khrushchevista sem Khrushchev»⁸².

⁸¹ “A Comment on the March Moscow Meeting”. Editorial conjunto do *Renmin Ribao* e da *Hongqi*, 23 de Março, 1964.

⁸² “Carry the Struggle Against Khrushchov Revisionism Through to the End”.

Capítulo II: A actuação da China Popular no continente asiático

1. O neutralismo na política externa chinesa

A Conferência de Bandung de 1955 constitui o primeiro momento de aproximação de Pequim aos países afro-asiáticos. A preocupação fundamental da delegação chinesa é transmitir a imagem de uma China benigna, sem ambições expansionistas e aberta ao estabelecimento de relações pacíficas com países com sistemas sócio-económicos distintos do seu. Embora atribua particular importância à presença de países africanos recém-independentes, com quem estabelece os seus primeiros contactos, é, sobretudo, a pensar nos seus vizinhos asiáticos que Pequim direcciona o seu discurso. Na conferência, Zhou Enlai negocia a questão da dupla nacionalidade da população chinesa a residir na Indonésia, na Tailândia e nas Filipinas; reafirma a posição neutral e de não-intervenção na política doméstica do Laos e do Camboja; tendo em mente a recente criação da Southeast Asian Treaty Organization (SEATO), reitera, por fim, que não constituirá uma ameaça à segurança da Tailândia e das Filipinas⁸³.

Os imperativos chineses são, talvez, melhor resumidos na seguinte passagem do discurso do primeiro-ministro na conferência: «a China Popular não tem qualquer intenção de subverter os governos dos seus países vizinhos. Pelo contrário: é a China Popular que sofre actividades subversivas que são levadas a cabo abertamente pelos Estados Unidos da América»⁸⁴. Perante países neutralistas, Pequim afasta-se da posição de membro do bloco comunista para se fazer representar enquanto Estado soberano, com interesses securitários legítimos. Com o aumento da presença norte-americana na região e o crescente apoio de Washington a Taiwan, a liderança chinesa assume como prioridade maximizar as vantagens que a emergência de um bloco neutral – que não só não se aliará à URSS como, sobretudo, aos EUA – lhe poderá oferecer para expulsar Washington da região, de forma a garantir a sua segurança e os seus interesses vitais⁸⁵.

⁸³ Harold M. Vinacke, “Communist China and the Uncommitted Zone”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 1965, 362, pp. 114-115.

⁸⁴ George McT. Kahin, *The Asian-African Conference*. Cornell University Press, 1956. pp. 54-55.

⁸⁵ A. M. Halpern, “The Chinese Line on Neutralism”. *The China Quarterly*, No. 5, (January – March, 1961). p. 99.

Por isso, no período pós-Bandung, o discurso chinês apoia-se no neutralismo dos seus países vizinhos de forma a assegurar a defesa da RPC contra uma ameaça externa. Em Setembro de 1956, Liu Shaoqi considera que a «a ocupação dos imperialistas norte-americanos de Taiwan é a ameaça mais séria à segurança do nosso país»⁸⁶. Apesar da importância da URSS para a estabilidade regional, a vaga de independências observada recentemente na região, bem como a prossecução de uma linha neutral na política externa por parte desses países, constituem uma relevante força de bloqueio às agressões imperialistas. A RPC deve, por isso, não só estabelecer relações com todos os países favoráveis à «paz mundial e ao progresso humano», como ultrapassar as fricções territoriais com os países vizinhos, tendo como referência os Cinco Princípios de Coexistência Pacífica que possibilitaram a aproximação sino-indiana em 1954⁸⁷. Interessa, por isso, projectar a imagem de um Estado benigno que afastará os receios dos países vizinhos de que a RPC está, sobretudo, interessada em subverter os seus governos, promovendo o apoio material a movimentos insurgentes.

Nesse sentido, o cariz conciliador que Pequim imprime na sua política regional vai no sentido de estabelecer uma zona-tampão que lhe possibilite, no curto prazo, garantir os seus imperativos securitários⁸⁸. Para além da presença norte-americana na região, a outra grande ameaça no quadro asiático é a instabilidade das fronteiras da RPC. O neutralismo dos países asiáticos recém-independentes é um forte impulsionador da aproximação procurada por Pequim, na medida em que estes, sendo não-alinhados, não apresentam quaisquer constrangimentos para uma plataforma de entendimento com a China Popular. A coexistência pacífica beneficia, assim, ambas as partes: para a RPC, favorece a sua conjuntura doméstica e permite congregar os seus recursos para a reabilitação económica que, neste período, se afigura urgente; para os países recém-independentes, permite-lhes assegurar a sua sobrevivência e conter possíveis interesses hegemónicos da RPC – para muitos, uma das ameaças à estabilidade regional⁸⁹.

⁸⁶ *The Political Report of the Central Committee of the Communist Party of China to the 8th National Congress of the Party*. Peking: Foreign Languages Press, 1956. p. 74.

⁸⁷ Op. Cit., pp. 78-83.

⁸⁸ A. M. Halpern, Op. Cit., p. 95.

⁸⁹ Sobre a natureza *ad hoc* do neutralismo asiático, ver Nazli Choueri, “The Nonalignment of Afro-Asian States: Policy, Perception, and Behaviour”. *Canadian Journal of Political Science*, Vol. 2, No. 1, March 1969.

2. A estabilização das fronteiras: Birmânia, Camboja e Índia

A aproximação à Birmânia constitui um primeiro teste à validade dos Cinco Princípios nas relações entre a China Popular e os países asiáticos. A neutralidade de Rangum assenta no pressuposto de que é possível uma acomodação com Pequim sem que, por isso, se comprometa os seus interesses vitais. Sendo um dos pilares dos Cinco Princípios o respeito mútuo da soberania dos Estados, garantir-se-ia, assim, a contenção chinesa no tocante à política doméstica do país, abstendo-se a RPC de fornecer apoio material a grupos comunistas e assumindo uma atitude de cooperação face à delicada questão dos residentes chineses⁹⁰. Esse respeito mútuo envolveria, evidentemente, um apoio às principais reivindicações de Pequim: os territórios de Taiwan e do Tibete, bem como a representação da RPC nas Nações Unidas.

Apesar da fricção observada na fronteira sino-birmanesa entre 1956 e 1959⁹¹, as negociações diplomáticas intensificam-se, não só com vista à resolução do diferendo fronteiriço, como na ênfase que é dada à *people's diplomacy*, com visitas de delegações chinesas a Rangum para o aprofundamento das relações culturais entre os dois países. Em Janeiro de 1960, o primeiro-ministro birmanês Ne Win desloca-se a Pequim para, com o seu homólogo chinês, selar um acordo sobre a questão fronteiriça. Simultaneamente, a RPC assina com a Birmânia o seu primeiro Tratado de Amizade e Não-Agressão com um país não-comunista. No ano seguinte, a RPC fornece a Rangum um empréstimo de 30 milhões de libras e as duas partes iniciam uma acção concertada com o objectivo de expulsar as tropas do GMT do território birmanês⁹².

A importância que a liderança chinesa atribui à preservação dos seus interesses vitais – em particular, a integridade do seu território – faz com que privilegie as relações com o governo birmanês em detrimento do apoio ao Partido Comunista da Birmânia (PCB). A ambiguidade de Pequim relativamente aos comunistas birmaneses é, aliás, notória quando, com um golpe de Estado em Março de 1962, o Conselho Revolucionário de Ne Win regressa ao poder e inicia, com a aquiescência chinesa, uma campanha repressiva contra guerrilhas comunistas no país.

⁹⁰ Jay Taylor, *China and Southeast Asia: Peking's Relations with Revolutionary Movements*. Praeger, 1976. p. 191.

⁹¹ Sobre a instabilidade da fronteira sino-birmanesa, ver Shen-Yu Dai, "Peking and Rangoon". *The China Quarterly*, No. 5 (Jan. – Mar., 1961). pp. 137-141.

⁹² Jay Taylor, Op. Cit., p. 197.

O agravamento dos acontecimentos no Vietname e o conflito sino-indiano vão reforçar o argumento dos moderados do PCC – segundo Jay Taylor, liderados por Liu Shaoqi, Zhou Enlai e Chen Yi – de que é do interesse chinês que se privilegie as relações com Rangum⁹³. Embora a Birmânia atravessasse, até 1965, períodos de instabilidade no domínio interno – entre os quais, a intensificação das medidas repressivas contra a insurgência comunista e o estabelecimento de um sistema de partido único em 1964 que anula o estatuto legal do BCP –, Pequim não deixa, porém, que estes acontecimentos influenciem a sua aproximação ao governo birmanês⁹⁴.

A evolução das relações sino-birmanesas abre caminho à aproximação da RPC ao Camboja. Phnom Penh joga no quadro regional a sua sobrevivência enquanto Estado soberano⁹⁵. As ameaças à sua integridade territorial advêm, sobretudo, da Tailândia e do Vietname, considerando, por isso, que a qualidade das suas relações com estes países determina, em última instância, a sua independência. Por seu lado, a principal preocupação de Pequim desde a Conferência de Genebra de 1954 é eliminar a possibilidade de o destino da Indochina ser ditado pelos Estados Unidos e que a península do sudeste asiático acolha bases norte-americanas no seu território. A prova mais significativa dos receios chineses é a garantia de protecção da SEATO estendida ao Laos, ao Camboja e ao Vietname do Sul em Setembro desse mesmo ano⁹⁶.

De acordo com J. D. Armstrong, é possível distinguir duas fases nas relações sino-cambojanas até 1960. A primeira fase, que corresponde ao período da Conferência de Genebra, Phnom Penh procura garantir a sua soberania e integridade através de uma aliança informal com os Estados Unidos, encarados pelo Camboja como o poder predominante na região. Na segunda fase, reúne esforços numa política de acomodação aos interesses de Pequim, sem, por isso, afectar as suas relações com Washington. Subjacente a esta evolução na política externa cambojana está a convicção de que, a curto prazo, os Estados Unidos são o *player* dominante no continente asiático, lugar que, a longo prazo, a RPC assumirá na região. É, assim, do seu interesse equilibrar as

⁹³ Op. Cit., pp. 197-198.

⁹⁴ Op. Cit., pp. 201-203.

⁹⁵ Bernard Gordon, “Cambodia: Where Foreign Policy Counts”. *Asian Survey*, Vol. 5, No. 9, September 1965, p. 435.

⁹⁶ J. D. Armstrong, *Revolutionary Diplomacy: Chinese Foreign Policy and the United Front Doctrine*. University of California Press, 1977. p. 186.

relações com Washington e Pequim, privilegiando aquele que melhor servir os seus interesses imediatos⁹⁷.

A guerra do Vietname vai impulsionar o fortalecimento das relações entre Pequim e Phnom Penh, reflectindo-se num esforço conjunto em transmitir sinais de consenso e entendimento entre as duas partes. Em 1963, por exemplo, o príncipe Sihanouk visita a China Popular e, numa declaração conjunta com Liu Shaoqi, elogia a posição chinesa no conflito sino-indiano, declara que Taiwan é parte do território da RPC e reitera o seu apoio à representação de Pequim nas Nações Unidas. Por seu lado, o presidente chinês condena as ingerências externas nos assuntos domésticos do Camboja e atribui total legitimidade ao governo cambojano, que «não só segue os interesses do povo cambojano, como constitui uma contribuição importante para o estabelecimento da paz no sudeste asiático e para o fortalecimento da solidariedade afro-asiática»⁹⁸.

O estreitamento das relações sino-cambojanas beneficia, em larga medida, da conjuntura regional. Phnom Penh teme que o conflito no Vietname se alastre ao seu território e receia que a unificação do país constitua uma ameaça real à sua integridade territorial. Considerando que a RPC usufrui de influência considerável sobre o Lao Dong (Partido dos Trabalhadores do Vietname), Sihanouk encara a aproximação a Pequim como meio de contenção das ambições de Hanoi⁹⁹. Paralelamente, Pequim pretende evitar a emergência de uma Indochina unificada de cariz comunista, sendo certo que esta alinharia com a URSS¹⁰⁰. Daí que limitar o apoio a Hanoi lhe permita, no mínimo, assegurar a estabilidade da sua fronteira e, indirectamente, proteger a soberania do Camboja.

Na tentativa de assegurar a estabilidade das suas fronteiras, a actuação do governo chinês tem o seu revés no caso da Índia. A primeira fase das relações sino-indianas, após o estabelecimento de relações diplomáticas em 1950, é pautada por um ambiente de estreita cooperação. A aproximação entre os dois países tem o seu apogeu na assinatura do acordo comercial entre a Índia e a região do Tibete, assente nos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica que a China Popular promove na sua política

⁹⁷ Op. Cit., p. 191.

⁹⁸ *Peking Review*, 15 de Março, 1963.

⁹⁹ Bernard Gordon, Op. Cit., p. 440.

¹⁰⁰ J. D. Armstrong, Op. Cit., pp. 211-213.

regional¹⁰¹. É, porém, sobre a questão do Tibete que se assiste a um arrefecimento das relações entre Pequim e Nova Deli, que vai culminar no conflito sino-indiano de 1962.

O primeiro momento de fricção sino-indiana dá-se com a revolta popular de Lhasa em 1959¹⁰². O governo chinês considera que os tumultos na capital tibetana foram instigados por intervenção externa, nomeadamente pelos Estados Unidos. A responsabilização recai igualmente sobre as autoridades indianas, acusadas de cumplicidade na saída do Dalai Lama para a Índia, notícia que é mal acolhida em Pequim¹⁰³. A importância que Pequim atribui a estes acontecimentos no Tibete é demonstrada pelo tratamento privilegiado que é dado pela imprensa chinesa à região no ano seguinte¹⁰⁴.

Ao mesmo tempo que a revolta de Lhasa provoca um período de tensão nas relações da RPC com a Índia, sucedem-se confrontos ao longo da fronteira sino-indiana. A 2 de Maio de 1962, o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês divulga na imprensa uma mensagem enviada ao governo de Nova Deli onde dá conta de um total de quinze incursões do exército indiano em território chinês entre 15 e 27 de Abril desse ano¹⁰⁵. A natureza rigorosa e detalhada do relato dá uma ideia do grau de importância que Pequim atribui à questão fronteiriça. Um relatório da agência *Xinhua* sobre as negociações conduzidas pelos dois países menciona «sérias divergências» relativamente às delimitações da fronteira e acusa o governo indiano de «distorcer os factos e de agravar a controvérsia»¹⁰⁶.

O agravamento das tensões na fronteira dá origem a um conflito armado entre Pequim e Nova Deli entre Outubro e Novembro. Após confrontos intensos entre os exércitos chinês e indiano ao longo da linha McMahon, a RPC finda as hostilidades com a decisão unilateral de retirar as suas tropas da fronteira sino-indiana e de instalar postos

¹⁰¹ Sobre a importância dos Cinco Princípios na política regional chinesa, ver <http://www.fmprc.gov.cn/eng/ziliao/3602/3604/t18053.htm>.

¹⁰² Sobre o impacto da revolta de Lhasa nas relações sino-indianas, ver Chen Jian, “The Tibetan Rebellion of 1959 and China’s Changing Relations with India and the Soviet Union”, *Journal of Cold War Studies*, Vol. 8, No. 3, 2006.

¹⁰³ Num encontro com Khrushchev em Outubro de 1959, Mao afirma que «os indianos actuam no Tibete como se o Tibete lhes pertencesse». Citado em David Wolff, “New Russian and Chinese Evidence on the Sino-Soviet Alliance and Split, 1948-1959”, Cold War International History Project, Working Paper No. 30, 2000. p. 66.

¹⁰⁴ Por exemplo, a edição da *Peking Review* de 13 de Dezembro de 1960 dá particular atenção ao Tibete, com três notícias e um artigo extenso sobre as «vitórias» das «reformas democráticas» na produção agrícola. Edições consultadas para o presente trabalho noticiam pontualmente acontecimentos na região.

¹⁰⁵ *Peking Review*, 4 de Maio, 1962.

¹⁰⁶ Idem.

de vigia nas regiões do Tibete e de Sinkiang¹⁰⁷. O porta-voz do Ministério da Defesa chinês anuncia em comunicado que, embora o cessar-fogo tenha sido acordado, as tropas indianas «reúnem ainda esforços e permanecem atentas a uma oportunidade de repetir a sua invasão da China, auxiliadas pelas potências ocidentais»¹⁰⁸.

O atrito fronteiriço permanece em 1965, com o Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês a enviar uma mensagem à embaixada da Índia «protestando fortemente» contra as intrusões indianas em território chinês, «que comprometem a tranquilidade da fronteira sino-indiana e ameaçam a segurança da população chinesa ali residente»¹⁰⁹. O ministro Chen Yi declara, em conferência de imprensa, que a Índia «encara a região de Sikkim como seu protectorado» e que a Índia «ocupa ainda mais de 92,000 quilómetros de território chinês nos sectores este, oeste e centro da fronteira sino-indiana»¹¹⁰.

Paralelamente, Pequim utiliza a aproximação sino-paquistanesa para pressionar o governo indiano a fazer concessões relativamente ao diferendo fronteiriço. Embora pertença à SEATO e privilegie de relações de cooperação com os EUA, o Paquistão assume uma inclinação pró-ocidental na sua política externa por causa da rivalidade histórica com Nova Deli. O facto de não considerar a RPC uma potencial ameaça é, pois, decisivo na aproximação entre os dois países, sobretudo porque ambas as partes se encaram como aliados num possível confronto com a Índia¹¹¹. A existência de uma ameaça comum permite, assim, à China Popular angariar um aliado geograficamente relevante no conflito sino-indiano e, fruto dessa aproximação, atenuar o peso da tendência pró-ocidental na política externa paquistanesa – muito embora esta tenha sido, em diversos momentos, um motivo de fricção entre ambos¹¹².

A importância que Pequim atribui à aproximação sino-paquistanesa no diferendo com Nova Deli tem a sua prova mais visível no conflito indo-paquistanês de 1965. Em Agosto desse ano, Islamabad desencadeia a Operação Gibraltar, um plano de subversão no território contestado da Caxemira, estado a norte da Índia, com o objectivo de

¹⁰⁷ Não cabe no âmbito deste trabalho aprofundar o tema da fronteira sino-indiana. Sobre os antecedentes do atrito territorial entre a RPC e a Índia, ver Alastair Lamb, *The China-India Border: the Origins of the Disputed Boundaries*. Oxford University Press, 1964. Sobre o conflito sino-indiano, ver, particularmente, Neville Maxwell, *India's China War*, Penguin Books, 1970.

¹⁰⁸ *Peking Review*, 15 de Março, 1963.

¹⁰⁹ *Peking Review*, 3 de Setembro, 1965.

¹¹⁰ *Vice-Premier Chen Yi Answers Questions Put By Correspondents*. Peking: Foreign Languages Press, 1966. pp. 1-2.

¹¹¹ J. D. Armstrong, Op. Cit., p. 155.

¹¹² Idem.

expulsar as forças indianas. O acto paquistanês dá origem a confrontos militares entre os dois países que terminam em Setembro com uma ordem de cessar-fogo mandatada pela ONU. Embora a reacção inicial da RPC seja algo ambígua – a primeira declaração oficial é emitida apenas em 7 de Setembro, aquando da ofensiva indiana no Paquistão Ocidental –, o apoio a Islamabad é motivado pela preocupação chinesa em impedir que Nova Deli capitalize com uma provável vitória no conflito e consolide o seu poder e influência no quadro regional¹¹³.

3. A expulsão da presença norte-americana: Tailândia e Japão

Em Bandung, a China Popular tinha procurado desacreditizar a SEATO e atenuar os receios dos países asiáticos relativamente aos desígnios de Pequim. Tinha utilizado a via conciliadora para abrir espaço a uma reorientação destes países para o neutralismo na sua política externa. O alvo das críticas chinesas deixara de ser os membros da SEATO para ser agora os interesses norte-americanos na região. Esses interesses visavam, segunda a versão chinesa, controlar e explorar os Estados aliados submetendo-os a um novo tipo de colonialismo¹¹⁴.

A mudança de rumo de Pequim é bem acolhida na Tailândia. A nova posição da liderança chinesa coincide com um período de liberalização política que Banguécoque decide levar a cabo, assistindo-se a um avolumar de críticas internas à SEATO e ao não reconhecimento do governo da RPC. Paralelamente, o discurso chinês responsabiliza os Estados Unidos pelas más relações entre Pequim e Banguécoque e enfatiza os benefícios de um estreitamento das relações comerciais entre os dois países, em detrimento das contrapartidas exigidas pelos norte-americanos no seio da aliança com a Tailândia¹¹⁵. Em 1957, intensificam-se os esforços da RPC no domínio das relações informais, com deslocações de líderes sindicais, jornalistas e artistas a Pequim. O apoio chinês ao Partido Comunista Tailandês (PCT), se já era fraco, deixa simplesmente de existir¹¹⁶.

¹¹³ Op. Cit., p. 168.

¹¹⁴ Jay Taylor, Op. Cit., p. 267.

¹¹⁵ Op. Cit., p. 268.

¹¹⁶ Op. Cit., p. 270.

Há, porém, dois acontecimentos que vão marcar o arrefecimento das relações Pequim-Banguécoque: a aproximação sino-cambojana e o fim da linha de Bandung na política externa chinesa. Relativamente ao primeiro, o estabelecimento de relações diplomáticas com Phnom Penh em Julho de 1958 vai limitar a margem de manobra de que Pequim desfrutava até então com o governo tailandês. A animosidade histórica com o Camboja leva a Tailândia a ressuscitar os receios de uma ameaça chinesa, desta vez encarando a aproximação entre os dois países como meio de subversão da sua soberania via território cambojano.

Ao mesmo tempo, assiste-se neste período a uma reconfiguração da política externa chinesa. Esta deve-se, sobretudo, à conclusão a que chegara a liderança chinesa de que a preferência por uma política conciliadora na esteira de Bandung não produzira resultados significativos, nomeadamente em persuadir os países asiáticos de que a presença norte-americana na região era injustificada e que o caminho a seguir deveria, pois, ser o do neutralismo. A tentativa de isolar os Estados Unidos fracassara, assistindo-se, pelo contrário, à intensificação do poderio militar norte-americano no sudeste asiático. Adicionalmente, não é de excluir que a política regional tenha sofrido mudanças com a nova visão do contexto internacional que Pequim preconizara desde a Conferência de Moscovo de 1957, servindo-se a RPC do argumento de que o campo socialista atingira condições extremamente favoráveis para a prossecução de uma política activa de oposição ao campo capitalista¹¹⁷.

A partir daqui, assiste-se a uma confrontação crescente entre a RPC e a Tailândia. A rejeição do neutralismo por parte de Banguécoque traduz-se num apoio inequívoco à política norte-americana de contenção, no auxílio material prestado a Saigão na escalada do conflito no Vietname, na preservação das relações com Taipé e na cedência de território tailandês ao GMT para acções militares na RPC¹¹⁸. Do lado chinês, é notória a crescente oposição à política externa de Banguécoque. Em 1962, o *Renmin Ribao* noticia intenções tailandesas de «desencadear preparações para um envolvimento activo na agressão armada» no Vietname do Sul e no Laos, no quadro da SEATO¹¹⁹. O maior sinal de antagonismo é, porém, o início do apoio chinês a actividades subversivas no território tailandês. A promoção da luta armada é realizada em coordenação com o Vietname do Norte, congregando esforços no sentido de

¹¹⁷ Sobre a nova visão chinesa do contexto internacional, ver o capítulo anterior.

¹¹⁸ Jay Taylor, Op. Cit., p. 290.

¹¹⁹ *Renmin Ribao*, 27 de Abril, 1962.

estabelecer uma estrutura de guerrilha em diferentes pontos da Tailândia. A formação de quadros políticos é feita na China, ao passo que o treino militar de insurgentes tailandeses é realizado no campo de Hoa Binh, a sudeste de Hanoi. De acordo com Jay Taylor, 62 recrutas tailandeses são formados em 1962, número que atingirá os 130 em 1965¹²⁰.

O caso do Japão é, no entender da liderança chinesa, o reflexo mais evidente do imperialismo norte-americano. Para Pequim, discutir a questão japonesa é, pois, discutir a questão norte-americana. Em Abril de 1957, debatendo o assunto com uma delegação do Partido Socialista Japonês, Mao afirma de forma peremptória que «o problema do Japão é a presença dos Estados Unidos». No mesmo encontro, Zhou Enlai salienta que o Tratado de Segurança entre Washington e Tóquio é uma forma de «exploração do militarismo japonês por parte dos Estados Unidos», declarando que «se o Japão alcançar a independência total, estaremos em condições de assinar um tratado de não-agressão mútua com o Japão». Para Mao, a única solução é o Japão distanciar-se dos Estados Unidos», procurando, ao invés, «investir em relações pacíficas e amistosas com as nações asiáticas»¹²¹. Assim, a inclinação pró-ocidental da política externa do Japão é, para Pequim, o principal entrave à aproximação sino-japonesa.

A renovação do Tratado de Segurança entre os Estados Unidos e o Japão marca o aumento da hostilidade de Pequim relativamente à liderança japonesa. Até aí, a RPC deixara em aberto a possibilidade de entendimento com Tóquio, desde que se desmembrasse da aliança com os Estados Unidos. A proposta de Zhou Enlai, acima mencionada, de um tratado de não-agressão com o Japão mostrara o grau de expectativa que Pequim depositara na expulsão da presença norte-americana no continente, o que, na sua visão, contribuiria para um clima regional pacífico ou, pelo menos, favorável à China Popular. Contudo, a renovação do tratado pelo governo de Nobusuke Kishi constitui um revés para a política adoptada pela RPC.

Em Janeiro de 1960, Kishi desloca-se aos Estados Unidos para selar o acordo com Washington. A decisão do governo japonês é acolhida sob fortes protestos no país, com 27 mil manifestantes envolvidos em confrontos com a polícia e uma marcha de 700 estudantes até ao aeroporto de Tóquio com o intuito de impedir a viagem de Kishi, que

¹²⁰ Jay Taylor, Op. Cit., p. 289.

¹²¹ John K. Leung e Michael Y. M. Kau (ed.), *The Writings of Mao Zedong 1949-1976*, Vol. II. M. E. Sharpe, Inc, 1992. pp. 491-494.

considera os protestos «reprováveis e insignificantes»¹²². A acção popular é bem acolhida em Pequim. Num encontro com delegações do Japão, de Cuba, do Brasil e da Argentina em Maio, Mao declara que Kishi é um «lacaio do imperialismo norte-americano» e que o tratado assinado com Washington é «uma ameaça grave à paz asiática e mundial», apoiando a «luta gigantesca» do povo japonês contra a aliança Japão-EUA¹²³.

Embora permaneça um grau elevado de hostilidade entre os dois países, o fim do auxílio económico da URSS à China vai conduzir a um fortalecimento das relações comerciais entre Pequim e Tóquio. Este fortalecimento vai ser utilizado pela RPC como forma de pressionar o governo japonês a convergir com os interesses chineses, nomeadamente nas relações diplomáticas com Taiwan e na questão da aliança militar com Washington. A liderança chinesa aposta, então, em harmonizar as suas necessidades e os seus interesses através de uma política dual: por um lado, privilegiar as relações comerciais com o Japão e, por outro, manter o discurso condenatório contra posições assumidas pelo governo japonês em matéria de política externa. É nesse sentido que o ministro dos Negócios Estrangeiros chinês, Chen Yi, defende, numa entrevista com correspondentes japoneses em 1965, que o governo de Eisaku Sato «prossegue a política anti-chinesa promovida pelos Estados Unidos», ao mesmo tempo que «pretende obter ganhos com as trocas comerciais sino-japonesas». A cedência vem logo a seguir: embora refira que a política de Sato é «contraditória» e impede a normalização das relações sino-japonesas, o ministro chinês refere que o governo da RPC está disposto a «prosseguir com o comércio entre os dois países nos níveis actuais»¹²⁴.

Na ausência de uma base de entendimento sino-japonesa, a liderança chinesa concentra esforços no exercício da *people's diplomacy*. Em Outubro de 1960, delegações chinesas e japonesas reúnem no segundo Encontro Mundial dos Jornalistas em Baden, na Áustria, e, numa declaração conjunta assinada dois meses depois em Pequim, expressam a importância de «forçar as tropas norte-americanas a abandonar a região asiática e esmagar a aliança militar Japão-EUA», tendo como fim o estabelecimento de uma «zona livre de armas nucleares na região da Ásia e do

¹²² *Time*, 25 de Janeiro, 1960.

¹²³ *Chairman Mao Tse-Tung's Important Talks with Guests from Asia, Africa and Latin America*. Peking: Foreign Languages Press, 1966. pp. 5-6.

¹²⁴ *Vice-Premier Chen Yi Answers...* p. 18.

Pacífico»¹²⁵. No ano seguinte, deslocando-se a Tóquio por ocasião do VII Congresso da Liga Democrática da Juventude Japonesa, membros do Comité Central da Liga da Juventude Comunista Chinesa defendem, num comunicado conjunto, que «o imperialismo norte-americano é o inimigo comum dos povos chinês e japonês»¹²⁶.

Paralelamente, Pequim acompanha de perto a acção do Partido Comunista Japonês (PCJ). Em Junho de 1961, por ocasião da visita à RPC de uma delegação do PCJ, Mao expressa o seu apoio ao partido japonês, declarando que «tem sido, até hoje, o grande representante e defensor dos interesses do povo japonês e dos interesses nacionais do Japão». Pequim dá, assim, o seu «apoio resolutivo à luta do povo japonês contra os reaccionários japoneses e norte-americanos»¹²⁷. Este apoio da liderança chinesa deve ser visto sob o prisma do conflito sino-soviético, em que a base de apoio de Pequim é, sobretudo, de partidos asiáticos¹²⁸. Nesse sentido, o grau de importância atribuído ao PCJ advém, fundamentalmente, da sua inclinação pró-chinesa¹²⁹. O PCJ é, aliás, o único partido asiático que se envolve numa polémica pública com a liderança do PCUS, demonstrada numa troca de correspondência entre Julho e Setembro de 1964¹³⁰.

Relativamente a este ponto é curioso notar, por exemplo, a edição do *Peking Review* aquando da queda de Khrushchev. A 13 de Novembro, o periódico publica um conjunto de declarações de partidos comunistas europeus – italiano, checoslovaco, britânico e holandês – favoráveis à política do líder soviético. As críticas a Khrushchev são exclusivamente representadas pelo partido japonês. Uma citação de Sanzo Nosaka, presidente do Comité Central do PCJ, surge em destaque no artigo e o alinhamento com Pequim é notório: Nosaka condena o líder soviético de «rendição e submissão ao imperialismo norte-americano» e declara que «o bem sucedido teste nuclear da China Popular é uma vitória do marxismo-leninismo e um golpe duro contra o imperialismo liderado pelos Estados Unidos»¹³¹.

¹²⁵ *Peking Review*, 13 de Dezembro, 1960.

¹²⁶ *Peking Review*, 7 de Julho, 1961.

¹²⁷ Idem.

¹²⁸ Segundo o Foreign Office, o PCC reúne apoios do Partido Comunista da Birmânia, do Partido Comunista da Indonésia, do Partido Comunista do Japão, do Partido Comunista do Laos, do Partido Comunista da Malásia, do Partido Comunista do Paquistão, do Partido Comunista das Filipinas, da Frente Nacional de Libertação do Vietname do Sul e do Partido Comunista da Tailândia. *World Communism: the Road to Schism*, April, 1965. pp. 34-35.

¹²⁹ Sobre o alinhamento do PCJ com Pequim, ver, por exemplo, a declaração conjunta das delegações dos dois partidos em *Peking Review*, 7 de Julho, 1961.

¹³⁰ *World Communism: the Road to Schism*, p. 20.

¹³¹ *Peking Review*, 13 de Novembro, 1964.

Ainda no contexto do cisma sino-soviético, é de salientar a preocupação chinesa relativamente à divisão a que se assiste no seio do PCJ, nomeadamente com a dissidência de alguns dos seus membros. Esta divisão resulta de pressões por parte do PCUS no sentido de atenuar a influência chinesa no PCJ, o que parece produzir efeitos com a criação de uma oposição interna de cariz pró-soviético em Julho de 1964¹³². A nova facção não passa despercebida em Pequim, que vai condenar a visita do dissidente Yoshio Shiga à URSS em Novembro do mesmo ano, com vista a obter explicações sobre a queda de Khrushchev e garantir o apoio da nova liderança soviética. O acto é relatado na imprensa chinesa como uma «conspiração com vista a criar um segundo Partido Comunista Japonês»¹³³.

4. A China Popular e o conflito no Vietname

A guerra do Vietname é, para a liderança chinesa, uma das questões mais sensíveis no quadro regional. Após a edificação da República Democrática do Vietname (RDV), Pequim vê-se numa situação difícil de gerir: apoiar o regime comunista e, ao mesmo tempo, não antagonizar demasiado os Estados Unidos, principal apoio do regime do Vietname do Sul. A verdade é que, no período em análise, as relações entre a RDV com o campo socialista são marcadas pela dependência militar e económica desta relativamente a Pequim e Moscovo. Apesar dos constrangimentos daí decorrentes, Hanoi procura, sobretudo, maximizar a sua liberdade de acção oscilando entre a RPC e a URSS com vista a obter os apoios necessários para a dupla tarefa de consolidar o seu poderio militar e atingir a unificação do país. Prova disso é, por exemplo, a sua posição no conflito sino-soviético, onde, ao invés de assumir um alinhamento pró-soviético ou pró-chinês, opta por privilegiar o lado que melhor serve os seus interesses imediatos¹³⁴.

Após a Guerra da Indochina, o apoio de Pequim a Hanoi é significativo. Entre 1955 e 1961, a RDV recebe 662 milhões de dólares da China Popular, de um total de 1 bilhão de auxílio prestado pelo bloco comunista. Com o início do cisma sino-soviético, a URSS intensifica a sua ajuda a Hanoi no processo de industrialização no quadro do Plano Quinquenal de 1960. A flutuação entre Moscovo e Pequim vai, no entanto,

¹³² *World Communism: the Road to Schism*, p. 20.

¹³³ *Peking Review*, 13 de Novembro, 1964.

¹³⁴ Jay Taylor, *Op. Cit.*, p. 19.

pendar para a última quando Hanoi decide, no final desse ano, centrar os seus esforços no objectivo da unificação do país, que apenas poderia alcançar por via da insurreição no Sul e, para tal, o apoio do campo comunista seria decisivo. À medida que Khrushchev exerce a sua política externa no sentido da coexistência pacífica e da redução da tensão internacional, o alinhamento com a China Popular afigura-se, pois, evidente¹³⁵.

A liderança chinesa encara, porém, o contexto regional com precaução. A ênfase que Pequim dá neste período ao anti-imperialismo na sua política externa não é acompanhada, de imediato, por um apoio claro e inequívoco à insurreição no continente asiático. Prevalecem, pelo contrário, considerações de segurança nacional que explicam, em larga medida, a ambiguidade na atitude da RPC face aos acontecimentos no Vietname. A grande preocupação do governo chinês prende-se com a possibilidade de o conflito vietnamita alastrar ao seu país, pondo em causa a sua segurança e integridade territorial¹³⁶.

É, aliás, sobre o papel da China no conflito do Vietname que se assiste a um debate interno no PCC que tem início em 1960. Embora seja consensual que Pequim apoie a RDV, existem dúvidas relativamente aos meios e ao grau de apoio a ser prestado. Uma das facções, encabeçada por Deng Xiaoping e Zhou Enlai, defende um auxílio limitado a Hanoi. Até mesmo esta facção “moderada” apresenta hipóteses variadas. Deng, por exemplo, privilegia um modelo de guerra de guerrilha de baixa intensidade, insistindo que um conflito de larga escala, com o objectivo de tomar Saigão e derrubar o regime de Nho Dinh Diem, envolveria riscos elevados que poderiam desencadear, em última instância, uma intervenção norte-americana em território chinês. Zhou, por seu lado, apresenta três opções: (1) um conflito de baixa escala (guerra de guerrilha); (2) um conflito a média escala (envolvendo o Laos e o Vietname do Sul) e (3) um conflito a larga escala (envolvendo tropas norte-americanas). Das três opções que apresenta, o primeiro-ministro chinês apoia a segunda¹³⁷.

¹³⁵ Op. Cit., p. 20.

¹³⁶ Yang Kuisong, “Changes in Mao Zedong’s Attitude Toward the Indochina War, 1949-1973”. Cold War International History Project, Working Paper No. 34, 2002, p. 17.

¹³⁷ Yang Kuisong, Op. Cit., pp. 20-21. De referir que o debate do PCC envolve ainda o tema das relações sino-soviéticas, com membros destacados do Exército de Libertação Popular a defenderem que, a curto prazo, uma reaproximação a Moscovo seria do interesse de Pequim para travar uma intervenção militar norte-americana no seu território. Sobre o tema das relações sino-soviéticas no debate interno do PCC, ver, em particular, Morton Halperin e John Wilson Lewis, “New Tensions in Army-Party Relations in China”, *The China Quarterly*, No. 26, 1966.

À medida que a posição de Mao no campo da política externa se radicaliza, começam a aparecer vozes no seio do PCC a apelar à moderação. Em 1962, um grupo de dirigentes chineses liderados por Wang Jiaxiang, director do Departamento de Relações Internacionais do partido, envia uma carta a Zhou Enlai a apelar à contenção de Mao, expondo os riscos da sua nova visão da conjuntura internacional para os interesses chineses. O grupo afirma que a RPC não sai beneficiada de um aumento da tensão internacional – que parece estar implícita na política de confrontação de Mao *vis-à-vis* os Estados Unidos –, devendo, por isso, reforçar a aplicação do princípio da coexistência pacífica. A carta refere em particular o grau elevado de financiamento económico e militar a grupos subversivos no Vietname, no Laos e no Camboja, que, na conjuntura económica extremamente difícil que a RPC atravessa pós-Grande Salto, não é, de todo, benéfico para a RPC¹³⁸.

Os apelos à moderação vão ser, no entanto, rejeitados pelo partido. Em Setembro desse ano, o Comité Central do PCC reúne para a décima sessão plenária, presidida por Mao. No comunicado final, lê-se que «os imperialistas, os reaccionários de vários países e os revisionistas modernos» estão a levar a cabo «actividades criminosas contra a República Popular da China e todos os países independentes da Ásia, África e América Latina». Assiste-se, por isso, à prevalência da «luta de classes na esfera internacional». Nesse sentido, a política externa de Pequim deve «opor-se à política imperialista de agressão e guerra» e «dar apoio activo às lutas de libertação dos povos de vários países»¹³⁹.

O discurso chinês concentra-se, a partir daqui, em associar o imperialismo norte-americano aos acontecimentos no Vietname. Numa declaração em Agosto de 1963, Mao afirma que os Estados Unidos «violaram os acordos alcançados na primeira Conferência de Genebra ao obstruir a unificação do Vietname» e que «ninguém acreditará que um tratado fará o imperialismo norte-americano largar a sua faca de carnicheiro e tornar-se repentinamente num Buda, ou comportar-se melhor»¹⁴⁰. Num discurso em Pequim no mesmo mês, Liao Chengqi, presidente do Comité Chinês para a Solidariedade Afro-Asiática, declara que «a grave situação no Vietname do Sul foi criada apenas pelo imperialismo norte-americano» e que a política de «agressão e

¹³⁸ Yang Kuisong, Op. Cit., pp. 21-22.

¹³⁹ Communiqué of the Tenth Plenary Session of the Eighth CCP Central Committee, 27 September, 1962.

¹⁴⁰ *Statement Opposing Aggression against Southern Viet Nam and Slaughter of its People by the U.S.-Ngo Dinh Diem Clique*. Peking: Foreign Languages Press, 1963. pp. 2-3.

guerra» de Washington é «a fonte de todo o sofrimento do povo do Vietname do Sul»¹⁴¹.

À medida que as divergências entre Moscovo e Pequim se vão agudizando, os norte-vietnamitas temem que o impacto do cisma no bloco comunista seja tal que o apoio de que tanto necessitam para ganhar o Sul e alcançar a unificação do país lhes seja vedado. Estes receios são acompanhados de um certa ampreensão face à política externa de Khrushchev, cujo privilégio dado à coexistência pacífica se comprova na gestão das crises de Berlim e da Baía dos Porcos em 1962. O facto de Khrushchev não procurar uma confrontação com os Estados Unidos surpreende o Lao Dong, uma vez que, para este, a URSS é o único país do bloco comunista com capacidade de enfrentar Washington. Com a intensificação do envolvimento das tropas norte-americanas no conflito em 1963 e 1964 e as reticências de Moscovo em apoiar a RDV, o Lao Dong volta-se, mais uma vez, para Pequim¹⁴².

Embora se assista a um fortalecimento da aliança Pequim-Hanoi, é da convicção dos norte-vietnamitas de que a ajuda da URSS se mantém como uma possibilidade. Prova disso é a atitude reticente da RDV em criticar abertamente a liderança soviética, demonstrando algum cuidado em não comprometer as relações com Moscovo. É, também, por isso que reage de forma positiva à queda de Khrushchev em 1964 e ao interesse que a nova liderança demonstra pelos acontecimentos no Vietname¹⁴³. Hanoi pretende, por isso, clarificar a sua posição relativamente ao cisma sino-soviético, justificando o alinhamento com Pequim por necessidade, devido, fundamentalmente, à política de Khrushchev para o Vietname¹⁴⁴.

Em Agosto de 1964, assiste-se a confrontos entre forças navais norte-americanas e norte-vietnamitas no Golfo de Tonkin. Mao propõe ao dirigente norte-vietnamita Le Duan, em visita a Pequim, o envio de 300 a 500 mil tropas chinesas para o sul da China, na fronteira sino-vietnamita, e a intenção de construir dois aeródromos na região de Mengzi, província de Yunnan, que seriam utilizados para o envio de aviões de guerra caso a DRV fosse atacada. O incidente do Golfo de Tonkin desencadeia a intervenção de Washington no Vietname do Norte e, mais tarde, o início do envolvimento activo da

¹⁴¹ Op. Cit., pp. 12-14.

¹⁴² Yang Kuisong, Op. Cit., pp. 25-27.

¹⁴³ A nova liderança soviética declara publicamente que apoiará o Vietname do Norte em caso de ataque norte-americano e dá luz verde à abertura de um bureau da NLF em Moscovo. Jay Taylor, Op. Cit., p. 30.

¹⁴⁴ Idem.

RPC no conflito do Vietname dá-se com a assinatura de um acordo militar entre Pequim e Hanoi em Dezembro de 1964. A China Popular envia 300 mil tropas – cinco divisões de infantaria e cinco divisões de artilharia anti-aérea – às províncias a norte da DRV¹⁴⁵.

Com o aumento do auxílio militar a Hanoi, Pequim encontra-se numa posição desfavorável comparativamente à de Moscovo. Actuando como retaguarda do Vietname do Norte através da cedência de apoio logístico, a China Popular seria um alvo claro para os Estados Unidos caso os norte-americanos decidissem conduzir o conflito para lá do território vietnamita. As fragilidades de Pequim face a um ataque norte-americano são significativas, nomeadamente na questão nuclear. Por outro lado, Mao não se mostra disposto a ceder aos soviéticos para uma aliança temporária com Moscovo. Um compromisso com a URSS deitaria por terra a sua posição no debate sino-soviético e comprometeria as suas reivindicações no seio do movimento comunista internacional¹⁴⁶.

Uma reaproximação a Moscovo é definitivamente excluída pelo governo chinês quando este rejeita a proposta soviética de uma conferência internacional sobre a questão do Vietname e põe de parte a sugestão de Khrushchev de criar uma ponte aérea na China para facilitar o envio de ajuda militar à DRV. Pequim parece estar interessada em fornecer todo o apoio necessário aos norte-vietnamitas e, ao mesmo tempo, em moderar a escala do conflito e evitar um envolvimento directo que conduza a uma intervenção norte-americana em território chinês. Por isso, enquanto mantém afastada a possibilidade de um ataque de Washington, a liderança chinesa procura retirar ganhos da manutenção do conflito no Vietname. Jay Taylor avança três: comprometer a coexistência pacífica entre Moscovo e Washington; polarizar a política interna dos Estados Unidos; estimular, por último, sentimentos anti-americanos no continente, por forma a mobilizar os países asiáticos na expulsão definitiva dos norte-americanos da região¹⁴⁷.

A ajuda de Moscovo a Hanoi é um tema sensível para Pequim. Para a liderança chinesa, se, por um lado, permitir que armamento soviético chegue à RDV via RPC, sendo este superior ao que a China Popular poderia facultar aos norte-vietnamitas, estará a reforçar a dependência de Hanoi face a Moscovo. Ao mesmo tempo, a utilização de território chinês poderia induzir em inúmeras pressões dos soviéticos sobre o governo de Pequim, o que, no contexto do cisma sino-soviético, seria inaceitável. Por

¹⁴⁵ Yang Kuisong, *Op. Cit.*, p. 29.

¹⁴⁶ Jay Taylor, *Op. Cit.*, p. 36.

¹⁴⁷ *Op. Cit.*, 42.

outro lado, rejeitar a ajuda soviética comprometeria um dos argumentos centrais da posição chinesa no debate sino-soviético – o apoio aos movimentos de libertação nacional. Sendo possível que, com a rejeição chinesa, o auxílio militar soviético chegasse à DRV por via marítima, esta opção levaria a um estreitamento das relações entre Hanoi e Moscovo.

A solução para o problema da ajuda soviética é apresentada em Fevereiro de 1965, quando Mao dá o aval a Kosygin para a circulação de armamento soviético em território chinês¹⁴⁸. Embora ceda a Moscovo, Pequim vai, no entanto, criticar as motivações que estão por detrás do apoio dos soviéticos a Hanoi. Numa entrevista com um correspondente japonês em Pequim, Chen Yi afirma que o apoio soviético «está, em quantidade e qualidade, longe do que seria possível facultar dada a força da União Soviética». Moscovo «não tem apoiado de forma sincera o povo vietnamita», usando, pelo contrário, «a sua suposta ajuda de forma a controlar a situação do Vietname e direccionar a questão vietnamita para a órbita da colaboração URSS-EUA»¹⁴⁹. A circulação de armamento em território chinês dá, aliás, origem a um conjunto de incidentes entre a URSS e a RPC, indo de pormenores técnicos relativos ao transporte da ajuda soviética a questões de soberania nacional¹⁵⁰.

À medida que aumenta o compromisso de auxílio a Hanoi, a liderança chinesa intensifica a política de confrontação com Washington. Num discurso na Indonésia em Maio de 1965, Peng Zhen afirma que «o imperialismo norte-americano está condenado ao fracasso no Vietname» e que, apesar do grau de envolvimento, Washington «será queimada até à morte, como um búfalo que se apressa num labirinto impetuoso»¹⁵¹. O vice-ministro Luo Ruiqing vai mais longe, declarando, em artigo publicado na *Hongqi*, que «estamos preparados para enviar tropas para combater ao lado do povo vietnamita logo que precisarem de nós», salientando que essa ajuda será prestada «independentemente de o imperialismo norte-americano bombardear ou não o nosso país ou expandir ou não a guerra»¹⁵². A importância da oposição à ofensiva norte-americana no Vietname é realçada num editorial do *Renmin Ribao*, onde se lê que o conflito vietnamita é «o ponto fulcral do presente conflito mundial entre as forças

¹⁴⁸ Yang Kuisong, Op. Cit., p. 31.

¹⁴⁹ *Vice-Premier Chen Yi Answers...* pp. 34-35.

¹⁵⁰ Yang Kuisong, Op. Cit., p. 31.

¹⁵¹ *Speech at the Aliarcham Academy of Social Sciences in Indonesia, May 25, 1965*. Peking: Foreign Languages Press, 1965.

¹⁵² *Commemorate the Victory Over German Fascism! Carry the Struggle Against U.S. Imperialism Through to the End!* Peking: Foreign Languages Press, 1965, p. 29.

revolucionárias do povo e as forças da contra-revolução, entre as forças da paz e as forças da guerra»¹⁵³.

A melhor exposição do modelo de guerra que Pequim defende para o contexto vietnamita é feita por Lin Biao no artigo “Long Live the Victory of People’s War!”. Com base na experiência chinesa, o ministro da Defesa expõe os princípios basilares de uma guerra de guerrilha: «apoiar-se nos camponeses, construir bases rurais e utilizar o campo de forma a cercar e depois capturar as cidades»¹⁵⁴. Na constituição do corpo militar da revolução, deve dar-se primazia, não apenas às «armas e técnica», mas, sobretudo, «à política, à consciência revolucionária e proletária e à coragem dos soldados, ao apoio às massas». A dinamização psicológica no processo revolucionário não deve, por isso, dispensar a variante politico-ideológica, relevando o domínio militar para segundo plano. A importância da ideologia estende-se à centralidade do partido comunista na formação de uma frente unida interna, que deve reunir «todas as forças que é possível unir e isolar ao máximo o inimigo comum de toda a nação»¹⁵⁵.

O elemento inovador na argumentação de Lin é a alusão à auto-suficiência no processo revolucionário de um país. Diz o artigo que «a revolução ou a guerra popular num país restringe-se apenas às massas que o compõem e devem ser desencadeadas primariamente pelos seus próprios recursos». A mobilização interna é, não só, essencial, como o factor decisivo para a vitória das forças revolucionárias. Assim, «a ajuda externa deve assumir apenas um papel suplementar», até mesmo «de países que persistem na revolução». Reside, aqui, a essência da guerra popular: a dinamização psicológica e ideológica das massas populares para a luta revolucionária¹⁵⁶.

O apelo de Lin à auto-suficiência na guerra popular está intrinsecamente associado ao grau de envolvimento chinês no Vietname. Para o governo chinês, competir com a URSS em termos de ajuda militar e económica é inconcebível, restando-lhe compensar as suas limitações com um apelo aos norte-vietnamitas para que dependam fundamentalmente dos seus recursos para a condução da guerra. A ênfase na auto-suficiência permite-lhe, assim, justificar por que razão a RPC não está mais envolvida no conflito e, indirectamente, influenciar Hanoi para que reduza a sua

¹⁵³ *The Historical Experience of the War against Fascism*. Peking: Foreign Languages Press, 1965, p. 23.

¹⁵⁴ *Peking Review*, 3 de Setembro, 1965.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem. Para um estudo pormenorizado sobre a importância do artigo de Lin, ver D. P. Mozingo e T. W. Robinson, “Lin Biao on People’s War: China Takes a Second Look at Vietnam”. The RAND Corporation, November 1965.

dependência face a Moscovo. Ao mesmo tempo, um conflito prolongado, subjacente à guerra de guerrilha, é encarado por Pequim como a opção mais viável, dado que, desgastando as tropas norte-americanas e com um baixo nível de hostilidade, reduz as hipóteses de escalada do envolvimento dos EUA. Ao servir-se do discurso da auto-suficiência, os receios chineses de uma intervenção norte-americana no seu território são atenuados, pois que o fluxo limitado de apoio a Hanoi não constituirá motivo forte e inequívoco para uma ofensiva de Washington¹⁵⁷.

Nesse sentido, na segunda metade de 1965, a RPC dá sinais de querer assumir um papel secundário no conflito. Em Setembro, por ocasião do Dia Nacional do Vietname, Zhou Enlai elogia a «experiência enriquecedora» da luta do povo vietnamita e declara de forma vaga que «o povo chinês permanece firme e consistente no seu apoio à luta do povo do Vietname»¹⁵⁸. O próprio Luo Ruiqing – que, como vimos, havia assegurado apoio militar ao Vietname independentemente de Washington intervir ou não em território chinês – discursa numa cerimónia do vigésimo aniversário da Guerra de Resistência contra o Japão e clarifica a posição reactiva do governo chinês: «se o imperialismo norte-americano se atrever a enviar tropas para invadir o território da China Popular, o destino que lhes aguarda não poderá ser outro que não a sua completa aniquilação»¹⁵⁹. Apesar de Lin referir no seu artigo que «o povo chinês fará tudo o que estiver ao seu alcance» no apoio a Hanoi, este não parece ser, de todo, consensual no seio da liderança chinesa. Pelo contrário: o tema desaparece definitivamente do discurso chinês¹⁶⁰.

¹⁵⁷ Jay Taylor, Op. Cit., pp. 49-50.

¹⁵⁸ *Peking Review*, 3 de Setembro, 1965.

¹⁵⁹ Idem.

¹⁶⁰ Jay Taylor, Op. Cit., p. 49.

Capítulo III: As relações entre a China Popular e os Estados Unidos

1. Antecedentes: conciliação e conflito

Os primeiros anos da República Popular da China são marcados por considerável hostilidade nas suas relações com os Estados Unidos, derivada, sobretudo, da presença norte-americana na região asiática. Essa presença é particularmente visível a sudeste do continente através de garantias de protecção militar concedidas por Washington. A aliança militar com Taiwan, o Tratado de Segurança com o Japão, bem como a criação da SEATO que engloba a Tailândia, as Filipinas, a Nova Zelândia e a Austrália não se restringem à preservação da soberania e integridade daqueles territórios. Para os norte-americanos, é fundamental estancar a expansão comunista e, assim, isolar a China Popular.

Muito embora Pequim considere que o aprofundamento do compromisso militar norte-americano na região constitui uma ameaça à sua soberania nacional, contribuindo para o aumento dos receios chineses de *encirclement*, a liderança chinesa não exclui uma aproximação a Washington. Prova disso é a constante oscilação nas atitudes de Pequim que se assiste neste período, ora hostilizando as suas posições, ora fazendo concessões e apelando à conciliação.

Em 1954, a convicção chinesa era a de que a presença na Conferência de Genebra sobre a questão da Indochina transmitiria às potências ocidentais a imagem de uma China Popular benigna que assume um papel activo na resolução pacífica de conflitos no quadro internacional. Os gestos chineses de conciliação visavam, sobretudo, os Estados Unidos, pois que as relações sino-britânicas davam provas de sucesso desde o estabelecimento de relações diplomáticas em 1950 e a França não era particularmente hostil ao governo chinês.

Os esforços de Pequim em Genebra vão, contudo, fracassar. Num acto simbólico, o secretário de Estado norte-americano, John Foster Dulles, recusa um aperto de mão com Zhou Enlai na conferência e, em Setembro, desloca-se às Filipinas para

assinar o tratado que institui a SEATO¹⁶¹. O Pacto de Manila é encarado em Pequim com reservas e Mao receia que a aliança conceda garantias de protecção militar a Taiwan. O governo chinês põe definitivamente de parte a política conciliatória ao desencadear, nesse mesmo mês, o bombardeamento às ilhas Quemoy e Matsu, ao largo da costa do sul da China. A resposta norte-americana surge, primeiro, com a assinatura de um tratado de defesa mútua com Taiwan em Dezembro e, em Janeiro do ano seguinte, com a *Formosa Resolution* aprovada no Congresso, que dá luz verde à defesa da «segurança da Formosa, dos Pescadores e demais posições e territórios daquela área»¹⁶².

Receando uma retaliação norte-americana contra o seu território, o governo chinês recua. Em Bandung, Zhou Enlai anuncia o fim dos bombardeamentos às ilhas e dá sinais de que Pequim pretende reduzir a tensão regional negociando directamente com os Estados Unidos. Zhou propõe o início de conversações diplomáticas e, com o aval de Dulles, estas arrancam em Genebra e, mais tarde, em Varsóvia. Assiste-se ao primeiro contacto sino-americano desde 1949. As conversações atingem alguns resultados positivos, como a resolução da questão do repatriamento de estudantes chineses a residir nos Estados Unidos – até então, Washington autorizava apenas o repatriamento para Taiwan – e de cidadãos norte-americanos retidos na China Popular. Contudo, as negociações bloqueiam nas questões de Taiwan e da representação de Pequim nas Nações Unidas, terminando nesse ano com acusações de parte a parte¹⁶³.

Ao mesmo tempo que se assiste ao fracasso das conversações entre os dois países, os EUA intensificam o seu apoio económico a Taiwan. O auxílio militar é igualmente significativo, com a decisão de Washington de fornecer mísseis Matador à República da China. Chiang Kai-shek aumenta o tom condenatório face a Pequim, tendo em conta o crescente envolvimento dos norte-americanos na protecção da ilha e o recuo chinês na crise do estreito de Taiwan. Estes factores levam a que a liderança chinesa assuma que a linha de coexistência pacífica que, até então, tinha privilegiado

¹⁶¹ Texto do Pacto de Manila disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/usmu003.asp.

¹⁶² Curiosamente, a administração norte-americana revela considerável cautela na crise do estreito. Em carta a Churchill, o presidente norte-americano afirma: «devemos permanecer preparados, até que uma melhor solução seja encontrada, para avançar contra qualquer força comunista manifestamente determinada a atacar a Formosa. E temos de fazer a distinção entre um ataque que tem apenas como objectivo a captura de uma *offshore island* e um que é apenas um acto preliminar a um ataque efectivo à Formosa». Disponível em: <http://www.eisenhowermemorial.org/presidential-papers/first-term/documents/1300.cfm>.

¹⁶³ Harold C. Hinton, *Three and a Half Powers: The New Balance in Asia*. Indiana University Press, 1975. p. 56.

não produzira resultados palpáveis. Assiste-se, então, a uma viragem na política externa chinesa.

2. A segunda crise de Taiwan: o início da confrontação

Em 1957, a liderança chinesa não espera que haja, a curto prazo, uma evolução positiva das relações sino-americanas. A impossibilidade de aproximação entre Pequim e Washington não é, porém, encarada pela liderança chinesa como um *handicap* na condução da sua política externa; pelo contrário, vê nela uma oportunidade de obter ganhos políticos relevantes. Num discurso a 27 de Janeiro, Mao apresenta a sua visão das relações com Washington. Para o líder chinês, «quanto mais os Estados Unidos adiares» o reconhecimento da China Popular, «mais insustentável será a sua posição». Por isso, «é melhor estabelecer relações diplomáticas com os Estados Unidos dentro de alguns anos, de forma a privar os Estados Unidos do máximo capital político possível»¹⁶⁴. Embora o não reconhecimento de Washington ofereça desvantagens – nomeadamente, a ausência de representação nas Nações Unidas –, Pequim encara-o como forma de obtenção de apoios políticos, à medida que novos países vão iniciando relações diplomáticas com a China Popular e a posição norte-americana se torne gradualmente isolada e difícil de sustentar.

A deslocação de Mao à URSS em Novembro demonstra que Pequim colocara definitivamente de parte a possibilidade de entendimento com Washington. Em Moscovo, o líder chinês anuncia que, com os sucessos militares e tecnológicos alcançados por Khrushchev nesse ano, a presente conjuntura é marcada pela prevalência do “vento de Leste sobre o vento de Oeste”. Com a afirmação de Mao, Pequim demonstra, neste período, que se apoia largamente na força do campo socialista – em rigor, da URSS – num possível confronto com os Estados Unidos. Dadas as fragilidades da capacidade militar chinesa face à norte-americana, a China Popular crê que, com o agravamento das relações com Washington, o escudo militar soviético lhe possibilite preservar a sua integridade territorial e assegurar os seus imperativos securitários.

¹⁶⁴ John K. Leung e Michael Y. M. Kau (ed.), *The Writings of Mao Zedong 1949-1976*, Vol. II. M. E. Sharpe, Inc, 1992.p. 250.

A segunda crise do estreito de Taiwan no ano seguinte permite ao governo chinês apreender a validade da aliança sino-soviética e o grau de protecção norte-americana da soberania de Taiwan. A resposta de Moscovo à crise demonstra que Khrushchev pretende levar a cabo os pressupostos que anunciara no XX Congresso do PCUS, nomeadamente a redução da tensão internacional através da aproximação a Washington. Por seu lado, a reacção norte-americana surge com o reforço de tropas navais na ilha e o envio de 100 aeronaves com capacidade nuclear. No entanto, os Estados Unidos não declaram o apoio explícito à defesa de Quemoy, sob forte bombardeamento chinês, temendo que uma intervenção na ilha desencadeie um conflito em larga escala que envolveria, não só a China Popular, como a URSS. Nesse aspecto, a administração norte-americana demonstra, aliás, alguma apreensão relativamente à intransigência de Chiang Kai-shek¹⁶⁵.

A ofensiva chinesa termina após um discurso de Dulles em Setembro, em que o secretário de Estado declara que o compromisso norte-americano com o regime de Taiwan se estende à protecção das *offshore islands* – nomeadamente, Quemoy. Zhou Enlai aceita a sugestão de Eisenhower de reatamento das negociações diplomáticas, interrompidas em Varsóvia dois anos antes. O presidente norte-americano propõe igualmente aos governos de Taiwan e da China Popular um plano de desmilitarização das *offshore islands* de forma a criar uma zona-tampão a separar os dois territórios¹⁶⁶. Ambos rejeitam a proposta. Chiang encara a retirada de tropas das ilhas como um acto de cedência face à China Popular; Mao receia que a aumentaria a probabilidade de os Estados Unidos e outros países adoptarem uma política de “duas Chinas”¹⁶⁷.

A liderança chinesa procura atenuar os receios de uma retirada das tropas do GMT estacionadas nas ilhas para Taiwan através de cedências a Washington. Mao propõe o fim dos bombardeamentos a Quemoy caso os Estados Unidos cessem o envio de dispositivos das suas forças navais. Aceitando Washington a proposta de Pequim, o

¹⁶⁵ Numa mensagem a MacMillan, Eisenhower afirma que «qualquer proposta que lhe pareça implicar cedências da sua posição enquanto dirigente do único governo chinês legítimo, qualquer pretensão de dar um único passo atrás no seu perímetro de defesa, é automaticamente rejeitado». Disponível em: <http://www.eisenhowermemorial.org/presidential-papers/second-term/documents/844.cfm>.

¹⁶⁶ Eisenhower delineia, num memorando a Dulles, o plano de desmilitarização que prevê compensar Chiang Kai-shek com o envio de equipamento anfíbio que lhe daria a impressão de ter fortalecido «a sua força e posição na área». O plano seria implementado «num período durante o qual não houvesse qualquer tipo de acção hostil». Disponível em: <http://www.eisenhowermemorial.org/presidential-papers/second-term/documents/883.cfm>.

¹⁶⁷ Michael Schaller, *The United States and China*. Oxford University Press, 2002. p. 151.

governo chinês termina as hostilidades em Outubro. Paralelamente, as conversações diplomáticas mostram claras divergências à volta da questão de Taiwan.

Prova do compromisso norte-americano para com a ilha é a carta de Eisenhower enviada ao senador democrata Theodore Green, onde expõe o que está em jogo em Taiwan: «Os líderes comunistas da União Soviética e da China Popular acreditam, e têm razões para tal, que, se tomarem as ilhas Quemoy e Matsu pela força, abrirão caminho à tomada da Formosa e dos Pescadores e, como eles assumem, à “expulsão” dos Estados Unidos do Pacífico, ao abandono da sua armada de águas internacionais e ao seu “regresso a casa”»¹⁶⁸. Por isso, «não podemos esquecer que a questão do estreito de Taiwan está intimamente ligada à segurança dos Estados Unidos e do mundo livre». Contudo, a principal exigência dos diplomatas chineses nas conversações em Varsóvia é precisamente a retirada das forças militares norte-americanas no território, algo que Washington rejeita. A ausência de uma base de entendimento sustentável entre os dois países conduz, mais uma vez, à suspensão das negociações¹⁶⁹.

A presença norte-americana na região é uma questão sensível para o governo chinês. Por ocasião da segunda crise do estreito de Taiwan, Mao deixara claro a altas patentes do Exército de Libertação Popular a proibição expressa de atacar forças norte-americanas¹⁷⁰. Além disso, os compromissos militares de Washington com os países da SEATO, bem como as alianças que mantém com Taiwan, Coreia do Sul e Japão motivam em Pequim um sentimento de *encirclement* norte-americano ao seu território. De forma a eliminar esse clima hostil, a China Popular apoia-se, ainda neste período, no dissuasor soviético. Numa conversa com Khrushchev em Julho de 1958, Mao descreve as bases norte-americanas no sudeste asiático «como unhas cravadas à nossa volta». Se um conflito despoletar na região, «teremos inevitavelmente de cooperar»¹⁷¹.

A importância do escudo militar soviético na política chinesa *vis-à-vis* os Estados Unidos é particularmente notória por ocasião do décimo aniversário da proclamação da República Popular. Discorrendo sobre a construção socialista no país, o ministro Chen Yi realça o «apoio poderoso» da URSS «na luta contra a ocupação do nosso território de Taiwan pelo imperialismo-norte americano e contra o seu plano de

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.eisenhowermemorial.org/presidential-papers/second-term/documents/878.cfm>.

¹⁶⁹ Michael Schaller, Op. Cit., p. 151.

¹⁷⁰ Henry Kissinger, Op. Cit., p. 174.

¹⁷¹ David Wolff, “New Russian and Chinese Evidence on the Sino-Soviet Alliance and Split, 1948-1959”. Cold War International History Project, Working Paper No. 30. p. 55.

criar “duas Chinas”»¹⁷². Um editorial do *Renmin Ribao* considera a aliança com Moscovo «uma garantia importante da prosperidade e bem-estar do nosso país»¹⁷³. No contexto do cisma sino-soviético, os sinais de convergência com a posição soviética no quadro internacional, dados pela liderança chinesa aquando da deslocação de Khrushchev a Pequim, são prova do grau de importância da protecção militar de Moscovo¹⁷⁴. A vontade de acomodação aos interesses soviéticos é significativa ao ponto de, num discurso sobre a situação internacional, Mao afirmar que o dissídio sino-soviético é «um fenómeno temporário, apenas um dedo em dez» e que, «afinal de contas, estes dois grandes países devem unir-se»¹⁷⁵.

O ano seguinte vai reforçar a convicção chinesa de que o escudo militar soviético lhes está assegurado contra um ataque norte-americano. Assiste-se, em Maio, ao incidente do avião de espionagem norte-americano U-2, duas semanas antes da cimeira de Paris que reúne Estados Unidos, Grã-Bretanha, França e União Soviética. Khrushchev condena o episódio e, sem obter qualquer concessão por parte do presidente Eisenhower, abandona a conferência¹⁷⁶. Pequim encara a demonstração de força como uma oportunidade de redireccionar a política externa soviética num sentido de hostilidade, e não de conciliação, com Washington. Em Dezembro, a Conferência de Moscovo conclui, na sua declaração final, que «a administração norte-americana hipotecou o encontro de Paris» e «prepara-se para aumentar a tensão internacional e agravar a Guerra Fria». «A ameaça de guerra», diz o documento, «aumentou»¹⁷⁷. Nesse mesmo mês, Zhou Enlai reafirma a relevância do apoio soviético contra os Estados Unidos, quando, discursando no Segundo Congresso Popular, afirma que «o poderio do campo socialista é o maior obstáculo ao plano norte-americano de dominação mundial»¹⁷⁸.

¹⁷² *Peking Review*, 6 de Outubro, 1959.

¹⁷³ *Renmin Ribao*, 3 de Outubro, 1959.

¹⁷⁴ Ver, por exemplo, discurso de Zhou Enlai no banquete. *Peking Review*, 6 de Outubro, 1959.

¹⁷⁵ Citado em David Wolff, “New Russian and Chinese Evidence on the Sino-Soviet Alliance and Split, 1948-1959”, Cold War International History Project, Working Paper No.30, p. 72.

¹⁷⁶ Segundo um membro da CIA que esteve presente na cimeira, «o governo soviético mostrou-se ultrajado com o incidente do U-2» e «Khrushchev não quis discutir os pontos principais da agenda da cimeira enquanto o presidente dos Estados Unidos não tomasse três acções: condenar o acto provocatório; garantir que os Estados Unidos não repetiriam actos semelhantes no futuro; e punir os responsáveis pelo incidente». Eisenhower recusou as três. <https://www.cia.gov/library/center-for-the-study-of-intelligence/csi-publications/books-and-monographs/sherman-kent-and-the-board-of-national-estimates-collected-essays/8summit.html>.

¹⁷⁷ Texto da Declaração de Moscovo disponível em *Peking Review*, 13 de Dezembro, 1960.

¹⁷⁸ *Second Session of the Second National People's Congress of the People's Republic of China*. Peking: Foreign Languages Press, 1960. p. 154.

3. Kennedy e a “ameaça chinesa”

Para a administração Kennedy, a China Popular constitui, no curto prazo, uma ameaça maior do que a URSS. Ao passo que, para o presidente norte-americano, Moscovo tem demonstrado uma evolução previsível e cautelosa na sua política externa, os incentivos de Pequim à revolução e o seu apoio a guerrilhas do Terceiro Mundo contribuem para uma crescente instabilidade do quadro internacional. É, pois, do interesse de Washington atenuar a ameaça chinesa através de um reforço da sua capacidade militar que contrarie os avanços de Pequim, particularmente no continente asiático¹⁷⁹. A teoria da *flexible response* visa esse objectivo, ao não se restringir apenas à dissuasão nuclear, abrindo caminho aos meios convencionais para responder a guerras limitadas ou locais¹⁸⁰.

Apesar de Kennedy contar com o apoio do secretário de Estado Dean Rusk, a política norte-americana para a China Popular não é consensual no seio da administração. O embaixador dos Estados Unidos junto da ONU, Adlai Stevenson, considera que é possível e desejável que se atinja um compromisso com Pequim, uma vez que a retórica hostil da liderança chinesa não deve ser levada a sério. Os embaixadores John Galbraith e Edwin Reischauer, colocados respectivamente na Índia e no Japão, sugerem, até, o reconhecimento da China Popular por parte de Washington. A administração Kennedy mostra-se, porém, irredutível na sua política, quando Rusk rejeita a proposta de Galbraith no sentido de os EUA não barrarem a entrada da RPC nas Nações Unidas¹⁸¹.

O primeiro passo da administração norte-americana é a intensificação do apoio ao regime de Taiwan. Em 1961, Kennedy reitera a Chiang Kai-shek que pretende manter o veto norte-americano à admissão da China Popular na ONU. O presidente dá o seu aval à intenção de Taiwan de aumentar as operações militares secretas em território da RPC. Para Chiang, as vagas de fome que atingem a China Popular nesse ano – resultantes do colapso do Grande Salto em Frente – constituem um momento frágil de Pequim que pode aumentar a probabilidade de uma invasão do território da RPC

¹⁷⁹ Michael Schaller, Op. Cit., p. 154.

¹⁸⁰ Sobre a teoria da *flexible response*, ver Maxwell Taylor, *The Uncertain Trumpet*. Greenwood Press, 1974.

¹⁸¹ Michael Schaller, Op. Cit., p. 154.

mobilizar forças anti-comunistas no território e facilitar a implosão do regime. Washington recusa, no entanto, qualquer envolvimento nas operações.

Pequim responde às provocações de Chiang em 1962, ao enviar unidades militares do Exército de Libertação Popular para a zona costeira do sul da China, perto de Taiwan. Tendo em conta que um ataque da RPC à ilha motivaria uma intervenção norte-americana, a administração Kennedy reúne esforços no sentido de clarificar a posição de Washington relativamente às acções de Chiang. Em Junho, Rusk propõe o reatamento das conversações entre as duas partes, suspensas em Varsóvia desde 1959. A intenção dos norte-americanos visa transmitir a Pequim que não apoiarão uma invasão do território da China Popular por parte de Taiwan¹⁸². Embora retroceda no reforço de dispositivos militares a sul do país, a liderança chinesa crê que, em caso de um ataque norte-americano, o escudo militar da URSS ser-lhe-á concedido de forma a proteger a sua soberania e integridade territorial.

A Crise dos Mísseis de 1962 vai, porém, deitar por terra as expectativas de Pequim relativamente à garantia de defesa soviética. Numa primeira reacção às incursões norte-americanas na Baía dos Porcos, Khrushchev declara, em carta ao presidente Kennedy, que «a violação da liberdade de utilização das águas internacionais e do espaço aéreo internacional é um acto de agressão que empurra a humanidade para o abismo de uma guerra nuclear ao nível mundial». Se os «actos de pirataria dos navios norte-americanos» continuarem, «seremos obrigados a tomar medidas que considerarmos necessárias e adequadas de forma a proteger os nossos direitos»¹⁸³.

Apesar de Moscovo condenar publicamente os actos de Washington, representantes de ambas as partes iniciam conversações secretas sob mediação do Secretário-Geral das Nações Unidas, U Thant. Os dois países chegam a um acordo no quadro da ONU em Outubro, comprometendo-se a União Soviética a retirar os mísseis instalados em Cuba e os Estados Unidos a respeitar a soberania e integridade territorial do país. Escrevendo a Kennedy, Khrushchev elogia «a compreensão e a flexibilidade» do presidente norte-americano no que respeita à resolução do episódio, afirmando que, reduzida a tensão, «as nossas relações entraram já no seu curso normal»¹⁸⁴.

¹⁸² Michael Schaller, Op. Cit., p. 155.

¹⁸³ Mensagem de Khrushchev ao presidente Kennedy, 11 de Dezembro, 1962. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/msc_cuba061.asp.

¹⁸⁴ Mensagem de Khrushchev ao presidente Kennedy, 24 de Outubro, 1962. Disponível em: http://avalon.law.yale.edu/20th_century/msc_cuba244.asp.

A posição chinesa relativamente à Crise dos Mísseis é apresentada no editorial “A Comment on the Statement of the Communist Party of the U.S.A.” publicado no *Renmin Ribao*. Diz o artigo que «fomos contrários a qualquer crença na “garantia” mascarada de Kennedy e fomos contrários à “inspecção internacional” de Cuba». Pequim entra, por isso, em colisão com Moscovo, na medida em que Khushchev havia elogiado a atitude de Kennedy e havia sugerido uma monitorização do acordo com Washington relativo à soberania de Cuba sob o auspício da ONU. O editorial condena o «aventurismo» do líder soviético ao enviar mísseis para a ilha, assim como o «capitulacionismo» demonstrado pela URSS ao retirar o armamento a pedido dos norte-americanos¹⁸⁵.

Para além de expor a análise de Pequim sobre o episódio de Cuba, o artigo do *Renmin Ribao* traz um dado novo para a política externa chinesa: o alargamento da frente unida internacional de cariz anti-imperialista. O editorial declara que «o imperialismo norte-americano é o inimigo mais feroz de todos os povos e nações oprimidos, o inimigo comum dos povos de todo o mundo e o principal inimigo da paz mundial». A «tarefa urgent» é «unir os povos de todo o mundo, incluindo o povo norte-americano, na formação da frente unida mais abrangente possível contra o imperialismo liderado pelos EUA». A URSS, que, até aqui, assumia um papel central e decisivo para Pequim nas suas relações com os Estados Unidos, perde importância – não é sequer mencionada no artigo. A frente unida internacional é alargada a dois novos elementos: o Terceiro Mundo e a Europa Ocidental¹⁸⁶.

Em 1962, o grau de envolvimento norte-americano na região asiática – nomeadamente, o reforço das relações com o regime de Taiwan – intensifica os receios de Pequim de uma ofensiva de Washington no seu território. Em Abril, a imprensa chinesa dá conta de uma série de intrusões militares norte-americanas nas águas territoriais da China Popular. Um editorial do *Renmin Ribao* refere que estes actos «atingiram proporções sem precedentes» e que «são inseparáveis da política norte-americana de aumento da agressão e guerra no continente asiático». Washington «envolve-se constantemente em actividades militares provocatórias e ameaça a China Popular com a guerra»¹⁸⁷.

¹⁸⁵ *Renmin Ribao*, 8 de Março, 1963.

¹⁸⁶ Idem.

¹⁸⁷ *Renmin Ribao*, 27 de Abril, 1962.

O afastamento gradual da URSS da defesa dos interesses securitários de Pequim conduz a uma reconfiguração da política chinesa *vis-à-vis* os Estados Unidos. Em Setembro de 1962, em plena Crise dos Mísseis, o Comité Central do PCC realiza a sua décima sessão plenária em Pequim. O comunicado final é revelador da nova direcção da política externa da China Popular. Na análise da conjuntura internacional, o texto refere que «a luta das nações e povos oprimidos de todo o mundo» pela independência nacional desempenham, no presente, «um papel cada vez maior» na defesa da estabilidade internacional. Da lista de prioridades da política externa chinesa, Pequim deve, primeiro, «unir todos os países e povos do mundo favoráveis à paz e formar a frente unida mais abrangente possível contra os Estados Unidos e todos os imperialistas». Depois, deve «dar apoio activo às lutas de libertação» no Terceiro Mundo. A referência ao movimento comunista internacional aparece em último lugar, apelando o comunicado em particular ao combate ao revisionismo moderno no seio do movimento – uma crítica à URSS¹⁸⁸.

A política externa chinesa arranca, assim, para uma nova fase em que procura ganhar aliados no isolamento internacional de Washington quanto à questão do reconhecimento da China Popular. Para além do Terceiro Mundo – que, como veremos adiante, será um dos focos principais da política externa chinesa –, Pequim encara a aproximação à Europa Ocidental como meio de atenuar a influência da posição de Washington junto dos seus aliados. Essa aproximação é feita de forma indirecta pela liderança chinesa ao explorar pontos de fricção entre os Estados Unidos e os países ocidentais. Vários artigos são publicados na imprensa chinesa, explorando momentos de tensão e dando conta de um enfraquecimento do campo capitalista¹⁸⁹. Embora esta orientação não seja inovadora por parte de Pequim¹⁹⁰ – estando, aliás, subjacente à tese do “vento de Leste sobre o vento de Oeste” defendida pelo PCC a partir de 1957 –, é, neste período, uma prioridade para o governo chinês.

¹⁸⁸ NCNA, 28 de Setembro, 1962.

¹⁸⁹ A *Peking Review* relata, por exemplo, «grande confusão e insatisfação» no seio da NATO no que respeita à proposta norte-americana que visa criar uma força nuclear multilateral. Edição de 15 de Março, 1963.

¹⁹⁰ Já em 1958, num encontro com Kim Il-Sung em Pequim, Zhou Enlai se referira ao campo capitalista nestes termos: «O seu mundo encolheu e não conseguem cooperar entre eles. Há ainda uma crise económica e múltiplas contradições». “Minutes of Conversation between Chinese Prime Minister Zhou Enlai and North Korean Prime Minister Kim Il-Sung, 27 November, 1958”. Arquivo digital do Cold War International History Project.

Consequentemente, à medida que Pequim vai desfrutando de uma expansão das suas relações políticas e comerciais, a opinião pública norte-americana começa a questionar a viabilidade da política de contenção adoptada pela administração Kennedy. Embora o presidente norte-americano seja cauteloso no tocante a mudanças na sua posição, alguns conselheiros sugerem um relaxamento do embargo imposto pelos Estados Unidos – nomeadamente, em matéria de viagens ao território da RPC, até aqui autorizadas apenas a um número restrito de correspondentes¹⁹¹. A eclosão do conflito sino-indiano vai, porém, reforçar a opinião de Kennedy de que é do interesse norte-americano preservar o *status quo*, dado o grau de ameaça que a China Popular representa para a estabilidade internacional¹⁹².

À medida que se assiste a um aumento da presença norte-americana no continente asiático, subjacente à sua política de contenção da RPC, Pequim intensifica o seu discurso condenatório face a Washington. A cumplicidade entre a administração Kennedy e o regime do Vietname do Sul é vista com reprovação por parte do governo chinês. Prova disso é a declaração pública de Mao em Agosto de 1963 sobre a perseguição de monges budistas e activistas vietnamitas desencadeada por Ngo Dinh Diem. Considerando as vagas de repressão um «crime monstruoso», o dirigente chinês declara que o apoio de Washington a Saigão tem como objectivo «tornar o Vietname do Sul uma colónia norte-americana»¹⁹³.

A preocupação com que o governo chinês vê a crescente instabilidade no Vietname está directamente relacionada com a possibilidade de uma ofensiva norte-americana contra o seu território. Numa marcha organizada em Pequim contra o regime de Saigão, o presidente do Comité Chinês para a Solidariedade Afro-Asiática, Liao Chengqi afirma que a «situação grave» no Vietname do Sul «foi criada apenas pelo imperialismo norte-americano», com vista a fazer daquela região «a sua base militar no Sudeste Asiático». A «luta justa» do povo vietnamita «tem dado contribuições importantes» para a «defesa da paz no continente asiático no seu todo»¹⁹⁴. Para Pequim, a questão do Vietname não diz, portanto, respeito apenas à preservação da soberania do país; é, acima de tudo, uma fonte de instabilidade do quadro regional que envolve necessariamente a independência e integridade territorial da China Popular.

¹⁹¹ Harold C. Hinton, Op. Cit., p. 57.

¹⁹² Michael Schaller, Op. Cit., pp. 155-156.

¹⁹³ Mao Tsé-Tung, *Statement Opposing Aggression against Southern Viet Nam and Slaughter of Its People by the U.S.-Ngo Dinh Diem Clique*. Peking: Foreign Languages Press, 1963. pp. 1-3.

¹⁹⁴ Mao Tsé-Tung, Op. Cit., pp. 12-14.

Após o conflito sino-indiano, a administração Kennedy contempla a hipótese de uma China Popular com capacidade nuclear. Temendo os riscos que decorreriam caso Pequim obtivesse bombas atômicas, o presidente norte-americano acelera o processo de negociações com vista a alcançar um tratado de limitação de armamento nuclear com a URSS. Para Kennedy, um acordo com Moscovo que visasse controlar testes nucleares seria um meio de pressionar Pequim a abandonar os seus desígnios¹⁹⁵. A administração norte-americana levanta, até, a hipótese de, num acto conjunto com os soviéticos, desencadear um ataque preventivo contra os reactores nucleares chineses. Apesar do assassinato de Kennedy em Novembro de 1963, tudo leva a crer que a posição do presidente na questão chinesa se tornara irreduzível¹⁹⁶.

4. Johnson e a escalada de tensão sino-americana

Com a tomada de posse de Johnson, alguns elementos da nova administração norte-americana procuram dinamizar o debate sobre a China Popular. Logo em Dezembro de 1963, Roger Hilsman, sugere, num discurso em São Francisco, o reconhecimento de Washington de “duas Chinas”, uma em Taiwan e outra em Pequim¹⁹⁷. A questão das “duas Chinas” havia sido discutida em algumas sessões do Comité de Relações Externas do Senado, embora não de forma tão aberta como o faz o secretário de Estado adjunto. Hillsman considera que a prevalência do governo de Pequim se revela, aos poucos, um dado adquirido, devendo os Estados Unidos procurar estabelecer relações com a China Popular à medida que esta atenuar o seu discurso hostil e militante¹⁹⁸. Rusk e Johnson demonstram, no entanto, a mesma preocupação de Kennedy em não alienar os efeitos da posição norte-americana relativamente a Pequim. Nesse sentido, a escalada de tensão no Vietname e o aumento das incursões dos Viet Cong no sul do país representam, para o presidente, um teste à contenção da ameaça

¹⁹⁵ A convicção de Kennedy coincide com a opinião de Moscovo. Numa carta ao presidente norte-americano após reunir com um diplomata soviético, Averell Harriman afirma: «[o representante soviético] afirmou que, se os Estados Unidos e a União Soviética chegassem a acordo, a opinião pública mundial impediria a China Popular de agir de forma independente». Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB38/document14.pdf>.

¹⁹⁶ Michael Schaller, Op. Cit., p. 156.

¹⁹⁷ Sobre o discurso de Hilsman, ver Stanley Hornbeck, “United States Policy Regarding China: What Did Mr. Hilsman Disclose at San Francisco?”. *World Affairs*, Vol. 126, No. 4, 1963.

¹⁹⁸ Harold Hinton, Op. Cit., p. 57.

chinesa no continente asiático, reflectindo a centralidade da região para os interesses norte-americanos¹⁹⁹.

Por seu lado, o governo chinês obtém um triunfo relevante na sua política de aproximação ao Ocidente: em Janeiro de 1964, a França estabelece relações diplomáticas com a China Popular. Curiosamente, o interesse de Pequim por de Gaulle não é novo. Em 1958, Chou En-lai confidencia a Kim Il-Sung que «é bom ter de Gaulle como presidente, para que não haja harmonia» no seio do campo capitalista²⁰⁰. O carácter do presidente francês, que encara o papel dos Estados Unidos nos contextos europeu e internacional com algum cepticismo, parece coincidir com os cálculos estratégicos chineses. Em contrapartida, para de Gaulle, aliar-se ao governo de Pequim serve, sobretudo, de contrapeso da influência global dos Estados Unidos²⁰¹.

O impacto da iniciativa francesa na administração Johnson é considerável. Poucos dias antes, o Departamento de Estado havia considerado que o reconhecimento do governo de Pequim seria «muito perturbador» para Washington e «entraria em conflito directo com interesses fundamentais dos Estados Unidos»²⁰². Numa mensagem a Chiang Kai-shek, o presidente norte-americano confessa que «os Estados Unidos fizeram tudo ao seu alcance para deter o governo francês de tomar esta iniciativa pouco feliz». Prevendo que a RPC pressionaria de Gaulle a rejeitar uma solução de “duas Chinas”, Johnson afirma que «seria extremamente sensato evitar qualquer acto de retaliação contra a França»²⁰³. Em vão: Taiwan quebra relações com o governo francês no mês seguinte. Para a China Popular, é uma vitória sobre a política de “duas Chinas”.

Ao mesmo tempo, a RPC mantém-se apreensiva relativamente ao envolvimento dos Estados Unidos no continente. Em Setembro de 1964, Mao reúne com o príncipe Sihanouk em Pequim e reitera a pré-condição chinesa para uma aproximação a Washington: «o que exigimos é que os Estados Unidos retirem a Sétima Armada e todas as suas tropas de Taiwan». O dirigente reconhece, porém, que a posição norte-americana não deverá sofrer, no curto prazo, alterações significativas, prevendo um

¹⁹⁹ Michael Schaller, Op. Cit., p.157.

²⁰⁰ “Minutes of Conversation between Chinese Prime Minister Zhou Enlai and North Korean Prime Minister Kim Il-Sung, 27 November, 1958”.

²⁰¹ Stephen Erasmus, “General de Gaulle’s Recognition of Peking”. *The China Quarterly*, No. 18, April-June, 1964. p. 5.

²⁰² Telegrama do Departamento de Estado para a embaixada em Paris, 15 de Janeiro, 1964. Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v30/d1>.

²⁰³ Disponível em: <http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1964-68v30/d3>.

reconhecimento da RPC por parte de Washington apenas em «alguns anos, ou mais»²⁰⁴. Os receios chineses de *encirclement* norte-americano são transmitidos no mês seguinte, num encontro de Mao com dois membros do Partido Comunista Indochinês. O dirigente chinês faz uma análise detalhada da presença militar norte-americana na região, concluindo que «Washington pôs mais navios na região ocidental do Pacífico do que na Europa». Pham Van Dong declara que é do interesse do seu partido «não deixar que a guerra se alastre ao Vietname do Norte», apelando a uma «estratégia coerente» que «não provoque os Estados Unidos». Mao aprova as considerações do dirigente vietnamita²⁰⁵.

Pequim procura reduzir esses receios com a explosão da primeira bomba atômica no mesmo mês. Em declaração oficial, o governo chinês declara que «a China Popular está a desenvolver armas nucleares para a defesa do seu território e para proteger o povo chinês das ameaças de guerra nuclear feitas pelos Estados Unidos». O grau de seriedade com que a liderança chinesa encara a possibilidade de um ataque norte-americano é notório quando afirma que os ensaios nucleares são realizados «sob compulsão», afirmando que Pequim «não pode permanecer inerte face ao aumento das ameaças nucleares» de Washington²⁰⁶. Num período de deterioração das relações com a URSS e de envolvimento crescente dos Estados Unidos na região, dotar-se de armas nucleares é, para a China Popular, o meio dissuasor mais viável contra Washington.

O teste nuclear chinês não apanha os Estados Unidos de surpresa. Num telegrama enviado à embaixada norte-americana na Tailândia em Julho de 1964, o Departamento de Estado informa que um «programa com vista a minimizar o impacto psicológico de uma detonação nuclear por parte da China Comunista» fora preparado no outono de 1962. A estimativa da administração norte-americana era que o teste nuclear ocorresse em «finais de 1964 ou princípios de 1965»²⁰⁷. Washington prevê igualmente que o teste chinês provoque uma corrida ao armamento nuclear na região, o que deve evitar através da concessão de garantias de defesa e segurança aos seus aliados. Estas garantias passam por «declarações públicas abrangentes que demonstrem disponibilidade para providenciar defesa nuclear», «planeamento bilateral para defesa

²⁰⁴ “77 Conversations between Chinese and Foreign Leaders on the Wars in Indochina, 1964-1977”. Cold War International History Project, Working Paper No. 22, May 1998. pp. 69-71.

²⁰⁵ Op. Cit., pp. 72-73.

²⁰⁶ NCNA, 16 de Outubro, 1964.

²⁰⁷ Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB38/document14.pdf>.

nuclear», «possibilidade de declarações conjuntas com os soviéticos» ou, até mesmo, pela cedência de armamento nuclear em caso de ameaça directa²⁰⁸.

Washington afasta, porém, a hipótese de um ataque preventivo com vista a destruir os reatores nucleares chineses, sugerida durante a administração Kennedy. Para a actual administração, mesmo que o ataque seja bem sucedido, «os efeitos seriam temporários», pois os «custos políticos seriam elevados e prejudiciais». Este poderia reforçar perante a opinião mundial as motivações chinesas de que a obtenção da bomba atómica visa defender o seu território contra a política hostil dos Estados Unidos. Adicionalmente, uma iniciativa norte-americana desta natureza poderia seguramente «provocar uma resposta militar séria por parte da China Comunista»²⁰⁹.

Logo após o ensaio nuclear da RPC, a preocupação fundamental de Washington é preservar o seu compromisso de defesa de Taiwan, procurando atenuar os receios do regime de Chiang Kai-shek de uma ofensiva da China Popular no seu território. Um telegrama da embaixada em Taipé relata um encontro do embaixador norte-americano com um Chiang envolto de um «sentimento intenso de frustração e ansiedade». O líder nacionalista afirma que o povo asiático está «perturbado e assustado» com a iniciativa chinesa e que «nenhuma conversa ou explicação» poderá suavizar «os efeitos morais e psicológicos tremendos» do teste. Chiang vai mais longe ao declarar que os Estados Unidos demonstrariam «a amizade firme que professam» se concedessem «os meios necessários» para destruir as instalações nucleares da RPC²¹⁰. Apesar dos riscos que a administração Johnson vê na expansão comunista na região asiática, o pedido de Chiang é rejeitado.

Mesmo contando com o poder dissuasor da bomba atómica, Pequim não deixa, no entanto, de parte a aproximação aos países ocidentais como forma de contrabalançar os Estados Unidos. Em Janeiro, Mao declarou que «o imperialismo norte-americano está a seguir uma política da “lei da selva” com os seus aliados na Europa Ocidental, América do Norte e Oceania, procurando encurralá-los»²¹¹. O *Renmin Ribao* escreve em editorial que a administração Johnson «tenta tiranizar o mundo inteiro», violando a

²⁰⁸ Memorando de Rusk ao presidente Johnson, 30 de Abril, 1964. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB38/document12.pdf>.

²⁰⁹ Memorando de McGeorge Bundy ao presidente Johnson, 15 de Setembro, 1964. Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB38/document16.pdf>.

²¹⁰ Disponível em: <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB38/document20.pdf>.

²¹¹ Mao Tsé-Tung, *Statement Expressing the Chinese People's Firm Support for the Panamanian People's Just, Patriotic Struggle*. Peking: Foreign Languages Press, 1964. p. 3.

soberania e imiscuindo-se nos assuntos internos «de aliados como a Inglaterra, a França e o Japão»²¹². Poucos dias antes do teste nuclear, num encontro com o príncipe Sihanouk do Camboja, a posição chinesa é expressa de forma clara por Mao: «a nossa política é ganhar países como o Japão, a Alemanha Ocidental e a Itália na oposição aos Estados Unidos»²¹³.

O ano de 1965 representa um largo desafio para o governo de Pequim. Depois de uma vitória significativa nas eleições presidenciais em Novembro do ano anterior, Johnson intensifica o envolvimento norte-americano no Vietname. Reforçando o poderio aéreo e, depois, terrestre a sul do território, o presidente encara o bombardeamento do Vietname do Norte como inevitável. Para Johnson, destruir a capacidade bélica de Hanoi visava três objectivos: (1) restringir o fluxo de material militar dos comunistas para os Viet Cong; consequentemente, (2) extinguir as ameaças domésticas ao regime de Saigão e assegurar a sua preservação; por fim, (3) forçar a RDV a negociar a resolução do conflito, evitando os riscos de uma ofensiva terrestre. A operação *Rolling Thunder* tem início em Março, com bombardeamentos regulares a alvos selectivos executados pela força aérea norte-americana.

Embora Washington rejeite o envio de tropas para a RDV, a convicção da China Popular é a de que, com a operação *Rolling Thunder*, os Estados Unidos estarão dispostos a invadir o Norte. Essa percepção agrava os receios de que Washington possa desencadear uma ofensiva contra o território chinês, visto que Pequim apoia militar e logisticamente o regime de Hanoi no conflito²¹⁴. A operação norte-americana, próxima da fronteira sino-vietnamita, tem, assim, um impacto considerável nos cálculos estratégicos chineses.

A cautela com que o governo chinês encara os bombardeamentos norte-americanos é demonstrada logo no mês seguinte. Num encontro com Ayub Khan em Karachi, Zhou Enlai pede ao presidente paquistanês que, na sua visita aos Estados Unidos, este informe a administração norte-americana que «a China Popular não tomará a iniciativa de provocar uma guerra com os Estados Unidos». Embora assuma uma postura desafiadora ao afirmar que «estamos preparados material e espiritualmente»

²¹² Edição de 12 de Janeiro, 1964.

²¹³ “77 Conversations between Chinese and Foreign Leaders on the Wars in Indochina, 1964-1977”. p. 70.

²¹⁴ Jay Taylor, *China and Southeast Asia: Peking's Relations with Revolutionary Movements*. Praeger, 1976. p. 36.

para uma ofensiva de Washington, o primeiro-ministro chinês salienta que apenas haverá um conflito com os norte-americanos «se os Estados Unidos expandirem a guerra»²¹⁵. Pequim deixa, até mesmo, de assumir uma atitude proactiva no fornecimento de auxílio a Hanoi. Isso mesmo está subentendido numa conversa entre Liu Shaoqi e o norte-vietnamita Le Duan em Pequim, quando o presidente chinês afirma que, relativamente ao apoio prestado pela China Popular, «a iniciativa será inteiramente vossa»²¹⁶.

De forma a compensar as suas limitações estratégicas, a liderança chinesa procura recolher apoio regional no auxílio a Hanoi. Mao chega a encorajar o envolvimento da Coreia do Sul, das Filipinas, da Austrália e da Nova Zelândia no conflito, a fim de estabelecer uma frente asiática que trave o que o dirigente chinês considera ser uma expansão dos Estados Unidos no continente²¹⁷. Este esforço de Mao – que visa ‘asianizar’ o conflito e representar Washington como força invasora – é frustrado pela própria administração Johnson, que decide recrutar forças militares de Taiwan para operações secretas em território vietnamita e que, ao longo do conflito, se servirá em larga escala das infra-estruturas cedidas por Taipé para manutenção da força aérea norte-americana²¹⁸.

A publicação do artigo “Long Live the People’s War!” de Lin Biao – que, como vimos no capítulo anterior, simboliza uma mudança na posição chinesa sobre a guerra do Vietname – confirma a preocupação chinesa em não hostilizar os Estados Unidos. Defendendo um conflito de baixa intensidade e a prática da guerra de guerrilha, o ministro da Defesa chinês apela à mobilização das forças locais e à secundarização do apoio externo. Embora a China Popular promova a revolução, o modelo e os mecanismos a utilizar seriam da responsabilidade das forças domésticas²¹⁹. Pequim reduz, portanto, o seu envolvimento no Vietname, muito embora acompanhe cuidadosamente a evolução dos acontecimentos, nomeadamente, a ofensiva norte-americana na RDV.

A administração Johnson não deixa, por seu lado, de ter em conta que a RPC mantém a sua condição de *rear base* das iniciativas de Hanoi. Num discurso em Abril

²¹⁵ “77 Conversations between Chinese and Foreign Leaders on the Wars in Indochina, 1964-1977”. p. 81.

²¹⁶ Op. Cit., p. 83.

²¹⁷ Michael Schaller, Op. Cit., p. 160.

²¹⁸ Idem.

²¹⁹ *Peking Review*, 3 de Setembro, 1965.

desse ano, o presidente norte-americano declara que «sobre esta guerra e – sobre toda a Ásia – paira uma realidade: a sombra penetrante da China Comunista», considerando que «os governantes de Hanoi são manipulados por Pequim» e que «a competição no Vietname é parte de uma acção mais extensa» da agressão da China Popular²²⁰. A publicação do artigo de Lin Biao é vista com considerável apreensão por Washington, chegando Johnson e alguns conselheiros da administração a considerar o texto um “*Mein Kampf* asiático”²²¹. Em finais de 1965, é, por isso, claro: a teoria da contenção da ameaça chinesa prevalece ainda como princípio basilar da política norte-americana para a região.

²²⁰ Discurso do presidente Johnson na Johns Hopkins University, 7 de Abril, 1965. Disponível em: <http://www.lbjlib.utexas.edu/johnson/archives.hom/speeches.hom/650407.asp>.

²²¹ Michael Schaller, Op. Cit., p. 159.

Capítulo IV: A China Popular e a descolonização em África

1. Bandung e os primeiros passos da política africana de Pequim

Até à conferência de Bandung, o continente africano não é uma prioridade na política externa da República Popular da China. Em 1955, as relações diplomáticas de que Pequim então privilegiava limitavam-se, na sua esmagadora maioria, a membros do Pacto de Varsóvia ou a países integrados no movimento comunista internacional. Os seus imperativos no contexto internacional restringiam-se a dois grandes eixos: o eixo asiático, como meio de neutralizar a ameaça norte-americana, e o eixo comunista, a principal base de apoio e legitimação do governo de Pequim. A participação na conferência representa, por isso, o interesse da liderança chinesa de expandir os seus contactos internacionais para melhor servir os seus interesses²²².

Como vimos no capítulo dois, Bandung serve, sobretudo, de plataforma de aproximação aos países asiáticos. Até então, a China Popular mantinha relações diplomáticas com apenas sete países do continente – Mongólia, República Democrática do Vietname, Índia, Indonésia, Birmânia, Paquistão e Afeganistão. Ao longo da conferência, a imagem de uma RPC benigna e sem pretensões expansionistas é publicitada e reiterada por Zhou Enlai, tendo como destinatários os países asiáticos com inclinação pró-ocidental ou alinhados com os Estados Unidos – em particular, países-membros da SEATO como a Tailândia e as Filipinas.

Em Bandung, assiste-se, também, à construção das linhas orientadoras que, mais tarde, guiarão a política chinesa para África²²³. Zhou serve-se de dois instrumentos na sua abordagem aos países africanos: o neutralismo e o paralelismo histórico afro-asiático. Em relação ao neutralismo, a posição chinesa centra-se na promoção e execução dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, traçados por ocasião da aproximação sino-indiana em 1950 e que serviriam de plataforma de entendimento com os países africanos. Quanto ao segundo instrumento, o primeiro-ministro chinês é peremptório: «existem interesses comuns entre os países asiáticos e africanos, cuja base é o facto de a maioria deles terem sofrido ou estarem ainda a sofrer as calamidades do

²²² George Yu, “Africa in Chinese Foreign Policy”, *Asian Survey*, Vol. 28, No. 8, 1988. p. 851.

²²³ Tareq Ismael, “The People’s Republic of China and Africa”, *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 9, No. 4, 1971. p. 507.

colonialismo»²²⁴. O facto de não haver qualquer referência à componente ideológica demonstra que a China Popular pretende reorientar a sua política externa de forma a assumir um discurso anti-colonialista sem vinculação ideológica. Curiosamente, esta acaba por ser uma opção táctica para Zhou; o comunismo é, de resto, alvo de críticas de algumas delegações presentes à conferência²²⁵.

Os países sob domínio colonial e os movimentos de libertação são, assim, parte integrante da conjuntura internacional traçada por Pequim. A importância que lhes é atribuída pelo governo chinês será amplificada no ano seguinte. Por ocasião do Oitavo Congresso Nacional do PCC, o relatório do Comité Central declara que a China Popular «simpatiza profundamente» e «apoia activamente» a luta contra o colonialismo desencadeada por «todos os povos oprimidos e todos os países sob agressão». Estes países, «prossequindo uma política externa pacífica e neutral», «assumem um papel crescente nos assuntos internacionais». O apoio que lhes deve ser dado «coincide não apenas com os seus próprios interesses como também com os interesses da paz mundial»²²⁶. Nesse sentido, para Pequim, a estabilidade internacional deixava de ser assegurada apenas pelo bloco comunista; contava, agora, com novos elementos para a sua preservação.

A primeira actividade chinesa no período pós-Bandung concentra-se a norte do continente africano. O próprio Zhou havia sinalizado esse interesse na conferência, ao privilegiar os contactos com Gamal Abdel Nasser. Quando, nesse ano, o Egipto procurara contornar os baixos preços exigidos pelos mercados ocidentais para comprar algodão egípcio – que representava, então, 80% das exportações do país –, Pequim encarara-o como uma oportunidade valiosa. Logo após a conferência, onde as duas delegações haviam já demonstrado interesse no estreitamento das relações comerciais e culturais entre os dois países, representantes chineses deslocam-se ao Cairo para comprar 13 mil toneladas de algodão. No mês seguinte, o governo chinês sela, com uma delegação egípcia enviada a Pequim, o primeiro acordo comercial sino-africano.

É, porém, em Maio do ano seguinte que a China Popular alcança o seu primeiro triunfo em África, quando o Egipto reconhece oficialmente o governo de Pequim. Com

²²⁴ Citado em texto do Ministério dos Negócios Estrangeiros chinês. Disponível em: http://www.chinadaily.com.cn/english/doc/2005-04/20/content_435929.htm.

²²⁵ Harold M. Vinacke, “Communist China and the Uncommitted Zone”. The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 1965, 362, p. 116.

²²⁶ *Political Report of the Central Committee of the Communist Party of China to the Eighth National Congress of the Party*. Peking: Foreign Languages Press, 1956. pp. 77-84.

o estabelecimento de relações diplomáticas, a RPC nomeia Chen Chiakang como chefe de missão da embaixada chinesa no Cairo. Chen fora, até à nomeação, ministro adjunto das relações externas, o que evidencia a importância que Pequim atribui ao país árabe. Não só o carácter desafiador e hostil de Nasser face ao Ocidente agradava à China Popular, como o Cairo tinha, para o governo chinês, um valor político imprescindível: era visto como o centro do mundo árabe, servia de *headquarters* da Afro-Asian People's Solidarity Organization (AAPSO) e acolhia missões externas dos movimentos de libertação africanos.

A Crise do Suez põe à prova o grau de relevância do Egipto para a política africana da RPC. Enquanto o Ocidente reage negativamente à nacionalização do canal em finais de Julho, Pequim, não só aprova a decisão de Nasser, como promete apoio económico e militar ao presidente egípcio em caso de retaliação ocidental. A intervenção conjunta desencadeada pela França, Grã-Bretanha e Israel é criticada no Oitavo Congresso Nacional do PCC, onde Liu Shaoqi declara que a política externa francesa e britânica «procura ainda retirar privilégios do colonialismo» e que a ofensiva representa uma «violação da soberania sagrada do Egipto»²²⁷. Pequim concede um empréstimo de 5 milhões de dólares ao Egipto e, ao mesmo tempo, promete a Nasser o envio de voluntários chineses para combater a coligação ocidental. Muito embora o contingente não tenha, de facto, sido enviado – dadas as limitações chinesas na sua capacidade de projecção militar no exterior – não deixa, no entanto, de ser um dado relevante que prova a importância estratégica do Egipto para a China Popular.

O fim da Crise do Suez surpreende o governo chinês e reforça a sua convicção de que os acontecimentos em África são um factor político relevante na conjuntura internacional. Mais importante, o facto de uma ex-colónia ter derrotado as forças ocidentais permite a Pequim concluir que existem fraquezas no bloco ocidental que deverão ser capitalizadas pelo bloco socialista no contexto da competição entre os dois pólos – que, aliás, servirá de base de formulação da tese chinesa de prevalência do “vento de Leste sobre o vento de Oeste”. A importância do desfecho da Crise é realçada num artigo do *Renmin Ribao*, onde se lê que «a luta do Egipto para defender os seus direitos de soberania sobre o Canal do Suez» demonstra «o declínio das forças imperialistas»²²⁸.

²²⁷ Op. Cit., p. 81.

²²⁸ Edição de 27 de Novembro, 1957. Citado em Donald Zagoria, *O Conflito...* p. 208.

Neste período, assiste-se, também, à expansão do serviço diplomático chinês²²⁹. Em 1950, a China Popular contava apenas com onze embaixadores no exterior, oito dos quais a chefiar missões em países do bloco comunista. A tipificação do corpo diplomático passa a ser uma prioridade. O governo chinês delega missões em países pertencentes ao bloco comunista a diplomatas com menor experiência, deixando a chefia de missões em países não-comunistas a diplomatas com carreira já consolidada²³⁰. O grau de risco de tensão nas relações bilaterais é um factor a ter em conta nesta decisão chinesa; além disso, a gestão das relações externas com países do bloco é, maioritariamente, entregue a dirigentes políticos.

A percepção chinesa de que o continente africano se vai tornando, aos poucos, um espaço geopolítico relevante ganha força com a guerra da Argélia. Para Pequim, as investidas militares da Frente de Libertação Nacional (FLN) equiparam-se à actuação do PCC durante a revolução chinesa. Representam, assim, um modelo de guerra de guerrilha para as vagas anti-colonialistas no contexto africano. Enquanto que, no início de 1957, Moscovo não demonstra particular entusiasmo pelas exigências da FLN no sentido da autodeterminação – o que poderia alienar a França nos esforços soviéticos de desarmamento nuclear e de redução da tensão internacional –, Pequim dá o seu apoio moral à causa argelina, servindo de força suplementar às iniciativas soviéticas²³¹. Gradualmente, a região do Magrebe vai ganhando prioridade na política externa chinesa, nomeadamente em matéria de diplomacia económica. Nesse ano, por exemplo, o governo chinês envia delegações comerciais a exposições em Marrocos e na Tunísia.

Nesta primeira fase, a China Popular procura igualmente estabelecer os seus primeiros contactos com a região subsariana. Entre 1956 e 1957, a RPC acolhe visitantes da Líbia, da Nigéria, do Senegal e da África do Sul, ao mesmo tempo que envia delegações ao Sudão, à Etiópia e ao Gana. No caso do Gana, uma delegação chinesa liderada por Nieh Jung-chen marca presença nas comemorações da independência do país em Março de 1957. Nieh é o primeiro membro do Comité Central do PCC a visitar um país da África Subsariana, o que demonstra o interesse de

²²⁹ Para um estudo da rede diplomática chinesa no período em análise, ver Donald Klein, “Peking’s Evolving Ministry of Foreign Affairs”, *The China Quarterly*, No. 4, 1960.

²³⁰ Segundo Klein, nenhum dos onze embaixadores em países do bloco assumira anteriormente o cargo noutro país; em contraste, oito dos vinte e um embaixadores em países não-comunistas estiveram, pelo menos, noutro país no período anterior ao cargo que exercem neste período. p. 35.

²³¹ Tareq Ismael, Op. Cit., p. 509.

Pequim em obter ganhos com a expansão dos contactos no continente²³². Embora o governo chinês tenha enviado Nieh com vista a estabelecer relações diplomáticas com o Gana, tal só será alcançado em 1960.

A primeira conferência da AAPSO, realizada em Dezembro de 1957 no Cairo amplifica o número de contactos chineses com África. A China Popular assiste ao comité preparatório e está posteriormente representada na conferência por uma delegação com vinte e cinco membros. A Conferência do Cairo tem, sobretudo, como finalidade definir a formação e os estatutos do secretariado da organização. A projecção e influência de Pequim durante os trabalhos não é tão significativa quanto havia sido em Bandung, sendo, até, ofuscada pela actuação do Egipto.

Apesar de Nasser não estar presente, a posição egípcia ao longo da conferência destaca-se das demais pela insistência no neutralismo como vector central da política externa do eixo afro-asiático. Prova da sua influência é a nomeação de um egípcio para secretário-geral da AAPSO. Embora a RPC e a URSS estejam representadas, o comunismo como única via para a edificação sócio-económica dos países recém-independentes é rejeitado. Na resolução económica, lê-se que, embora a «nacionalização é um meio e direito legítimos» de qualquer país soberano, não há qualquer objecção ao «investimento de capital estrangeiro» ou à «obtenção de empréstimos externos», desde que não sejam «submetidos a condições políticas»²³³. Para a China Popular, restava, assim, promover os Cinco Princípios e reunir informação sobre a conjuntura africana.

De facto, o secretariado da AAPSO é uma oportunidade imprescindível para Pequim estabelecer contacto com os movimentos de libertação africanos que mantêm relações com a sede da organização no Cairo. Nesse sentido, Bruce Larkin considera que a presença chinesa no secretariado da organização assume um papel complementar ao serviço das embaixadas chinesas e dos repórteres da agência *Xinhua*, que abre um escritório na capital egípcia no início de 1958²³⁴. O serviço externo pretende, pois, consolidar a informação de que a RPC dispõe sobre a realidade africana, ao mesmo tempo que, apostando na diplomacia cultural, promove os primeiros contactos do

²³² Bruce Larkin, Op. Cit., pp. 28-29.

²³³ Citado em Homer Jack, "The Cairo Conference", *Africa Today*, Vol. 5, No. 2, 1958. p. 3.

²³⁴ Bruce Larkin, *China and Africa 1949-1970*. University of California Press, 1971. p. 34.

continente com a China Popular e a sua experiência nos domínios político, económico e social²³⁵.

2. A primeira ofensiva diplomática chinesa em África

O arranque da ofensiva diplomática de Pequim em África insere-se no período de mudança que se assiste nas prioridades da sua política externa, analisada em pormenor no primeiro capítulo. De entre os novos vectores estabelecidos pela liderança chinesa, encontra-se a importância das lutas de libertação africanas no quadro internacional e, em concreto, o seu impacto no conflito bipolar. Para o governo chinês, o campo socialista deve ser a base de apoio dos movimentos nacionalista, que conduzirá à fragilização do sistema colonial sustentado pelo campo capitalista²³⁶. Mesmo com a passividade soviética face aos acontecimentos em África, a China Popular mantém o interesse e actuação no continente, alterando apenas o seu enfoque no discurso: deixando cair o papel do poderio da URSS no contexto africano, Pequim volta-se para os incentivos morais – assentes na mobilização popular e na centralidade das forças locais no acto revolucionário. Por outras palavras, a RPC desfruta, em África, de significativa independência face a Moscovo na condução da sua política externa²³⁷.

O primeiro acto de Pequim que demonstra a sua autonomia face aos soviéticos surge com a criação do Governo Provisório da República Argelina (GPRA). Ao contrário de Moscovo, o governo chinês apoiava abertamente a FLN no conflito franco-argelino. O GPRA é formado em 20 de Setembro de 1958; nesse mesmo dia, um diplomata chinês avista-se com ministros argelinos no Cairo e anuncia o reconhecimento chinês do governo provisório. Embora o estabelecimento de relações diplomáticas com a RPC só venha a acontecer em Dezembro desse ano, não deixa de ser um dado relevante o facto de a URSS não ter reconhecido, até aqui, o GPRA.

A evolução dos acontecimentos na Argélia reforçam o distanciamento entre as posições chinesa e soviética. Em Setembro do ano seguinte, de Gaulle apresenta uma proposta de autodeterminação aos argelinos, proposta essa que é rejeitada pelo Partido Comunista da Argélia mas apoiada pelo Partido Comunista Francês. Após a deslocação

²³⁵ Donald Klein, *Op. Cit.*, p. 36.

²³⁶ Donald Zagoria, *O Conflito Sino-soviético*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1962. pp. 311-313.

²³⁷ Bruce Larkin, *Op. Cit.*, pp. 36-37.

de uma comitiva argelina a Pequim, por ocasião do décimo aniversário da República Popular, o governo chinês anuncia publicamente a sua rejeição da proposta do presidente francês. Khrushchev aprova, pelo contrário, a proposta apresentada por de Gaulle – pretendendo, com isso, conservar todas as condições para a realização da cimeira de Paris no ano seguinte – e a China Popular vê-se isolada no seio do bloco comunista.

Pequim não dá, porém, sinais de querer alterar a sua posição relativamente à Argélia, chegando, até, a oferecer aviões e voluntários chineses ao GPRA²³⁸. Uma delegação com altos dirigentes do governo provisório argelino é acolhida em Wuhan para assistir à sexta reunião plenária do Comité Central do PCC. Os membros do GPRA encontram-se com Mao e Zhou Enlai com vista a obter apoio militar. Segundo Bruce Larkin, esse apoio é dado nesse mesmo ano, depois de uma missão militar argelina se deslocar à RPC para um fornecimento de armas estimado em 10 milhões de dólares²³⁹. O auxílio concedido ao GPRA torna-se, assim, o primeiro envolvimento chinês numa guerra de independência no continente africano.

A expansão da presença chinesa à África Ocidental dá-se por intermédio da Guiné. Logo após a criação do governo provisório argelino, a Guiné obtém a independência depois de rejeitar a proposta francesa de um referendo constitucional, com vista à criação de uma Comunidade Francesa. A RPC reconhece o país logo em Setembro e, por sua vez, a Guiné concede legitimidade ao governo de Pequim. Conakri é, para a liderança chinesa, um trunfo valioso no continente; prova da influência do país no quadro africano é a nomeação, em Dezembro de 1958, de um guineense, Abdoulaye Diallo para secretário-geral da All-African People's Organisation (AAPO). Adicionalmente, o governo chinês nutre particular admiração pelo regime de Sékou Touré. Tareq Ismael nomeia duas razões principais: a Guiné fora o único país francófono a rejeitar liminarmente a Comunidade Francesa proposta por de Gaulle e Touré tem boas relações com organizações comunistas africanas, entre as quais a UPC dos Camarões²⁴⁰. Com a abertura de uma embaixada chinesa em Conakri em Dezembro de 1959, Pequim consolida o seu serviço externo em África, contando, até aqui, com embaixadas no Cairo, Rabat e Cartum.

²³⁸ Tareq Ismael, Op. Cit., p. 509.

²³⁹ Bruce Larkin, Op. Cit., p. 39.

²⁴⁰ Tareq Ismael, Op. Cit., p. 508.

O entusiasmo de Pequim em relação ao continente é visível no décimo aniversário da República Popular. Num artigo da *Peking Review*, lê-se que «o exemplo inspirador da China Popular fortalece a esperança e confiança dos povos dos países em desenvolvimento», que, «tal como a velha China, lutam para alcançar a sua independência»²⁴¹. Lin Biao escreve, na mesma edição, que as lutas de libertação «estão a aumentar tempestuosamente por todo o mundo», enquanto que «o campo imperialista está envolto de contradições internas e sombras tenebrosas»²⁴². Na viragem para a década de 60, a liderança chinesa mostra-se, assim, optimista relativamente aos acontecimentos em África e ao seu impacto na conjuntura internacional.

A política externa chinesa no início dos anos 60 é, como vimos no capítulo anterior, marcada pela intensificação dos receios de Pequim de uma ofensiva norte-americana no seu território. Dado o sentido das prioridades de Khrushchev no contexto internacional – marcadas, fundamentalmente, pela moderação como forma de não hostilizar o Ocidente e evitar uma escalada de tensão no conflito bipolar –, a China Popular deixara de ter a protecção do dissuasor nuclear soviético como meio de preservação da sua integridade e soberania. Perante este estado de fragilidade, o governo chinês procura obter apoios fora do bloco comunista, tentando aproximações aos países ocidentais mas, sobretudo, visando os países do continente africano. A sua finalidade é clara: isolar Washington no plano internacional.

As vagas de descolonização em África não passam despercebidas pelo governo chinês. Seis países africanos haviam declarado independência nos anos 50, juntando-se aos quatro países independentes que já existiam anteriormente. Em 1960, porém, dá-se um pico no processo de descolonização: 17 colónias francesas, britânicas e belga tornam-se independentes. Nesse mesmo ano, são admitidas na Assembleia Geral das Nações Unidas. Para a RPC, o estabelecimento de relações diplomáticas com aqueles países é, no curto prazo, o meio mais viável de obter legitimação no quadro internacional a dois níveis: quer o reconhecimento do governo de Pequim como único representante do povo e dos interesses chineses, quer a admissão da China Popular na estrutura da ONU. A obtenção de ganhos neste domínio não só isolaria a posição de Washington na questão chinesa, como fragilizaria significativamente o estatuto de Taiwan.

²⁴¹ *Peking Review*, Edição de 6 de Outubro, 1959.

²⁴² Idem.

A partir daqui, o governo chinês passa a promover três princípios na sua política africana: a auto-determinação, a auto-suficiência e a unidade afro-asiática²⁴³. Em primeiro lugar, a China Popular exige a extinção do sistema colonial em todo o continente africano, se necessário através da luta armada. Em segundo lugar, à retórica anti-colonialista está associada a ideia de autosuficiência, no sentido em que, para Pequim, os países africanos poderão apenas afirmar-se livres se dependerem apenas das forças domésticas e dos seus próprios recursos, quer na guerra de libertação, quer no processo de reabilitação sócio-económica. Por fim, a RPC reitera o paralelismo histórico de opressão colonialista entre a China Popular e África, apelando à solidariedade afro-asiática na luta contra um sistema imperialista que, a curto prazo, dificilmente se extinguirá²⁴⁴.

Os três princípios da política africana de Pequim convergem numa ideia dominante: o anti-americanismo²⁴⁵. Num discurso sobre a conjuntura internacional no segundo Congresso Popular Nacional, em Abril de 1960, Zhou Enlai declara que o «o imperialismo norte-americano utiliza todos os meios para entrar em África, numa tentativa de substituir as velhas potências imperialistas»; no entanto, «os povos africanos estão firmes na sua luta contra o colonialismo»²⁴⁶. No mês seguinte, Mao encontra-se com delegações de África e da América Latina e afirma: «o nosso inimigo comum é o imperialismo norte-americano, estamos na mesma frente e devemos unir-nos e apoiar-nos mutuamente»²⁴⁷. Numa lógica de convergência de interesses, o governo chinês apoia-se na tese de que o estreitamento das relações sino-africanas é mutuamente benéfico para ambas as partes: para o lado chinês, contribui para o interesse estratégico de isolamento dos Estados Unidos, neutralizando a posição de Washington na questão de Taiwan e reduzindo a exposição chinesa à ameaça com que é encarada a influência norte-americana aos níveis internacional e, sobretudo, regional; para o lado africano, reforça os seus apoios políticos e materiais para a independência e a sua capacidade de reabilitação sócio-económica²⁴⁸.

²⁴³ George Yu, “Sino-African Relations: a Survey”. *Asian Survey*, Vol. 5, No. 7, 1965. p. 322.

²⁴⁴ Op. Cit., pp. 321-323.

²⁴⁵ Harold M. Vinacke, Op. Cit., p. 117.

²⁴⁶ *Second Session of the Second National People's Congress of the People's Republic of China*. Peking: Foreign Languages Press, 1960. p. 152.

²⁴⁷ *Chairman Mao Tse-Tung's Important Talks with Guests from Asia, Africa and Latin America*. Peking: Foreign Languages Press, 1966. p. 1.

²⁴⁸ Gao Jinyuan, “China and Africa: the Development of Relations over Many Centuries”. *African Affairs*, Vol. 83, No. 331, 1984. p. 250.

Procurando expandir os seus contactos em território africano, Pequim intensifica a diplomacia cultural em mecanismos institucionais de solidariedade afro-asiática. Até 1960, a China Popular envia delegações à Conferência Afro-Asiática de Mulheres em Colombo, ao Congresso Afro-Asiático de Oftalmologia no Cairo, à primeira Conferência Afro-Asiática de Escritores em Tashkent e, mais importante, à conferência da AAPSO em Accra²⁴⁹. A segunda Conferência de Solidariedade Afro-Asiática é, contudo, um evento com particular importância para o governo chinês. A conferência é uma oportunidade de a liderança chinesa estabelecer contacto com destacadas figuras do nacionalismo africano – entre as quais, o queniano Oginga Odinga e o congolês Patrice Lumumba. Embora esteja fortemente representada – através do secretário chinês da organização, do recém-nomeado embaixador chinês em Conakri e de mais quinze delegados –, o único ganho que Pequim obtém na conferência é a nomeação de Liao Chengchi para o comité executivo da organização²⁵⁰.

A conferência de Conakri é o ponto alto da solidariedade afro-asiática²⁵¹. A presença de um conjunto significativo de movimentos de libertação denota a prioridade destes em obter apoio político e material no contexto das lutas de independência. Ao mesmo tempo, os países recém-independentes presentes à conferência mostram-se dispostos a apoiar activamente a descolonização no continente, não estando ainda centrados na reabilitação das suas conjunturas domésticas. Promovendo a realização de uma segunda conferência de Bandung, as delegações propõem a criação de um fundo de auxílio aos movimentos de libertação, bem como uma estrutura de voluntários para apoiar as guerras de independências nos países africanos²⁵². O alcance da conferência é, no entanto, afectado por limitações financeiras inerentes à organização e pelo cariz essencialmente não-governamental do evento.

O valor simbólico da conferência de Conakry é notório no discurso chinês. Em Maio, numa marcha organizada em Pequim, o vice-presidente do Comité Chinês para a Solidariedade Afro-Asiática elogia os resultados alcançados no encontro. Burhan Shahidi realça o «o forte espírito anti-imperialista» da conferência, declara que ficara patente que «o imperialismo norte-americano é o inimigo comum mais feroz dos povos africanos e asiáticos» e que «apenas através de uma luta cerrada e dependendo dos

²⁴⁹ Bruce Larkin, *Op. Cit.*, pp. 46-47.

²⁵⁰ *Op. Cit.*, p. 46.

²⁵¹ *Op. Cit.*, p. 47.

²⁵² *Op. Cit.*, pp. 48-49.

nossos próprios recursos» os povos afro-asiáticos estarão livres de «um novo tipo de colonialismo» e de «novas intrigas imperialistas»²⁵³. Dois vectores destacam-se no seu discurso e, como vimos anteriormente, serão parte integrante da retórica de Pequim: a opressão norte-americana e a auto-suficiência.

3. A crise congolesa e o início da nova política africana

Os acontecimentos no Congo belga, que darão origem a uma intervenção das Nações Unidas, são acompanhados minuciosamente pelo governo chinês. Em Novembro desse ano, o Comité Chinês para a Solidariedade Afro-Asiática e a Associação de Amizade Popular Sino-Africana organizam uma marcha na capital chinesa em apoio ao povo congolês. O rapto de Lumumba motiva uma declaração oficial da China Popular, onde o governo expressa a sua «infinita indignação» contra a «atrocidade grave» perpetrada pelo «imperialismo norte-americano e o grupo rebelde de Mobutu que executa as ordens dos Estados Unidos»²⁵⁴. A referência ao envolvimento norte-americano no rapto do líder congolês demonstra a convicção chinesa de que é possível tornar o continente africano um foco importante de hostilidade contra Washington. Nesse sentido, a crise no Congo não é apenas um teste ao compromisso chinês, embora que ainda limitado, para com o continente; é, sobretudo, a primeira oportunidade de Pequim estimular um sentimento anti-americano na região.

Com a evolução dos acontecimentos no Congo belga, o novo discurso chinês solidifica. Enquanto que, até aqui, o continente africano era referenciado em inúmeras ocasiões como ponto nevrálgico da luta anti-colonialista, a situação em Léopoldville e os contornos da intervenção das Nações Unidas são vistos em Pequim como prova inegável de ingerência dos Estados Unidos nos assuntos africanos. A análise da situação internacional feita pelo governo chinês passa, então, a incluir a referência à liderança norte-americana do campo imperialista²⁵⁵. Ao mesmo tempo, o tema do neocolonialismo passa a fazer parte do discurso chinês. Num editorial do *Renmin Ribao* sobre os acontecimentos no Congo, lê-se que, depois do colonialismo europeu, os povos

²⁵³ *Support the Patriotic and Just Struggle of the Turkish People*. Peking: Foreign Languages Press, 1960. pp. 14-15.

²⁵⁴ *Peking Review*, 13 de Dezembro, 1960.

²⁵⁵ Por exemplo, embora que curta, a declaração oficial da RPC sobre o Congo menciona os «imperialistas liderados pelos Estados Unidos» cinco vezes.

africanos enfrentam agora «um inimigo mais perigoso e feroz – o neocolonialismo norte-americano», que «está concentrado em destruir o governo congolês legítimo e em substituí-lo por um regime manipulado pelos Estados Unidos»²⁵⁶. Adicionalmente, ao considerar a actuação dos Estados Unidos no continente como a causa da opressão africana, Pequim procura deslegitimar o papel das Nações Unidas na estabilidade da região, considerando que a organização se encontra submetida aos interesses norte-americanos e que serve apenas de veículo institucional das intervenções de Washington em África²⁵⁷.

A marcha de apoio ao povo congolês permite compreender a nova tónica do governo chinês. No discurso de abertura, Burhan Shahidi condena a «a invasão do Congo em larga escala» desencadeada pelos EUA «sob a bandeira das Nações Unidas». Para o vice-presidente do Comité Chinês para a Solidariedade Afro-Asiática, os povos africanos «estão a tornar-se diariamente mais conscientes» e, por isso, «este esquema neocolonialista do imperialismo norte-americano será certamente esmagado». Analisando a evolução dos acontecimentos no continente africano, Liu Changsheng, presidente da Associação de Amizade Popular Sino-Africana, afirma que «o imperialismo norte-americano está a fazer de tudo para subjugar os povos africanos ao seu domínio neocolonialista», considerando Washington «o grande pilar do sistema colonial imperialista da era presente»²⁵⁸.

A actuação de Pequim ganha igualmente novas nuances. Por ocasião da marcha de 28 de Novembro, a China Popular acolhe delegações africanas que demonstram relativa proximidade com a posição chinesa. Durante o seu discurso, Alao Aka Bashorun, sindicalista e membro da delegação nigeriana, critica a ONU por esta se ter tornado «não mais do que uma máquina imperialista do Departamento de Estado norte-americano». Apela a que o continente africano declare os Estados Unidos «o maior inimigo da independência e unidade africanas». A convergência das delegações africanas presentes com Pequim é também evidente no discurso do sudanês Ahmed Mohammed Kheir. Para Kheir, as Nações Unidas «é um instrumento nas mãos do imperialismo norte-americano»²⁵⁹. A legitimação que o governo chinês concede a estas

²⁵⁶ *Renmin Ribao*, 9 de Dezembro, 1960.

²⁵⁷ Ainda tendo a declaração oficial sobre o Congo como exemplo, o texto declara que o acto é «liderado pelo imperialismo norte-americano e apoiado pelo comando das “forças da ONU” sob manipulação norte-americana».

²⁵⁸ *Peking Review*, 13 de Dezembro, 1960.

²⁵⁹ *Idem*.

personalidades africanas, servindo de plataforma para veicular uma mensagem articulada com a posição chinesa, não serve apenas fins ideológicos; transmite igualmente o esforço da RPC de pressionar indirectamente os governos africanos ainda reticentes quanto aos benefícios de um alinhamento com Pequim.

O sinal mais evidente da importância do desfecho da crise congoleza para Pequim é o seu reconhecimento do governo de Antoine Gizenga em Stanleyville. Reconhecendo que a acção separatista de Gizenga fragilizaria um provável governo pró-americano em Léopoldville, a China Popular compromete-se a apoiar o grupo Lumumba-Gizenga em Stanleyville. O contacto chinês com o governo separatista é estabelecido em Janeiro de 1961, por intermédio do embaixador chinês no Cairo, Chen Chiakang, que mantém conversações com o representante de Stanleyville na capital egípcia. No mês seguinte, Pequim dá instruções a Chen no sentido de viabilizar o estabelecimento de relações oficiais entre os dois governos. A embaixada congoleza na capital chinesa abre em Abril e, numa recepção oferecida pelo *chargé d'affaires* do Congo, Zhou Enlai declara o «apoio inequívoco» da RPC ao povo congolês unido em torno do «seu herói nacional Patrice Lumumba» e ao «governo congolês legítimo» de Gizenga²⁶⁰.

No entanto, o envio do *chargé d'affaires* chinês a Stanleyville não acompanha a rapidez com que a embaixada congoleza é aberta em Pequim. Chang Tung chega a Stanleyville em Julho, cinco meses depois do estabelecimento de relações diplomáticas e três meses depois do congolês Kindundu Joseph ser destacado para a capital chinesa enquanto encarregado de negócios. Curiosamente, as embaixadas da URSS e da República Árabe Unida em Stanleyville são abertas antes da chegada de Chang. Duas razões poderão explicar a atitude reticente da China Popular: por um lado, Pequim considera que, apesar de a situação se mostrar favorável, o governo em Stanleyville é fraco enquanto oposição ao governo central em Léopoldville; por outro lado, a liderança chinesa não poderia correr o risco de se ver isolada no apoio a Gizenga, aguardando o reconhecimento de Stanleyville por parte de outros países – nomeadamente, países com influência regional, como é o caso da RAU²⁶¹.

Os receios chineses de que Gizenga não representa uma oposição viável ao governo de Léopoldville são confirmados logo após a chegada de Chang a Stanleyville.

²⁶⁰ *Peking Review*, 7 de Julho, 1961.

²⁶¹ Bruce Larkin, Op. Cit., pp. 56-57.

Nessa altura, Gizenga inicia conversações com Cyrille Adoula com vista à reconciliação nacional. Naturalmente, o gesto de Gizenga comprometeria a viabilidade do governo de Stanleyville, o que acentua as dúvidas da liderança chinesa quanto à sua eficácia de exercer pressão sobre o governo central. As divergências entre Gizenga e Adoula são eliminadas na Conferência dos Estados Não-Alinhados em Belgrado e o gesto simbólico da reconciliação dá-se aquando da viagem de regresso, quando os dois líderes congolese saem juntos do avião em Léopoldville. Com o fim do governo de Gizenga, Chang Tung deixa Stanleyville em Setembro, menos de dois meses depois do início da missão diplomática da RPC. A possibilidade de estabelecer uma aproximação a Léopoldville é excluída, uma vez que esta mantém relações com Taiwan²⁶².

Paralelamente ao episódio de Stanleyville, a China Popular atravessa, neste período, uma grave crise doméstica. Até aqui, o fluxo económico e comercial com África havia sido frutífero. Em Setembro de 1960, Sékou Touré visitara a RPC para assinar um tratado de amizade e um conjunto de acordos comerciais que incluía um empréstimo chinês de 9 milhões de libras. Em Agosto do ano seguinte, a visita de Kwame Nkrumah a Pequim permitira ao Gana receber um empréstimo de 7 milhões de libras e 4 milhões de libras em trocas de bens entre os dois países²⁶³. No entanto, o fracasso do Grande Salto em Frente e o fim do auxílio soviético têm um impacto avassalador sobre a economia do país. O momento de fragilidade económica impõe ao governo chinês uma retracção da sua actividade no continente africano. Em resultado disso, apenas três visitantes chineses se deslocam a África entre Abril e Dezembro desse ano. O número de deslocações de delegações africanas a Pequim cai de 88 em 1960 para 43 em 1961²⁶⁴.

O impacto da crise económica na política africana da China Popular observa-se igualmente no contexto das organizações afro-asiáticas. No início de 1961, a AAPSO cria o Comité Internacional de Apoio à Argélia e ao Congo, cujo mecanismo de auxílio permite a Pequim nomear um vice-presidente. Apesar de, com a nomeação, assumir uma posição de destaque, a RPC não contribui com qualquer tipo de apoio económico. Ao mesmo tempo, um segundo fundo de apoio é criado pela organização sob o nome de Comité de Fundos de Solidariedade Afro-Asiática. De novo, Pequim assume um lugar proeminente, nomeando para a vice-presidência do mecanismo o secretário chinês da

²⁶² Op. Cit., p. 57.

²⁶³ Dick Wilson, "China's Economic Relations with Africa". *Race*, Vol. 5, No. 61, 1964. pp. 65-67.

²⁶⁴ Bruce Larkin, Op. Cit., p. 55.

organização no Cairo, Chu Tzu-chi. Embora o governo chinês conceda bolsas de estudo e acesso a instalações hospitalares no país, a promessa de envio de uma contribuição monetária para o fundo não se concretiza.

4. Regresso a África: cisma sino-soviético e tour africana de Zhou Enlai

O fim da guerra argelina em Março de 1962 dá um novo impulso ao interesse chinês no continente africano. A Argélia é motivo de destaque na celebração do Dia do Trabalhador em Pequim. A delegação argelina presente à cerimónia é acolhida calorosamente na capital chinesa. Num discurso improvisado, o chefe da delegação afirma que «a vitória do povo argelino é também uma vitória do povo chinês»²⁶⁵. Em Setembro, depois de reunido em sessão plenária, o Comité Central do PCC destaca a independência argelina como um «marco importante no desenvolvimento vigoroso» dos movimentos de libertação em África²⁶⁶. O caso da Argélia motiva particular admiração por Pequim, dado que o recurso à luta armada fizera parte do processo de independência. No contexto do cisma sino-soviético, representa, pois, uma prova da viabilidade da posição de Pequim no que respeita aos movimentos de libertação em África.

É, aliás, logo após a independência argelina que a rivalidade sino-soviética começa a tomar forma no continente africano. Se, até então, a política que o governo chinês procurara desenvolver em África se apoiara exclusivamente a uma mobilização popular anti-americana na região, o cisma entre Pequim e Moscovo exige que a influência soviética no continente seja igualmente neutralizada. Para isso, a China Popular concentra os seus esforços na anulação da influência da URSS nas organizações afro-asiáticas. Em Outubro, a RPC discute com a Indonésia a hipótese de organizar uma conferência de sindicatos afro-asiáticos que exclua Moscovo e que não englobe a Federação Sindical Mundial, de cariz pró-soviético²⁶⁷. A Associação de Jornalistas Afro-Asiática é, porém, o único trunfo de Pequim na sua tentativa de criar organizações rivais às que são próximas da URSS. Estabelecida em Jacarta em Abril de 1963, a

²⁶⁵ *Peking Review*, 4 de Maio, 1962.

²⁶⁶ *NCNA*, 28 de Setembro, 1962.

²⁶⁷ Bruce Larkin, *Op. Cit.*, p. 63.

associação permite ao governo chinês facilitar o envio de delegações a países africanos e estabelecer contactos locais – nomeadamente no Tanganica, onde Pequim tem um representante do secretariado da associação²⁶⁸.

Depois de o ponto alto da rivalidade sino-soviética em África ser atingido na conferência da AAPSO em Fevereiro, o CCSAA promove, no mês seguinte, uma marcha em Pequim para comemorar os resultados alcançados em Moshi. No discurso de abertura, o presidente do comité afirma que o encontro fora «um golpe duro contra os revisionistas modernos que pretendem reprimir a revolução» e «tentam colocar o “desarmamento geral e completo” no lugar do movimento de libertação nacional dos povos afro-asiáticos». Para Liu Ningyi, ficara claro em Moshi que «enfrentando a repressão armada dos imperialistas, as nações oprimidas não têm outra alternativa se não tomar as armas» e que os países afro-asiáticos deveriam conceder «apoio caloroso às lutas armadas» das nações oprimidas²⁶⁹. A crescente polarização ideológica da política africana de Pequim é evidente.

A liderança chinesa tem razões para relativo entusiasmo e optimismo. O governo de Pequim é, até então, reconhecido por 13 estados africanos. Em 1963, o compromisso chinês para com o continente africano representa um total de 50 milhões de libras de ajuda económica²⁷⁰. Nesse mesmo ano, a China Popular conclui cinco acordos comerciais e três acordos de assistência económica e técnica com seis estados africanos²⁷¹. A principal preocupação chinesa neste domínio é a projecção de um país auto-suficiente, avançado e viável enquanto parceiro comercial. Pequim organiza, ainda nesse ano, três exposições em território africano com vista a demonstrar os avanços da revolução chinesa, nomeadamente na área industrial. Uma delas é realizada em Setembro na Argélia, a maior até então realizada em território africano, abrangendo mais de 4 mil apresentações que vão desde maquinaria pesada a bens de consumo²⁷².

Paralelamente, há uma aposta significativa do governo chinês em mecanismos informais de contacto com a população africana. Neste período, a visita de delegações africanas à RPC é intensa; o mesmo acontece com o envio de técnicos chineses a países africanos, visando auxiliar as populações em várias áreas da tecnologia e do

²⁶⁸ *China in Africa*. London: Foreign Office, 1972. pp. 13-15.

²⁶⁹ *Peking Review*, 15 de Março, 1963.

²⁷⁰ Dick Wilson, “China’s Economic Relations with Africa”, *RACE*, Vol. 5, No. 61. p. 63.

²⁷¹ George Yu, “Sino-African Relations: A Survey”, *Asian Survey*, Vol. 5, No. 7, 1965. p. 321.

²⁷² Dick Wilson, Op. Cit., p. 63.

conhecimento científico²⁷³. É também nesta altura que começa a surgir em África um número significativo de publicações chinesas, onde predomina o conjunto das obras de Mao, traduzidas em várias línguas e abrangendo diversas regiões. A *Peking Radio*, no ar desde 1959, é o órgão de comunicação chinês mais abrangente, sendo emitida em diversas línguas e totalizando 14 horas semanais de emissão. É de salientar, por último, a proliferação de escritórios da *New China News Agency* (NCNA), agência noticiosa que actua em complementaridade com as embaixadas chinesas no continente e serve, sobretudo, de veículo de propaganda e divulgação de informação sobre a China Popular²⁷⁴. Neste contexto de expansão da penetração chinesa em África, Zhou Enlai inicia o seu périplo pelo continente.

Entre Dezembro de 1963 e Fevereiro de 1964, o primeiro-ministro chinês visita dez países africanos²⁷⁵. A viagem é reveladora da importância do continente para a política externa chinesa e visa quatro objectivos fundamentais: (1) consolidar a informação do governo chinês sobre a realidade africana para a formulação da sua política para África; (2) representar a RPC como parceiro comercial viável dos países africanos; (3) atenuar os efeitos da propaganda soviética sobre os interesses chineses no continente; por fim, (4) reunir apoio dos países africanos para a realização de uma segunda conferência de Bandung²⁷⁶.

No Norte de África, Zhou não obtém ganhos significativos. Na República Árabe Unida, o primeiro-ministro chinês não recolhe mais do que o apoio do Cairo à admissão da China Popular nas Nações Unidas; de resto, o elogio de Nasser ao apoio soviético para a construção da barragem de Assuã, bem como a ausência de qualquer predisposição para a revolução no continente demonstram o distanciamento face a Pequim²⁷⁷. Na Argélia, a publicação de uma entrevista de Khrushchev no jornal pró-regime *Le Peuple* na véspera da chegada de Zhou é um sinal particularmente ilustrativo dos interesses de Ben Bella. Em Marrocos, o apoio da China Popular à oposição ao rei Hassan é, desde logo, um entrave a possíveis ganhos, recolhendo Chou apenas o apoio de Rabat às pretensões chinas na ONU. A visita oficial à Tunísia é, no entanto, uma

²⁷³ George Yu, Op. Cit., pp. 329-330.

²⁷⁴ *China in Africa*, pp. 10-11.

²⁷⁵ Pela ordem de visita: República Árabe Unida, Argélia, Marrocos, Tunísia, Gana, Mali, Guiné, Sudão, Etiópia e Somália.

²⁷⁶ Bruce Larkin, Op. Cit., pp. 68-69.

²⁷⁷ W. C. Adie, "Chou En-lai on Safari", *The China Quarterly*, No. 18, 1964. pp. 182-183.

excepção aos dissabores até então obtidos na região africana: Tunes demonstra interesse em estabelecer relações diplomáticas com Pequim²⁷⁸.

O insucesso do governo chinês no Norte de África é compensado na região subsariana. As recepções no Gana, no Mali, na Guiné e no Sudão são particularmente reveladoras da importância que estes países atribuem à China Popular enquanto parceiro comercial. Zhou obtém dos quatro estados africanos apoios na realização de uma segunda conferência de Bandung – Nkrumah chega, inclusive, a convergir com Zhou na realização de uma conferência anti-imperialista dos povos africanos, asiáticos e latino-americanos – e na admissão da RPC na ONU, beneficiado, em grande parte, por uma convergência de visões do contexto africano. O dirigente chinês não beneficia, no entanto, da mesma facilidade na articulação de posições nas suas curtas visitas ao Sudão e à Etiópia, onde, avaliando pelas comunicações finais, a deslocação de Zhou serve, basicamente, para expor a política chinesa para África e para uma troca de impressões com os dois governos africanos²⁷⁹.

Com a visita de Zhou ao continente africano, assiste-se a uma sucessão de ganhos diplomáticos chineses. Em Dezembro de 1963, o ministro Chen Yi desloca-se ao Quênia por ocasião das celebrações da independência do país e acorda com as autoridades quenianas o estabelecimento de relações diplomáticas. No mesmo mês, o embaixador chinês em Dar es Salaam, Ho Ying, negocia o estabelecimento de relações diplomáticas com o primeiro-ministro e o sultão de Zanzibar; embora o regime venha a cair no mês seguinte num golpe de Estado, o governo provisório decide preservar as relações com Pequim. O embaixador chinês desloca-se ainda ao Burundi para negociar o estabelecimento de relações diplomáticas com aquele país. Em Fevereiro do ano seguinte, o embaixador da China Popular no Gana, Huang Hua, viaja até ao Congo-Brazzaville para estabelecer relações com o governo congolês²⁸⁰. No caso da Tunísia, o início das relações com Pequim é, como foi referido, anunciado durante a visita de Zhou àquele país.

Neste período, dá-se igualmente uma proliferação das relações comerciais entre a China Popular e vários países africanos. Na Guiné, uma fábrica de cigarros e fósforos é aberta em Conakry em Janeiro. Em Julho, o governo chinês realiza um empréstimo de

²⁷⁸ Op. Cit., p. 187.

²⁷⁹ Ver comunicados finais RPC-Sudão e RPC-Etiópia em *Afro-Asian Solidarity Against Imperialism*. Peking: Foreign Languages Press, 1964.

²⁸⁰ Bruce Larkin, Op. Cit., pp. 70-71.

2 milhões de libras ao Congo-Brazzaville; em Outubro, depois da visita de uma delegação económica chinesa ao país, Pequim cria uma nova linha de crédito que ascende a 7 milhões de libras. Um acordo económico é assinado entre a RPC e o Quênia, concedendo o governo chinês um empréstimo de 5 milhões de libras nos cinco anos seguintes. A cooperação com a Tanzânia é, no entanto, o reflexo mais evidente do envolvimento chinês no continente. Depois da visita do segundo vice-presidente Rashidi Kawawa à China Popular em Junho, o país recebe um empréstimo de 10 milhões de libras, contando igualmente com aproximadamente 100 peritos chineses nas áreas da agricultura e da irrigação, bem como no plano de desenvolvimento económico do país²⁸¹.

Apesar dos avanços chineses nos domínios diplomático e comercial, o fracasso da segunda Conferência Afro-Asiática representa o fraco alcance político das suas iniciativas em África. A ideia de um “segundo Bandung” ganhara forma aquando da assinatura do tratado de amizade entre a China Popular e a Indonésia em 1961, onde as duas partes acordaram a necessidade de uma segunda conferência que impulsionasse a solidariedade afro-asiática²⁸². Embora valorize a existência de mecanismos institucionais que promovem a comunhão de interesses – nomeadamente, a actividade da AAPSO –, Pequim considera que um encontro ao nível governamental daria um importante sinal ao exterior do esforço comum dos povos dos dois continentes. Esse é, aliás, um dos propósitos da viagem de Zhou ao continente.

A preparação da conferência é, desde logo, marcada por divergências relativamente à sua composição. No encontro preparatório de Jacarta em Abril do ano anterior, acordara-se a lista dos participantes, onde a Coreia do Sul e o Vietname do Sul foram incluídos. Depois de reunida no Cairo em Julho desse ano, a Organização para a Unidade Africana decidira marcar a conferência para 10 de Março, a realizar-se em Argel. É a própria Argélia que levanta a primeira objecção no que respeita à composição do evento, recusando-se a convidar o Vietname do Sul – visto que apoia os Viet Cong – e a Coreia do Sul – por esta estar envolvida militarmente no conflito vietnamita. Representantes asiáticos presentes no encontro de Jacarta contrapõem a

²⁸¹ *China in Africa*. pp. 27-37.

²⁸² Guy Pauker, “The Rise and Fall of Afro-Asian Solidarity”, *Asian Survey*, Vol. 5, No. 9, 1965. p. 425.

posição argelina argumentando que a Argélia tem a mesma autoridade que os Estados Unidos detêm sobre o acesso às instalações das Nações Unidas em Nova Iorque²⁸³.

Outra questão levantada é a participação da União Soviética na conferência, proposta pela Índia e que o encontro de Jacarta não resolve. Para a maioria dos países afro-asiáticos, a inclusão de Moscovo nos trabalhos tornaria a conferência um local de embate sino-soviético, um conflito em que não quereriam resolutamente se ver envolvidos; no entanto, o apoio soviético representa metade da ajuda do bloco socialista a esses países, contribuindo a China Popular com apenas um quarto²⁸⁴. Há, também, ausência de consenso no seio dos países africanos. Em Abril de 1965, um conjunto de países francófonos anuncia que não vai participar na conferência. Aos poucos, as ausências africanas vão ganhando forma. Os Camarões, o Chade, e o Togo decidem não estar presentes no encontro. O Congo-Léopoldville é convidado mas o primeiro-ministro Moise Tshombé é impedido de participar pelas autoridades argelinas; a ausência do país na conferência é confirmada logo de imediato²⁸⁵.

A conferência parece condenada ao fracasso. Para além da alteração das datas, das divergências quanto aos países convidados e das ausências africanas, o golpe de Estado que depõe Ben Bella e uma explosão no *Club des Pins*, o local escolhido para o encontro, reforça os argumentos do grupo dos “moderados” – composto pela Índia, Japão, Ceilão, Tailândia e Filipinas –, que defende o adiamento da conferência. O primeiro-ministro indiano, Lal Bahadur Shastri, chega mesmo a cancelar a sua presença caso o evento se mantenha²⁸⁶. A posição do governo chinês é, porém, irredutível. Em Setembro, Pequim acolhe uma delegação da Argélia liderada pelo ministro do Estado Rabah Bitat. Discursando num banquete oferecido pelo governo chinês, Bitat realça a «importância única» da segunda Conferência Afro-Asiática no sentido de «aprofundar o espírito de Bandung». Num comunicado conjunto, as duas partes «reiteram» que a conferência seja realizada «como agendado» e «assumem a responsabilidade de contribuir para o seu sucesso completo»²⁸⁷.

Sobre os principais pontos da conferência, o ministro Chen Yi afirma, em conferência de imprensa, que a principal tarefa dos trabalhos deve ser «a condenação do

²⁸³ Op. Cit., p. 426.

²⁸⁴ Op. Cit., p. 427.

²⁸⁵ Op. Cit., p. 428.

²⁸⁶ *The Straits Times*, 27 de Junho, 1965.

²⁸⁷ *Peking Review*, 3 de Setembro, 1965.

imperialismo norte-americano pelas suas agressões por todo o mundo»; o realce atribuído aos Estados Unidos é dado logo a seguir, quando o ministro dos Negócios Estrangeiros afirma que, «se a conferência falhar na denúncia inequívoca do imperialismo norte-americano e, ao invés, se opôr apenas ao imperialismo e ao colonialismo em termos gerais, então não terá qualquer significado». A questão dos riscos do golpe de Estado argelino para a realização da conferência são desvalorizados por Chen, mencionando apenas que «a mudança de liderança na Argélia é um assunto interno que apenas a ela compete». Quanto à presença de Moscovo, a posição chinesa é categórica: o governo chinês é «firmemente contra» porque a União Soviética é «um país europeu por tradição»²⁸⁸.

O optimismo de Pequim relativamente à conferência mantém-se mesmo após um novo adiamento. Em Dezembro, numa entrevista dada ao jornal japonês *Akahata*, o mesmo ministro reforça as expectativas chinesas. Começando por dizer que existe um «plano imperialista» que visa «provocar desentendimentos no seio dos países afro-asiáticos», Chen Yi declara que, embora «alguns indivíduos nos países afro-asiáticos tenham alinhado com o discurso anti-chinês dos imperialistas», «os milhares de milhões de africanos e asiáticos estão determinados a prosseguir as suas lutas revolucionárias contra o imperialismo liderado pelos Estados Unidos». O ministro fala ainda de uma «uma nova e grande tempestade revolucionária» contra Washington em África, coincidindo com o anti-americanismo que o governo chinês tão recorrentemente promove na região²⁸⁹. Apesar do optimismo chinês, a conferência permanece suspensa. O grande projecto político de Pequim para o continente africano cai, assim, por terra.

²⁸⁸ *Vice-Premier Chen Yi Answers Questions Put by Correspondents*. pp. 9-15.

²⁸⁹ *Op. Cit.*, p. 30.

CONCLUSÃO

Entre 1957 e 1965, a grande prioridade da política externa da República Popular é clara: isolar os Estados Unidos de forma a garantir a sua soberania e integridade territorial. Embora a ruptura com Moscovo seja um dado merecedor de particular destaque neste período – obrigando Pequim a uma reorientação dos seus imperativos e da sua política externa –, o governo de Pequim pretende maximizar ganhos que contribuam para a redução da ameaça norte-americana contra o seu território. Nesse sentido, pode afirmar-se que, no período analisado, a República Popular da China joga a sua prevalência enquanto Estado soberano, facto exclusivamente dependente do grau de hostilidade de Washington face a Pequim, bem como do alcance do isolamento internacional dos Estados Unidos procurado pelo governo chinês.

No tocante às relações com a União Soviética, ficou demonstrado que, embora se revestindo de roupagens ideológicas, o dissídio sino-soviético é, fundamentalmente, uma questão de interesse nacional para Pequim. Ao anunciar as novas linhas gerais da política externa soviética por ocasião do Vigésimo Congresso do PCUS, Khrushchev procura afastar os receios ocidentais de uma política hostil e conflituosa por parte de Moscovo. Por seu lado, o governo chinês encara os avanços da URSS nos domínios científico e tecnológico – nomeadamente, o Sputnik e o MBIC – como prova de que o bloco socialista passara a assumir uma posição predominante face ao bloco capitalista e deverá, por isso, assumir uma postura proactiva e hostil face ao Ocidente. Por outras palavras, é crença chinesa a de que, neste período, o ‘vento de Leste predomina sobre o vento de Oeste’.

A prioridade atribuída por Khrushchev à coexistência pacífica é confirmada aquando da crise do estreito de Taiwan de 1958, despolatada por Pequim com o objectivo de testar as garantias soviéticas de protecção do território chinês. Ao mesmo tempo, a saída dos técnicos soviéticos em 1960 e a recusa de Moscovo em ceder *know how* nuclear a Pequim acentuam as vulnerabilidades chinesas face a uma ameaça exterior. Apesar de colidir com interesses puramente estratégicos, o debate sino-soviético ganha, a partir daqui, nuances ideológicas que provocam uma cisão no seio do bloco socialista. A ausência de uma conjuntura favorável, até então favorecida pela protecção militar soviética, obriga Pequim a redireccionar as suas prioridades no quadro internacional, visando a expansão dos seus contactos e a obtenção de ganhos políticos

que não limitados ao bloco socialista. As relações com Moscovo perdem, assim, o seu significado, obrigando à ruptura.

Relativamente à política regional da China Popular, pôde concluir-se que são dois os imperativos chineses: a curto prazo, garantir a estabilidade das suas fronteiras; a longo prazo, anular a influência pró-ocidental de alguns países asiáticos. Ambos convergem na urgência de Pequim em extinguir a presença norte-americana da região e, assim, reduzir os seus receios de *encirclement*. Em relação ao primeiro objectivo, o governo chinês privilegia as relações com os seus países vizinhos, obtendo ganhos satisfatórios no Camboja e na Birmânia. Os triunfos obtidos com os dois países provêm, sobretudo, do facto de estes serem Estados pequenos, cuja urgência em amenizar as ameaças regionais à sua soberania e sobrevivência determina a sua aproximação à RPC. O mesmo não se verifica nas suas relações com a Índia. Embora desfrutem, numa primeira fase, de saudável coabitação, os atritos fronteiriços entre os dois países desencadeiam um conflito militar em 1962 e instalam, depois, um estado de tensão permanente.

No tocante ao segundo objectivo, o governo chinês não é bem sucedido. No caso da Tailândia, Pequim surpreende o governo de Banguecoque ao promover o neutralismo na sua política regional. Porém, a intensificação dos receios chineses de um ataque norte-americano conduzem a uma subida do seu tom condenatório face a Washington, procurando, com isso, reunir apoios regionais de forma a contrabalançar a influência norte-americana no continente, algo que a Tailândia liminarmente rejeita. No caso do Japão, a ausência de consenso quanto à validade da aliança militar que Tóquio desfruta com Washington impossibilita a aproximação sino-japonesa. Embora o governo chinês procure contrariar os receios regionais de uma ameaça chinesa, o Japão encara, no período em análise, o alinhamento com os Estados Unidos como forma mais viável de preservar a sua integridade territorial.

No que diz respeito às relações entre a China Popular e os Estados Unidos, concluiu-se que estas se desenvolvem em torno de questões circunscritas ao quadro asiático. Numa fase inicial, o clima de tensão entre os dois países dá lugar a tentativas sucessivas de negociação bilateral em torno da questão de Taiwan. Uma vez que as duas posições demonstram irredutibilidade, o impasse instala-se e assiste-se a uma escalada no atrito entre Washington e Pequim. A percepção chinesa de ameaça norte-americana ao seu território provém do compromisso na região asiática que perpassa as

administrações Eisenhower, Kennedy e Johnson: a imperiosidade do bloqueio da expansão comunista no continente.

O conflito no Vietname vai, porém, obrigar a Pequim a reorientar a sua política. A decisão chinesa de diminuir o fluxo de ajuda económica e militar à República Democrática do Vietname, teorizada no artigo “Long Live the People’s War” de Lin Biao, constitui uma prova de que, com a intensificação do conflito e com o aumento do envolvimento norte-americano, é do interesse chinês não hostilizar os Estados Unidos ao ponto de estes retaliarem sobre o seu território. Assiste-se, por isso, a uma retracção do envolvimento chinês na questão vietnamita.

Finalmente, foi possível concluir que o período em análise corresponde ao arranque da actividade chinesa em África. Assente, numa primeira fase, no princípio do neutralismo e na ênfase atribuída ao paralelismo histórico entre os povos asiático e africano, a política africana de Pequim procura obter dividendos políticos na erosão da influência norte-americana no continente. Ao mesmo tempo, há a preocupação de recolher apoios para a representação da China Popular nas Nações Unidas, tendo em consideração o crescente peso do bloco africano na organização a que se assiste neste período. Para além do estabelecimento de relações diplomáticas, o governo chinês procura expandir a sua influência na região através de contactos não-oficiais e de órgãos institucionais informais. A inclusão de Pequim em organizações afro-asiáticas é, nesse aspecto, um dado particularmente relevante, destacando-se a presença chinesa na AAPSO.

Aos poucos, assiste-se a uma polarização acentuada do discurso chinês. Considerando as suas limitações face a Washington e Moscovo quanto à cedência de auxílio económico aos países africanos, Pequim passa a enfatizar a necessidade de mobilização dos recursos domésticos como único caminho de assegurar a independência desses países. Não é, porém, um sinal de abandono das iniciativas do governo chinês em África; o argumento da auto-suficiência vai, pelo contrário, reforçar a crença chinesa de que é possível instigar o anti-americanismo no continente. Ao mesmo tempo, Pequim considera a região africana um palco altamente favorável à condução do seu embate com Moscovo. No entanto, num contexto em que os Estados Unidos e a União Soviética constituem importantes parceiros comerciais no processo de reabilitação económica, alguns Estados africanos vêm com apreensão a retórica hostil e extremada de Pequim. Adicionalmente, a maioria deles recusa envolver-se no conflito sino-

soviético, que começa a alastrar-se à região. Apesar dos ganhos diplomáticos obtidos pelo governo chinês, o fracasso da segunda Conferência Afro-Asiática representa um revés para a política africana de Pequim, baseada numa análise do clima político do continente africano que se revela errada.

Fontes e Bibliografia

Fontes

1. Fontes impressas

“77 Conversations between Chinese and Foreign Leaders on the Wars in Indochina, 1964-1977”. Cold War International History Project, Working Paper No. 22, May 1998.

47th Anniversary of the Great October Socialist Revolution. Novosti Press Agency Publishing House, 1964.

Afro-Asian Solidarity Against Imperialism. Peking: Foreign Languages Press, 1964.

Chairman Mao Tse-Tung's Important Talks with Guests from Asia, Africa and Latin America. Peking: Foreign Languages Press, 1966.

China in Africa. London: Foreign Office, 1972.

Commemorate the Victory Over German Fascism! Carry the Struggle Against U.S. Imperialism Through to the End! Peking: Foreign Languages Press, 1965.

Communique of the Tenth Plenary Session of the Eighth CCP Central Committee, 27 September, 1962.

Disarmament and Colonial Freedom: Speeches and Interviews at United Nations General Assembly, Sept-Oct 1960. London: Lawrence & Wishart, 1961.

For New Victories for the World Communist Movement. Prague: Peace and Socialism, 1963.

Forty Years of Building Socialism (1917-1957). London: Soviet News Booklet No.16, November 1957.

Important Documents Concerning the Question of Taiwan. Peking: Foreign Languages Press, 1955.

John K. Leung e Michael Y. M. Kau (ed.), *The Writings of Mao Zedong 1949-1976*, Vol. II. M. E. Sharpe, Inc, 1992. pp. 491-494.

KHRUSHCHEV, Nikita, «On Peaceful Coexistence», *Foreign Affairs*, October 1959, No.1, Vol. 38.

Political Report of the Central Committee of the Communist Party of China to the Eighth National Congress of the Party. Peking: Foreign Languages Press, 1956.

Report of the Central Committee to the 20th Congress of the Communist Party, Moscow, Feb. 14, 1956. London: Soviet News Booklet N°4, February 1956.

Report on the Programme of the Communist Party of the Soviet Union. London: Soviet Booklet No.81, 1961. pp. 110-119.

SCHRAM, Stuart, *Chairman Mao Talks to the People: Talks and Letters, 1956-1971.* Pantheon Books.

Second Session of the Second National People's Congress of the People's Republic of China (Documents). Peking: Foreign Languages Press, 1960.

Soviet Proposals for Strengthening Peace. London: Soviet News Booklet No.22. December 1957.

Speech at the Aliarcham Academy of Social Sciences in Indonesia, May 25, 1965. Peking: Foreign Languages Press, 1965.

Statement Opposing Aggression against Southern Viet Nam and Slaughter of its People by the U.S.-Ngo Dinh Diem Clique. Peking: Foreign Languages Press, 1963.

Struggle of the CPSU for Unity of the International Communist Movement. Moscow: Novosti Press Agency Publishing House, 1964.

Support the Patriotic and Just Struggle of the Turkish People. Peking: Foreign Languages Press, 1960.

Text of the Declaration of the Twelve Communist and Workers Parties Meeting in Moscow, USSR, Nov.14-16, 1957, on the Occasion of the Fortieth Anniversary of the Great October Socialist Revolution.

The Dethronement of Stalin: Full Text of the Khrushchev Speech. London: Manchester Guardian, 1956.

The Historical Experience of the War against Fascism. Peking: Foreign Languages Press, 1965.

The Middle East: Soviet Statements (January-August 1958). London: Soviet News Booklet No.35, 1958.

The Political Report of the Central Committee of the Communist Party of China to the 8th National Congress of the Party. Peking: Foreign Languages Press, 1956.

TSÉ-TUNG, Mao, *O Imperialismo e Todos os Reaccionários são Tigres de Papel*, Publicações Nova Aurora.

TSÉ-TUNG, Mao, *Selected Works Vol.IV*. Peking: Foreign Languages Press, 1961.

TSÉ-TUNG, Mao, *Statement Expressing the Chinese People's Firm Support for the Panamanian People's Just, Patriotic Struggle*. Peking: Foreign Languages Press, 1964.

TSÉ-TUNG, Mao, *Statement Opposing Aggression against Southern Viet Nam and Slaughter of Its People by the U.S.-Ngo Dinh Diem Clique*. Peking: Foreign Languages Press, 1963.

Vice-Premier Chen Yi Answers Questions Put By Correspondents. Peking: Foreign Languages Press, 1966.

WOLFF, David, "New Russian and Chinese Evidence on the Sino-Soviet Alliance and Split, 1948-1959", Cold War International History Project, Working Paper No. 30, 2000.

World Communism: the Road to Schism. April, 1965. pp. 34-35.

2. Fontes digitais

Avalon Project – Yale Law School

<http://avalon.law.yale.edu/>

Central Intelligence Agency

<http://www.cia.gov/>

Cold War International History Project

<http://www.wilsoncenter.org/program/cold-war-international-history-project>

Eisenhower Memorial

<http://www.eisenhowermemorial.org/>

George Washington University

<http://www.gwu.edu/>

Lyndon Johnson Library

<http://www.lbjlibrary.org/>

Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Popular da China

<http://www.mfa.gov.cn/eng/>

National Library of Singapore

<http://newspapers.nl.sg/>

Office of the Historian – U.S. Department of State

<http://history.state.gov/>

3. Publicações periódicas

China Daily (1957-1965)

Hongqi (1957-1965)

New China News Agency (1957-1965)

Peking Review (1957-1965)

Renmin Ribao (1957-1965)

The Straits Times (1957-1965)

Time (1957-1965)

Bibliografia

1. Livros

ARMSTRONG, J.D., *Revolutionary Diplomacy: Chinese Foreign Policy and the United Front Doctrine*. University of California Press, 1977.

HINTON, Harold C., *Three and A Half Powers: The New Balance in Asia*. Indiana University Press, 1975.

- KAHIN, George McT., *The Asian-African Conference*. Cornell University Press, 1956.
- KISSINGER, Henry, *On China*. The Penguin Press, 2011.
- LAMB, Alastair, *The China-India Border: the Origins of the Disputed Boundaries*. Oxford University Press, 1964.
- LARKIN, Bruce, *China and Africa 1949-1970*. University of California Press, 1971.
- MAXWELL, Nevile, *India's China War*, Penguin Books, 1970.
- PEREIRA, José Pacheco, "*O Um Dividiu-se em Dois*". Alêtheia Editores, 2008.
- SCHALLER, Michael, *The United States and China*. Oxford University Press, 2002.
- SPENCE, Jonathan, *The Searching for Modern China*. Norton Paperback, 1991.
- TAYLOR, Jay, *China and Southeast Asia: Peking's Relations with Revolutionary Movements*. Praeger, 1976.
- TAYLOR, Maxwell, *The Uncertain Trumpet*. Greenwood Press, 1974.
- ZAGORIA, Donald, *O Conflito Sino-Soviético*. Lisboa: Editora Ulisseia, 1962.

2. Publicações académicas

- ADIE, W.C., "Chou En-lai on Safari", *The China Quarterly*, No. 18, 1964. pp. 182-183.
- Afro-Asian Solidarity Against Imperialism*. Peking: Foreign Languages Press, 1964.
- CHOUERI, Nazli, "The Nonalignment of Afro-Asian States: Policy, Perception, and Behaviour". *Canadian Journal of Political Science*, Vol. 2, No. 1, March 1969.
- DAI, Shen-Yu, "Peking and Rangoon". *The China Quarterly*, No. 5 (Jan. – Mar., 1961). pp. 137-141.
- ERASMUS, Stephen, "General de Gaulle's Recognition of Peking". *The China Quarterly*, No. 18, April-June, 1964.
- GITTINGS, John, "Co-Operation and Conflict in Sino-Soviet Relations". *International Affairs*. Vol. 40, No. 1, January, 1964. p. 73.

GORDON, Bernard, "Cambodia: Where Foreign Policy Counts". *Asian Survey*, Vol. 5, No. 9, September 1965. p. 435.

HALPERIN, Morton, LEWIS, John Wilson, "New Tensions in Army-Party Relations in China", *The China Quarterly*, No. 26, 1966.

HALPERN, A.M., "The Chinese Line on Neutralism". *The China Quarterly*, No. 5, January – March, 1961. p. 99.

HORNBECK, Stanley, "United States Policy Regarding China: What Did Mr. Hilsman Disclose at San Francisco?". *World Affairs*, Vol. 126, No. 4, 1963.

ISMAEL, Tareq, "The People's Republic of China and Africa", *The Journal of Modern African Studies*, Vol. 9, No. 4, 1971.

JACK, Homer, "The Cairo Conference", *Africa Today*, Vol. 5, No. 2, 1958.

JIAN, Chen, "The Tibetan Rebellion of 1959 and China's Changing Relations with India and the Soviet Union", *Journal of Cold War Studies*, Vol. 8, No. 3, 2006.

JINYUAN, Gao, "China and Africa: the Development of Relations over Many Centuries". *African Affairs*, Vol. 83, No. 331, 1984.

KLEIN, Donald, "Peking's Evolving Ministry of Foreign Affairs", *The China Quarterly*, No. 4, 1960.

KUISONG, Yang, "Changes in Mao Zedong's Attitude Toward the Indochina War, 1949-1973". Cold War International History Project, Working Paper No. 34, 2002, p. 17.

MOZINGO, D.P., ROBINSON, T.W., "Lin Biao on People's War: China Takes a Second Look at Vietnam". The RAND Corporation, November 1965.

PAUKER, Guy, "The Rise and Fall of Afro-Asian Solidarity", *Asian Survey*, Vol. 5, No. 9, 1965.

POLARIS, Jean, "The Sino-Soviet Dispute: Its Economic Impact on China". *International Affairs*, Vol. 40, No. 4, October, 1964.

VINACKE, Harold M., "Communist China and the Uncommitted Zone". The Annals of the American Academy of Political and Social Science, 1965, 362, pp. 114-115.

WILSON, Dick, "China's Economic Relations with Africa". *Race*, Vol. 5, No. 61, 1964.

WOLFF, David, "New Russian and Chinese Evidence on the Sino-Soviet Alliance and Split, 1948-1959", Cold War International History Project, Working Paper No. 30, 2000. p. 66.

YU, George, "Africa in Chinese Foreign Policy", *Asian Survey*, Vol. 28, No. 8, 1988.

YU, George, "Sino-African Relations: a Survey". *Asian Survey*, Vol. 5, No. 7, 1965.

ZAGORIA, Donald, "Khrushchev's Attack on Albania and Sino-Soviet Relations". *The China Quarterly*, No.8 (Oct. – Dec., 1961).